

DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO



BRASIL

**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL DO
DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II**

(BR-L1383)

INFORME DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

CATEGORIA B

JUNHO 2015

Este documento fue preparado por el equipo de proyecto integrado por: Fernando Bretas, Jefe de Equipo; Gustavo Mendez Alverno (WSA/CBR), Jefe de Equipo; Kleber Machado, Juan A Rihm, María A. Perroni, German Sturzenegger, Lucio Javier García Merino y Yolanda Galaz (INE/WSA); Cristina C. Marzo (LEG/SGO); Marcos Teixeira y Santiago Schneider (FMP/CBR); e Christopher Mays Johnson, Peter Cohen (VPS/ESG) y Alexandre Fortes (Consultor)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	2
2.1 Descrição dos Componentes	2
2.2 Justificativa e Localização das Áreas de Intervenção.....	4
2.3 Contexto Sócio Ambiental do DF	6
3. CUMPRIMENTO COM STATUS E NORMAS DE PROJETO	15
3.1 Processo de Avaliação Ambiental e Social	19
3.2 Resumo de como o projeto atende ou vai ao encontro das exigências das normativas do BID	21
4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL	18
4.1 Avaliação Ambiental Condomínio Por do Sol	18
4.2 Intervenções do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos do DF.....	25
4.3 Principais Medidas Mitigadoras	30
4.4 Avaliação Global	31
5. GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, SANITÁRIOS E DE SEGURANÇA E TRABALHO E RISCOS.	31
5.1 Gerenciamento Ambiental do PBS II	32
5.2 Gerenciamento Ambiental das Ações do Componente 2 e 3.....	34
5.3 Programa de Medidas Mitigadoras e Compensatórias Ambientais	34
5.4 Programa de Medidas Mitigadoras e Compensatórias Sociais.....	35
5.5 Manual Ambiental de Obras - MAO	35
5.6 Indicadores Ambientais.....	36
6. REQUISITOS PARA INCLUSÃO NOS ACORDOS JURÍDICOS	36

SIGLAS E ABREVIATURAS

AA	Autorização Ambiental
ADASA	Agência Reguladora de Água e Saneamento do Distrito Federal
ADT	Adutora
AID	Área de Influência Direta
All	Área de Influência Indireta
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADU/DF	Cadastro Único do Distrito Federal
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CEB	Companhia Energética de Brasília
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CORSAP	Consórcio Público de Manejo de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás
DF	Distrito Federal
DQO	Demanda química de oxigênio
EA	Estudo Ambiental
EEE	Estação Elevatória de Esgotos
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
FJZB	Fundação Jardim Zoológico de Brasília
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Instituto Brasília Ambiental
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IGAS	Informe de Gestão Ambiental e Social
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQA	Índice de Qualidade da Água
JBB	Jardim Botânico de Brasília
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
LS	Lago Sul
MAO	Manual ambiental de obras
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Outorga Prévia
PCA	Plano de Controle Ambiental
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLD	Plano Diretor de Água e Esgoto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNB	Parque Nacional de Brasília
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PSA	Projeto de Saneamento Ambiental
RA	Região Administrativa
RCA	Relatório de Controle Ambiental

RD	Rio Descoberto
REBIO	Reserva Biológica
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SEGETH	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SETRAB	Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do DF
SETRANS	Secretaria de Transporte do DF
SGIRH	Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos
SIÁGUA	Sinopse do Sistema de Abastecimento de Água do DF
SIESG	Sinopse do Sistema Esgoto Sanitário do Distrito Federal
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SINESP	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SM	Salário Mínimo
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TERRACAP	Agência de Desenvolvimento do DF
UC	Unidade de Conservação
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto

1. APRESENTAÇÃO

País	Brasil
Setor	Água y Saneamento
Nome do Projeto	Brasília Sustentável II
Prestatario	Governo do Distrito Federal
Agencia Executora	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP
TransactionType	
Custo Total do Projeto (US\$)	150.000.000,00
Categoria Ambiental	B

Este documento constitui o Informe de Gestão Ambiental e Social – IGAS do Programa Brasília Sustentável II – PBS II do Governo do Distrito Federal e seu conteúdo visa ao atendimento das políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Interamericano de desenvolvimento - BID.

O Distrito Federal (DF) ocupa uma área de 5.780 km² da região Centro-Oeste do Brasil (região de cerrados) e está pela Capital Federal – Brasília e 31 regiões administrativas – RA. O DF contribui com 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do País correspondendo a mais de 2 vezes a média nacional sendo uma parte importante gerada pelo setor de serviços. A população atual do DF é superior a 2,5 milhões de pessoas.

A expansão intensa e desordenada do DF ocasionou uma ocupação territorial heterogênea no entorno da capital federal por meio da implantação de loteamentos irregulares em áreas públicas e de preservação ambiental, com severas desigualdades econômicas e sócias e forte degradação ambiental – profusão de processos erosivos e comprometimentos dos recursos hídricos.

As consequências do padrão de ocupação estão refletidas nos indicadores das regiões administrativas causando nítido impacto sobre os serviços públicos disponíveis para a população, entre eles a drenagem urbana, o esgotamento sanitário e a gestão de resíduos sólidos.

Esta ocupação irregular e acelerada gerou situações como a *Vila Estrutural* e o *Condomínio Por do Sol*. A Vila Estrutural, localizada contígua ao Aterro (Lixão) do Jóquei e ao Parque Nacional de Brasília, foi objeto do Programa Brasília Sustentável I que recebeu financiamento do Banco Mundial. O condomínio Por do Sol é considerado no Plano Diretor de Ordenamento territorial – PDOT 2011 como uma Área de Regularização de Interesse Social - ARIS, ou seja, com prioridade para regularização urbanística, ambiental e fundiária. O condomínio Por do Sol com cerca de 7.653 habitantes é ocupado por uma população de baixa renda em uma área ambientalmente frágil com presença de linhas de ruptura acentuadas e sensíveis a processos erosivos.

A gestão de resíduos sólidos no DF apresenta sérios problemas estruturais. Atualmente são coletados cerca de 2.500 ton. de resíduos por dia, dos quais somente 5,5% são reciclados ou transformados em compostos e 94,5% são destinados ao Aterro Controlado (Lixão) do Jóquei. Existem cerca de 3.562 trabalhadores informais vivendo da coleta de lixo sendo que cerca de 2.000 no Aterro do Jóquei.

As deficiências foram identificadas no Plano Diretor de Resíduos Sólidos concluído em 2008: a) política de gestão de resíduos pouco consolidada; b) ausência de instrumentos econômicos; c) normativa incompleta e muito dispersa; d) debilidade e vulnerabilidade do sistema e suas instituições; e) problemática social e de grande porte associada ao setor informal de trabalhadores no aterro-lixão; f) baixa implantação de coleta seletiva; g) insuficiência dos sistema de destinação de resíduos; h) infraestrutura de coleta, transbordo insuficiente; sobrecarga técnica e financeira do órgão gestor do sistema – SLU.

O GDF, nos últimos anos, tem buscado enfrentar estas questões de forma mais consistentes. O Programa Brasília Sustentável – PBS II faz parte desta estratégia com ações de fortalecimento institucional das organizações que atuam nas áreas de regularização urbanística e ambiental e na gestão de resíduos

sólidos, além das intervenções de infraestrutura para o Condomínio Por do Sol e para o sistema de resíduos sólidos do DF.

O objetivo geral do PBS II é o de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental das áreas **periféricas do Distrito Federal por meio da implantação de serviços de infraestrutura urbana e de recuperação de áreas degradadas em conformidade com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial** do Distrito Federal (PDOT 2011). Os objetivos específicos são: (i) contribuir para a melhoria da qualidade ambiental da área de periferia do DF onde se encontra o Aterro do Jóquei Club, onde é depositada a maioria dos RS do DF sem tratamento y/o disposição final adequada; (ii) melhorar as condições habitacionais das famílias que habitam o assentamento precário do CPDS no DF, a través da provisão de serviços básicos (conexões de água e esgoto), rede pluvial, asfaltamento de ruas, áreas verdes, coleta, tratamento e disposição de RS, regularização da propriedade, novas residências e equipamentos comunitários. Complementarmente, serão fortalecidas as instituições envolvidas com o programa. Está estruturado em tres componentes e tem um custo de US\$127,2 millones e US\$22,8 millones para su gestión, administración, supervisión e imprevistos.

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

2.1 Descrição dos Componentes

O Programa foi dividido em três componentes listados a seguir:

- **Componente 1 – Fortalecimento Institucional** (US\$8 milhões) que financiará o fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA); Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (SINESP); Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS) e Consórcio Público de Manejo de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (CORSAP); nos seguintes aspectos: (i) SEMA – fortalecimento do Sistema de Informações Ambientais, informatização do licenciamento e disponibilidade de informações; (ii) IBRAM: melhoria dos processos de outorga e licenciamento relacionados com saneamento ambiental; SLU: desenvolvimento de ações de apoio a gestão, informatização e instrumentação técnica; (iv) CORSAP – elaboração e implementação de um plano de capacitação a partir do conhecimento em detalhe de suas necessidades, implantação de um sistema de informação que atenda a suas necessidades e compra de equipamentos; (v) SEDHS – informatização e melhoria de processos; e (vi) SINESP – conformação da UGP e apoio para execução da operação de crédito.
- **Componente 2 – Melhora Ambiental da Área do Aterro do Jóquei** (US\$63.7 milhões) que financiará: (i) inclusão social e produtiva de recicladores de forma articulada com os programas do GDF; (ii) Projeto de Encerramento do Aterro do Jóquei; (iii) Recuperação do Aterro incluindo obras de drenagem, tratamento de gases e material lixiviado, implantação de muros de contenção, e cercamento da área; (iv) obras de urbanização da área do Novo Aterro Sanitário; (v) reabilitação das duas plantas de compostagem (Asa Sul e Ceilândia); (vi) construção de seis novas e recuperação de três centros de triagem de resíduos sólidos que gerarão 1627 postos de trabalho; (vii) elaboração de projetos de quatro centros de transbordo de resíduos domiciliares; e (viii) programas de capacitação para os recicladores (catadores) incluídos no Plano Diretor de Inserção Social de Catadores do DF.
- **Componente 3 – Readequação Urbana do Condomínio Pôr-do-Sol** (US\$55.5 milhões) que está orientado para o financiamento da pavimentação, dotação de infraestrutura de micro e macrodrenagem e de esgotamento sanitário; construção de equipamentos comunitários e melhoria na mobilidade e acessibilidade no CPDS. As ações do componente afetam 790 edificações e incluem o reassentamento de aproximadamente 625 destas sendo 494 residências, 7 um misto e residência e negócio, 2 templos, 26 chácaras e outros não identificados. Se estima que será necessário construir 561 residências. Adicionalmente, se financiará um programa de treinamento para geração de trabalho e renda, ações de educação ambiental e sanitária para as famílias afetadas relacionadas ao uso das novas residências e ao manejo do novo bairro e a recuperação das áreas que foram degradadas com a ocupação irregular incluindo nivelamento e plantio de cerca de 5.000 árvores.

Benefícios e Beneficiários. O PBSII beneficiará toda a população do Distrito Federal (aproximadamente 2,7 milhões em 2015) com ações de proteção ambiental e gestão de resíduos

sólidos. Beneficiará indiretamente a 7563 pessoas com a readequação urbana do CPDS e diretamente a 625 famílias/ocupantes de imóveis que serão reassentados. Adicionalmente beneficiará diretamente a 2.000 recicladores (catadores) que cessarão suas atividades no Aterro do Jóquei e passarão a desempenhá-las nos centros de triagem em condições adequadas de trabalho. Também se beneficiarão as instituições SEMA, IBRAM, SINESP, SEDHS, CORSAP e SLU com amplo fortalecimento.

As Tabelas a seguir mostram a composição dos componentes o orçamento previsto.

Tabela 2.1 – Componentes e Custos

Componentes	GDF	BID	TOTAL
	US\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$ 1.000
I. Engenharia e Administração (Gerenciamento e Supervisão)	455,13	9.000,00	9.455,13
II. Custos Diretos	41.207,87	86.000,00	127.207,87
II.1 Fortalecimento Institucional	0,00	8.000,00	8.000,00
II.2 Gestão de Resíduos Sólidos e Inserção Social	20.463,23	43.055,76	63.698,99
II.3 Readequação Urbana do Condomínio Por do Sol	20.564,64	34.944,23	55.508,87
III. Custos Concorrentes	0,00	500,00	500,00
III.1 Avaliação e Monitoramento	0,00	500,00	500,00
IV. Sem destinação Específica (Contingências)	6.837,00	4.500,00	11.337,00
V. Custos Financeiros	1.500,00	0,00	1.500,00
TOTAL	50.000	100.000	150.000

○ Projeto deverá ser implementado em prazo de 5 anos.

Tabela 2.2 Principais Componentes de Infraestrutura

Componente	Infraestrutura
2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E INSERÇÃO SOCIAL	Reforma e capacitação da Usina de Tratamento e Compostagem do PSUL – Ceilândia
	Construção de 6 Centros de Triagem de Resíduos Sólidos
	Reforma e Recuperação da Usina de Compostagem da L4 Sul
	Fechamento do Aterro (lixão) do Jóquei e Recuperação Ambiental
3. READEQUAÇÃO URBANA DO CONDOMÍNIO "POR DO SOL"	Sistema de Drenagem Pluvial Urbana
	Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.
	Pavimentação das Vias Arteriais, Coletoras e Locais
	Mobilidade e Acessibilidade
	Recuperação de Áreas Degradadas (RAA)
	Equipamentos sociais (Escola, CRAS, C. Comunitário, Creche, P. Policial)
	Reassentamento Famílias – Construção de 561 casas populares

2.2 Justificativa e Localização das Áreas de Intervenção

As áreas de intervenção com empreendimentos de infraestrutura urbana referem-se: (i) às intervenções localizadas referentes ao sistema de resíduos sólidos do DF; e (ii) ao Condomínio Pôr-do-Sol;

Gestão dos Resíduos Sólidos no DF

O conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, definidos pela Lei 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, são de competência do GDF, por serem serviços de interesse predominantemente local, conforme o ordenamento jurídico vigente.

A competência de regular e fiscalizar o cumprimento das diretrizes de saneamento básico relativas à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA). A parte executiva dos serviços de limpeza urbana está a cargo do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do DF (SINESP).

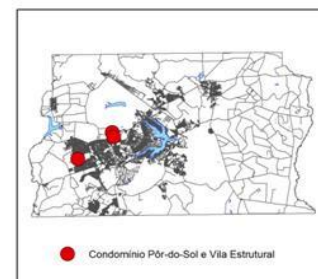
Atualmente, o DF conta com 3 ações efetivas no tratamento e destinação final de resíduos, representados pelos seguintes equipamentos públicos:

- Aterro da Estrutural (lixão do Jôquei);
- Usina da L4 Sul (compostagem/triagem para coleta seletiva);
- Usina do P. Sul/ Ceilândia (compostagem/triagem para coleta seletiva);

Além das estruturas mencionadas acima, o SLU conta com 3 estações de transbordo, localizadas nas Regiões Administrativas do Gama, de Sobradinho e de Brasília (Asa Norte).

BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II - AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

ICA Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente s/s Ltda.



Legenda:

- Aterro do Jôquei
- Usina L4 Sul
- Usina P Sul
- Rodovias
- Lagos

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum Horizontal Astor Crusk
Base Cartográfica: SITURB - Sistema de Informação
Territorial e Urbana do DF

LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
DO SLU

Contudo, a Gestão de Resíduos Sólidos já há alguns anos vem se tornando um dos mais sérios problemas ambientais e sociais que o DF enfrenta. Dentre outros problemas, a capital do país dispõe seus resíduos

de forma inadequada no Aterro (lixão) do Jóquei (na Vila Estrutural), um dos maiores lixões a céu aberto da América Latina, e em outros depósitos clandestinos que proliferam em todo o território.

O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) funciona com uma sobrecarga técnica que ultrapassa os limites da responsabilidade. A frota usada é insuficiente e a infraestrutura de coleta, transbordo e tratamento mostram-se precárias e estão no caminho da obsolescência frente ao volume e distribuição geográfica dos resíduos produzidos (dados do Decreto nº 33.445, de 23 de dezembro de 2011 - Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal).

O GDF e a SINESP/SLU vem trabalhando na estruturação de um sistema adequado de gestão dos resíduos sólidos que compreende: (i) a revisão do marco legal da gestão de RS no DF; (ii) a construção de Aterro Sanitário no Setor Oeste; (iii) o fechamento do Lixão da estrutural; (iv) criação de áreas de transbordo, separação e reciclagem de RS e da construção civil e com a recuperação das unidades hoje existentes; (v) a implantação de sistema de coleta seletiva; e (vi) redução do trabalho informal dos catadores; e a regulação, fiscalização e monitoramento dos serviços. Parte destas ações será apoiada pelo PBS II.

Considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos de proibir o envio de resíduos sólidos diretamente à disposição final sem tratamento prévio (seja com reciclagem ou outro tipo de tratamento), a estratégia operacional da SINESP/SLU acima citada deverá reduzir a quantidade de resíduos sólidos enviados a aterro sanitário a cerca de 20% do peso gerado, permitindo, assim, aumentar a vida útil dos aterros sanitários do DF e arredores.

Condomínio Pôr-do-Sol

Apesar de o Distrito Federal ter sido fruto de um plano urbanístico rigoroso, o uso e ocupação do solo, nas últimas décadas, não ocorreu de forma planejada. Novos núcleos urbanos surgiram pela pressão crescente da demanda por habitação, a partir de invasões e de novos projetos urbanísticos.

Loteamentos têm sido implantados de forma irregular predominando condições de ocupação subnormais (ausência de saneamento básico e habitações precárias, típicas de favelas). Como consequência, são inúmeros os impactos advindos de pressão antrópica sobre recursos naturais remanescentes, como: drenagem e degradação excessiva das nascentes, erosão e compactação de solo, desmatamentos, poluição, despejos de resíduos, esgotos clandestinos, captação irregular de água, contaminação de corpos hídricos, presença acentuada de espécies exóticas e animais domésticos, invasões de terra, tráfego intenso de veículos, atropelamento de animais silvestres, proliferação de zoonoses etc. As consequências dessa elevada pressão antrópica resultam na redução na diversidade de ecossistemas e de espécies de fauna e flora.

A Vila Estrutural e o Condomínio Pôr-do-Sol são um exemplo de loteamento irregular no território do DF, cujo crescimento desordenado vem gerando impactos socioambientais importantes, podendo inclusive vir a comprometer a qualidade dos recursos hídricos da bacia do rio Descoberto. A Vila Estrutural foi objeto do Programa Brasília Sustentável I (PBS I) financiado com recursos do Banco Mundial e a urbanização do Condomínio Por do Sol está incluída na presente operação.

Segundo EIA/RIMA Bordas de Ceilândia, na área hoje ocupada pelo Condomínio Pôr-do-Sol, existiam chácaras rurais, que foram aos poucos parceladas e vendidas a moradores das proximidades que buscavam alternativa ao aluguel. A ocupação da área se intensificou em meados de 2000 e foi impulsionada pelo crescimento do condomínio vizinho, Condomínio Sol Nascente.

As intervenções previstas na área do Condomínio Pôr-do-Sol se justificam, ambientalmente, por sua influência direta na bacia de contribuição do rio Descoberto, pois se localiza em área composta por nascentes e talvegues de drenagens naturais que deságuam no rio Melchior, um dos principais tributários desta Bacia.

Ainda, o Condomínio Pôr-do-Sol encontra-se sobre:

- Áreas de risco geotécnico;
- Área de APP (Área de Preservação Permanente);
- Área de antiga jazida de areia, que foi preenchida com resíduos sólidos;
- Área definida como de uso público e/ou que seriam utilizadas para a implantação de infraestrutura urbana.

Como pode ser observado nas duas imagens satélites retiradas do Google Earth, entre 2008 e 2013, nota-se um importante adensamento das habitações em todo Condomínio e o surgimento de novo “parcelamento” na porção sul da área (marcada pela seta amarela).



Figura 2.2 – VISTA SOBRE CONDOMÍNIO PÔR-DO-SOL – ANO DE 2008 – IMAGEM GOOGLE EARTH.



Figura 2.3 – VISTA SOBRE CONDOMÍNIO PÔR-DO-SOL – ANO DE 2013 – IMAGEM GOOGLE EARTH.

2.3 CONTEXTO SÓCIO AMBIENTAL DO DF

Segundo dados do IBGE 2010, o Distrito Federal abriga uma população de 2.570.160 habitantes, tendo como área territorial total 5.822,1km², o que representa em termos de densidade populacional aproximadamente 442 hab/km². O Distrito Federal é um semi-enclave de Goiás, sendo circundado por praticamente todo o território do estado; apenas na ponta sudeste o Distrito Federal faz divisa com a cidade mineira de Cabeceira Grande (até 1995, distrito de Unai).

Geomorfologia e Relevo - o relevo dominante do Distrito Federal é caracterizado por áreas planas e elevadas, colinas arredondadas e chapadas intercaladas por escarpas. Ao norte e ao sul pequenas diferenças podem ser percebidas na paisagem.

- Norte: relevo acidentado, com vales profundos chamados "vãos".
- Sul: são comuns os vales abertos e as encostas pouco íngremes.
- Altitudes. 1.100 metros é a média, tendo como ponto mais elevado a Chapada da Vendinha, localizada a noroeste com 1.349 metros.

A cidade de Brasília está situada em uma vertente; quanto mais próxima do rio Paranoá menor será sua altitude, chegando a 1.152 metros no centro de Brasília.

Clima - o clima é tropical de altitude, com um verão úmido e chuvoso e um inverno seco e frio. A temperatura média anual é de cerca de 19,8°C, podendo chegar aos 30,0°C de média das máximas em setembro, e aos 10,5°C de média das mínimas nas madrugadas de inverno em julho. A mínima absoluta histórica foi de 1,6°C em 1975 (INPE, 2010) sendo acompanhada de uma geada. A máxima absoluta histórica foi de 34,5°C em 12 de outubro de 1963 (Inmet, 2010). A temperatura, porém, varia de forma significativa nas áreas menos urbanizadas, onde a média das mínimas de inverno cai para cerca de 10°C a 5°C. A umidade relativa do ar é de aproximadamente 80%, podendo chegar aos 15% ou menos no inverno.

Hidrografia - os cursos d'água do Distrito Federal apresentam características típicas de drenagem de área de planalto onde são frequentes os desníveis e vales encaixados.

A área do Distrito Federal foi dividida em três regiões hidrográficas: Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia.

As principais bacias hidrográficas da região compreendem:

- Bacia do Rio Descoberto (oeste): deságua na Bacia do Paraná. Fornece cerca de 60% da água tratada consumida no Distrito Federal.
- Bacia do Preto (leste): deságua na Bacia do São Francisco.
- Bacia do São Bartolomeu (sul/sudeste): deságua na Bacia do Paraná.
- Bacia do Maranhão (norte): deságua na Bacia do Tocantins/Araguaia.

Dessas bacias, destaca-se, por possuir maior área, a do rio São Bartolomeu que nasce ao norte do Distrito Federal e corre no sentido norte/sul, drenando todo o seu trecho central.

Vegetação - A vegetação típica do Distrito Federal é o cerrado. Essa vegetação tem como características os troncos retorcidos, folhas e cascas grossas. É o domínio que está sofrendo maior devastação nos últimos anos. O índice de desmatamento dessa região é da ordem de 70%, ou seja, hoje, da área original do cerrado, restam apenas 30%.

O cerrado divide-se em:

- Cerradão: presença arbórea acima de 60% da área, com um pequeno espaçamento entre as árvores, o que torna a mata fechada.
- Cerrado típico: vegetação localizada nos latossolos profundos e bem drenados no Brasil Central. Ocorre em áreas extensas, formadas por uma camada de gramíneas e uma cobertura florestal que varia de 10% a 60% da área.
- Campo limpo: localizado em solos mais rasos. Região campestre com inexpressiva presença de árvores.
- Campo sujo: ocorre em solos pouco ou mais profundos que o campo limpo. Existe uma pequena presença arbórea (cerca de 10%). A grande variedade topográfica, edáfica e de umidade proporciona a variedade de espécies da região (Caetano, 2004).

Fauna - A fauna corresponde à predominantemente típica do domínio do cerrado. Devido à sua situação geográfica, o Cerrado funciona como elo com outros biomas como a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga. Isso faz com que o Cerrado compartilhe espécies com os demais biomas, tornando-se um local de alta diversidade, a ponto de ser considerado a savana mais rica em biodiversidade do planeta.

O Cerrado abriga um grande número de espécies animais. Mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes fazem parte das espécies de vertebrados identificados e que vivem no bioma. Isso sem contar os insetos, que têm papel fundamental na ecologia, mas que ainda são pouco conhecidos pela ciência.

Espécies ameaçadas como a onça-pintada, o tatu-canastra, o lobo-guará, a águia-cinzenta e o cachorro-do-mato-vinagre, entre outras, ainda têm populações significativas no Cerrado, reafirmando sua importância como ambiente natural. Ainda, espécies exclusivas do Cerrado, como o tamanduá-bandeira, estão na lista dos animais brasileiros ameaçados de extinção.

Uso do Solo - O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT) é o instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão das cidades e do território do Distrito Federal.

O PDOT foi aprovado pela Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997. Já a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, aprova a sua revisão e dá outras providências.

Os objetivos delineados para essa política definiram e caracterizaram o macrozoneamento territorial, para o qual foram estabelecidas estratégias de ordenamento territorial e os instrumentos a serem aplicados em cada uma de suas macrozonas.

Segundo a Lei Complementar nº 803 de 2009, o Macrozoneamento divide o território do Distrito Federal, de acordo com as vocações intrínsecas às áreas e aos objetivos do Plano Diretor, em:

- Macrozona Urbana, destinada predominantemente às atividades dos setores secundário e terciário, não excluída a presença de atividades do setor primário;
- Macrozona Rural, destinada predominantemente às atividades do setor primário, não excluída a presença de atividades dos setores secundário e terciário;
- Macrozona de Proteção Integral, destinada à preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais.

Unidades de Conservação - As Unidades de Conservação representam 42% do território e apresentam-se como um instrumento disciplinador da ocupação humana, dentro de uma ótica do desenvolvimento sustentável, considerando especialmente o fato de o DF possuir mais de 95% da população concentrada em áreas urbanas, o que evidencia uma forte pressão antrópica sobre os recursos naturais.

Desses 42%, apenas 9% correspondem a UC de uso indireto, isto é, unidades onde o ecossistema deve ser protegido de forma integral, sendo a interferência humana a menor possível. Estas UCs principalmente abrigam espécies atualmente em extinção. A simples criação de Unidades de Conservação não tem sido capaz de garantir por si só a preservação da fauna, flora e das nascentes, devido à falta fiscalização e de uma atuação governamental efetiva no plano de educação ambiental. O Mapa Ambiental, no Anexo I, apresenta as diversas unidades de conservação do DF.

Dinâmica Populacional

Em termos gerais, o processo de evolução da população do Distrito Federal não pode ser considerado uniforme, uma vez que são registradas grandes variações nas taxas de crescimento demográfico, em consequência das constantes alterações ocorridas nas políticas públicas de ocupação do solo ao longo de sua história.

TABELA 2.3: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DF TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ANUAL (TGMCA) E DENSIDADE DEMOGRÁFICA – 1957-2007 – (CODEPLAN, 2010)

Anos	População	TGMCA	Hab/km ²
1960	140.164	117,94	24,21
1970	537.492	14,39	92,84
1980	1.176.935	8,15	203,30
1991	1.601.094	2,84	276,57
2000	2.051.146	3,01	354,31
2010	2.570,060	2,28	443,89

Considerando a evolução da população do Distrito Federal, o Plano Diretor de Água e Esgoto, em sua revisão, adota para o Distrito Federal, que foi considerada a área de influência indireta para o meio antrópico, uma projeção populacional média de 3.477.807 pessoas no ano de 2030.

Trabalho e Renda

Os itens a seguir apresentam dados de emprego, trabalho e rendimento, complementando a caracterização da população residente do Distrito Federal.

População economicamente ativa

A população ocupada do Distrito Federal, segundo setores de atividades, é apresentada na Tabela 2.4. Do total de pouco mais de um milhão de pessoas ocupadas, seja na economia formal quanto na informal, existe grande concentração no Setor Terciário (comércio e serviços), além de grande quantidade de pessoas locadas no setor de administração pública, seja federal ou distrital.

Esses quantitativos já indicam certa dependência do DF de outras regiões do país, em virtude dos baixos índices de ocupação nos setores primário (agricultura e pecuária) e secundário (indústria de transformação).

Tabela 2.4: Perfil da População Ocupada segundo os Setores de Atividades no DF (CODEPLAN, 2010)

Setores de atividades	Ocupados (em 1.000)
Indústria de transformação	45
Construção civil	63
Comércio	192
Serviços	589
Administração pública	199
Outros (*)	111
Total	1.192

(*) Inclui serviços domésticos.

Renda

Os dados de rendimento dos chefes de domicílio do DF são apresentados na Tabela 2.5. Verifica-se que o rendimento médio mensal domiciliar no DF é de R\$ 4.590. Cerca de 35,80% dos domicílios do DF tem rendimentos mensal até 2 salários mínimos (SM). A maior concentração dos domicílios, 23,70%, se encontra na faixa de 2 a 5 SM.

TABELA 2.5: DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (IBGE, 2007).

CLASSES DE RENDIMENTO DOMICILIAR	DOMICÍLIOS PARTICULARES (em 1000 domicílios)			VALOR DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOMICILIAR (R\$) (1)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total	736	695	38	3694	3788	2019
Até 1 SM	39	34	4	311	310	321
Mais de 1 a 2 SM	99	90	9	576	575	584
Mais de 2 a 3 SM	99	91	8	843	943	948
Mais de 3 a 5 SM	121	113	8	1469	1491	1454
Mais de 5 a 10 SM	131	126	5	2717	2717	2718
Mais de 10 a 20 SM	110	108	2	5402	5407	5088
Mais de 20 SM	93	91	2	14085	14031	18893
Sem rendimento (2)	13	11	2	-	-	-
Sem declaração	32	31	1	-	-	-

Dados da PED/DF em 2007 indicaram que 22,6% da população urbana residente no Distrito Federal encontravam-se em situação de pobreza (com renda per capita até 0,5 salário mínimo) e 7,4% da população urbana encontrava-se em situação de indigência (renda per capita até 1/4 de salário mínimo).

As estatísticas obtidas do Cadastro Único do Distrito Federal – CADU/DF indicam que em junho de 2008 havia 468,4 mil pessoas beneficiárias dos programas de Transferência de Renda e Segurança Alimentar, quantitativo que representa quase 90% da estimativa de pobres no Distrito Federal.

Infraestrutura urbana

Drenagem Urbana e Pavimentação

A implantação e gestão da drenagem urbana e de pavimentação das vias públicas urbanas no DF são de responsabilidade da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Atualmente, a NOVACAP é o principal braço executor das obras de interesse do DF e sua vinculação é direta com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Infraestrutura de Água e Esgoto

No Distrito Federal, cabe à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB a prestação de serviços de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário).

A CAESB atua nas 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal, operando 5 sistemas de água com capacidade de produção de 7.316 l/s de água e nível de atendimento de 99,5 % da população (CAESB, 2011). No tocante de esgotamento sanitário são 17 sistemas de esgotos, que coletam 3,3 m³/s de esgoto e tratam 100% do esgoto coletado (CAESB, 2011).

Abastecimento de Água - Para atender a 98,04% da população com abastecimento de água, a CAESB dispõe de 5 sistemas produtores, 9 Estações de Tratamento de Água, 68 Unidades de Tratamento Simplificado e de Cloração de Poços, 8.166 km de redes de distribuição/adutora e 563.662 ligações (CAESB, 2011). A Tabela 2.6 mostra dados atuais dos 5 sistemas produtores de água do Distrito Federal, incluindo o Sistema Santa Maria/Torto.

Tabela 2.6: Dados dos Sistemas Produtores de Água do Distrito Federal (PPA, 2010)

Sistema	Vazão Produzida (l/s)	Vazão Captada (l/s)	Vol Captado m3/mês	% Captado	Regiões Administrativas Abastecidas
Torto/ Santa Maria (Integrado)	1.986	2.026	5.323.995	27,51%	Brasília, Paranoá, Varjão, Sudoeste, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Jardim Botânico e Itapoã.
Rio Descoberto (integrado)	4.377	4.384	11.519.975	59,53%	Gama, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Samambaia, Santa Maria, Rec. Das Emas, Riacho Fundo, Candangolândia, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueiras, Novo Gama (Saneago), Engenho das Lajes
Brazlândia	115	115	302.162	1,56%	Brazlândia
São Sebastião	179	179	471.166	2,43%	São Sebastião
Sobradinho/ Planaltina	659	660	1.735.476	8,97%	Sobradinho e Planaltina
TOTAL	7.316	7.364	19.352.774	100%	

Atualmente, o Sistema Santa Maria/Torto é o segundo maior produtor de água do Sistema Integrado de Abastecimento de água do Distrito Federal, superado somente pelo Sistema Descoberto (Figura3).

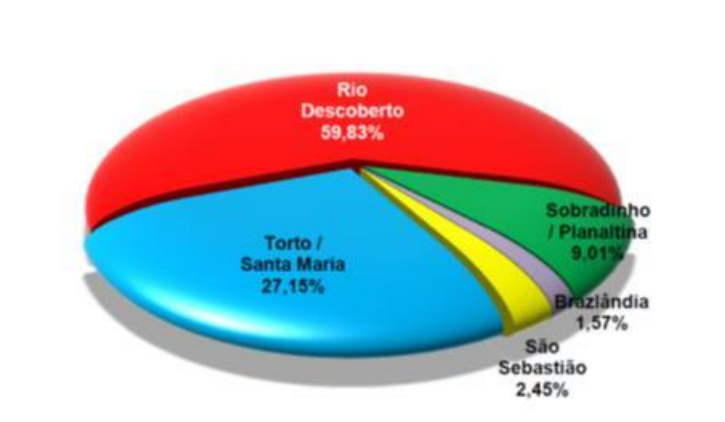


FIGURA 2.4: PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO POR SISTEMA PRODUTOR (CAESB, 2011).

As únicas Regiões Administrativas em que a distribuição de água potável não inclui toda a população são: Sobradinho (99,3 %), Planaltina (98,0%), São Sebastião (98,9%) e Recanto das Emas (95,7%).

Esgotamento Sanitário - Quanto ao esgotamento sanitário, o atendimento a 88,9% da população com sistema de coleta e 100% de tratamento dos esgotos coletados é feito através de 5.112.659 m de redes coletoras, 446.336 ligações prediais, 777.349 economias, 17 estações de tratamento em operação e 64 estações de bombeamento (CAESB, 2011). O Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal operado pela CAESB é composto por 4 (quatro) bacias de esgotamento (bacias do lago Paranoá, do rio São Bartolomeu; do Ponte alta/Alagado e do Descoberto/Melchior) e possui 17 sistemas de tratamento em operação. A tabela 2.7 apresenta os sistemas de interesse para o Programa, as ETE em operação, as localidades atendidas e o corpo receptor do esgoto tratado.

Tabela 2.7. Quadro resumo dos sistemas de esgotamento sanitário do Distrito Federal (CAESB, 2011)

Bacia de esgotamento sanitário	Sistema	Localidades de atendimento	Corpo receptor
Lago Paranoá	ETE SUL	Asa Sul/ Parte da Área Central de Brasília	Lago Paranoá
		Núcleo Bandeirante	
		Guará I e II	
		Cruzeiro/Octogonal/Sudoeste	
		Lago Sul (parte)	
		Riacho Fundo (Quadra QN1)	
		S.I.A	
		Águas Claras	
	ETE NORTE	Asa Norte/ Vila Planalto/ Parte da Área Central de Brasília	Lago Paranoá
		Lago Norte	
		Taquari	
		Vila Estrutural	
	ETE Riacho Fundo	Riacho Fundo	Riacho Fundo
	ETE Torto	Vila Weslian Roriz (Torto)	Infiltração no Solo
Rio Descoberto/ Melchior	ETE Samambaia	Samambaia	Rio Melchior
	ETE Melchior	Taguatinga e Ceilândia	Rio Melchior
	ETE Brazlândia	Brazlândia	Rio Verde (Goiás)

Qualidade das Águas

No âmbito do presente estudo, apresentam-se os resultados de qualidade das águas referentes a:

- Cursos d'água receptores de efluentes da ETE Melchior onde os esgotos sanitários provenientes do Condomínio Por do Sol deverão ser tratados, compreendida pelo ribeirão Taguatinga, rio Melchior e rio Descoberto na Bacia do rio Descoberto;
- Cursos d'água receptores potenciais da pluma contaminante promovida pelo Aterro do Jóquei, compreendida pelo córrego do valo e córrego Vicente Pires na Bacia do Lago Paranoá;
- Avaliação do potencial efeito da pluma contaminante sobre as águas subterrâneas na bacia do córrego Acampamento – dentro do Parque Nacional de Brasília.

Monitoramento CAESB

A CAESB realiza de forma sistemática o monitoramento dos corpos receptores no DF, com periodicidade bimestral, desde maio de 1993 e tem como objetivo avaliar o impacto causado pelo lançamento dos efluentes dos esgotos tratados nas ETEs, bem como os efeitos de outras cargas pontuais e difusas na qualidade da água dos corpos hídricos.

Os parâmetros analisados nos corpos receptores são oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), demanda química de oxigênio (DQO), amônia, nitrogênio total, nitrito, nitrato, fosfato total, sólidos em suspensão, turbidez, pH, condutividade elétrica, *Escherichia Coli* e temperatura do ar e da água.

Para a caracterização da qualidade da água dos corpos receptores de efluentes, a CAESB utiliza o índice de qualidade de água (IQA) seguindo a metodologia adotada pela CETESB no Estado de São Paulo, porém excluindo o parâmetro Sólidos Totais e redistribuindo o peso deste item para os demais parâmetros, gerando assim o índice de qualidade de água dos corpos receptores IQA-CR. A introdução de poluentes/contaminantes externos a um corpo hídrico pode resultar em alterações marcantes ou não na classificação do IQA-CR, variando com a vazão e concentração do elemento contaminante no efluente, vazão do corpo hídrico receptor e época do ano (temperatura e variação pluviométrica). Os valores do IQA-CR calculados pela CAESB para os cursos d'água citados monitorados em 2010 são apresentados na Tabela 2.8.

Tabela 2.8. Índice de Qualidade da Água dos Corpos Receptores (IQA-CR).

Sub-bacia	Corpo receptor	Pontos de Amostragem	2010											
			Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Rio Descoberto	Córrego Cortado	CO 10	-	69	-	73	-	70	-	56	-	55	-	
	Córrego Taguatinga	TG 10	-	40	-	44	-	42	-	43	-	42	-	
	Rio Melchior	MC 10	-	59	-	41	-	43	-	46	-	35	-	
		MC 20	-	46	-	30	-	31	-	24	-	28	-	
		MC 30	-	24	-	22	-	29	-	21	-	29	-	
	Rio Descoberto	DC 10	-	45	-	28	-	27	-	25	-	27	-	
Lago Paranoá	Córrego Vicente Pires	VP 10	-	74	-	72	-	70	-	69	-	66	-	
		VP 20	-	63	-	73	-	66	-	66	-	61	-	
		VP 30	-	65	-	64	-	64	-	57	-	60	-	
		VP 40	-	53	-	45	-	65	-	69	-	59	-	
		VP 50	-	52	-	52	-	62	-	57	-	52	-	
	Córrego Riacho Fundo	RF 10	-	-	43	-	44	-	42	-	37	-	42	
		RF 20	-	-	32	-	30	-	28	-	31	-	40	
		RF 30	-	-	40	-	44	-	40	-	36	-	34	
		RF 40	-	-	36	-	36	-	30	-	28	-	29	
		RF 50	-	-	34	-	35	-	35	-	25	-	25	

Fonte: SIESG, 2011. Legenda:

Ruim $20 \leq IQA < 37$	Boa $52 \leq IQA < 80$	Aceitável $37 \leq IQA$	Ruim $20 \leq IQA < 37$	Péssima $0 \leq IQA < 20$
-------------------------	------------------------	-------------------------	-------------------------	---------------------------

É possível identificar na Tabela 2.8 a influência do lançamento de esgotos tratados nas ETEs na qualidade das águas dos corpos receptores e também trechos de corpos d'água com qualidade já comprometida antes do lançamento desses efluentes.

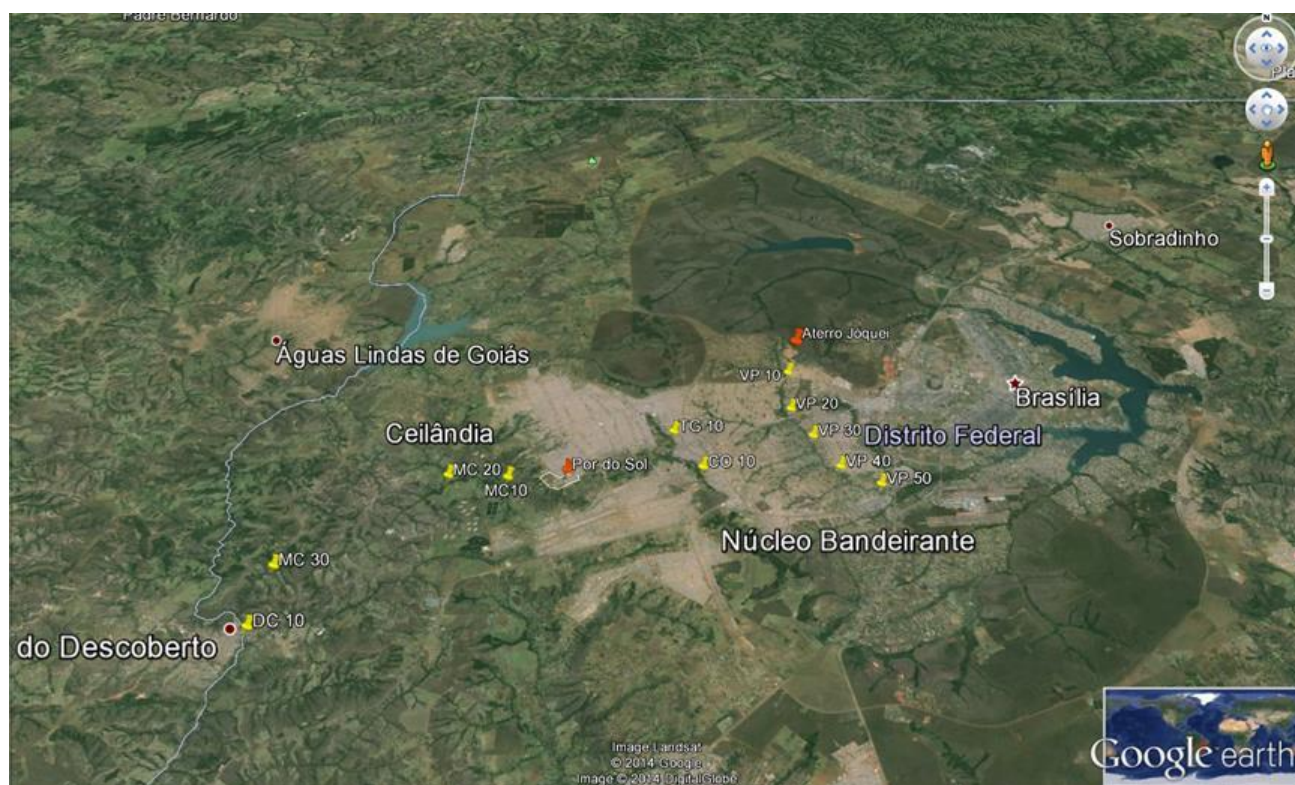


Figura 2.7 – Pontos de amostragem Bacia do Descoberto e Vicente Pires

Tabela 2.9 – Pontos de Amostragem

Sub Bacia	Corpo Receptor	Pontos de Amostragem
Rio Descoberto	Córrego Taguatinga	TG10
	Córrego Cortado	CO-10
	Rio Melchior	MC10
		MC20
		MC30
Rio Descoberto	DC10	
Rio Paranoá	Córrego Vicente Pires	VP-10
		VP-20
		VP-30
		VP-40
		VP-50

Na bacia do Rio Descoberto, os pontos à jusante do lançamento dos efluentes das ETEs Melchior e Samambaia indicam piora na qualidade das águas do Rio Melchior de boa ou aceitável para ruim na maioria das campanhas. No córrego Vicente Pires os índices indicam uma situação de qualidade boa com uma piora sensível na qualidade das águas do córrego Riacho Fundo, na bacia do Lago Paranoá, após os lançamentos de esgoto tratado da ETE Riacho Fundo.

Estudos sobre a Pluma de Contaminação do Aterro do Jóquei

Diversos estudos e pesquisas tratando do escoamento e infiltração das águas precipitadas e do chorume referente ao Aterro de Lixo do Jóquei foram elaborados a partir de 1995. Embora os resultados dos modelos geológico-geotécnicos e hidrogeológicos desenvolvidos nem sempre apontem para as mesmas conclusões, há um razoável consenso sobre alguns pontos.

Os estudos geofísicos e as modelagens do fluxo subterrâneo, analisados por estes estudos incluindo o EIA/RIMA da Cidade Estrutural, levaram à evidência de que o fluxo de contaminantes “caminha” em

direção ao córrego Vicente Pires/ córrego Cabeceira do Valo e ao córrego do Acampamento. Há que se considerar ainda que as análises químicas realizadas nas nascentes dos córregos Acampamento – PNB e da Cabeceira do Valo, bem como nas chácaras lindeiras, ainda não mostram evidências claras de contaminação.

Em 2008, no âmbito do EIA/RIMA do Sistema de Produção do Bananal, uma nova coleta de amostras de água dos poços foi feita. As análises dos resultados indicam a possibilidade de contaminação futura do córrego Acampamento, já que a pluma de contaminação avança nessa direção, como apontam os resultados das amostras dos poços próximos ao córrego. Há que ter preocupação também com a ocupação da área ao norte do Aterro, pois isso pode levar à contaminação das nascentes do Bananal.

O que significa essa contaminação em termos de substâncias poluentes e como isso pode afetar a utilização da captação deve ser objeto de futuros estudos. Deve-se considerar, no entanto, que as águas a serem captadas terão tratamento convencional na ETA Brasília que se encontra em fase final de reforma. Nesse sentido, constata-se a necessidade de monitoramento permanente do avanço da pluma de contaminantes.

O EIA/RIMA do Sistema de Produção do Bananal recomendou a implementação de uma parceria ou convênio entre a CAESB e a Universidade de Brasília com o intuito de concretizar este monitoramento e a elaboração de futuros estudos sobre o avanço da pluma do aterro sobre os corpos hídricos em questão. O EIA/RIMA propôs um programa de monitoramento da bacia do córrego Acampamento no PNB incluindo novos poços no Aterro do Jóquei, a ser executado pela CAESB.

O estudo mais recente - Dissertação de Mestrado de Márcio Maciel Cavalcanti denominada “Aplicação de Métodos Geoelétricos no delineamento da Pluma de Contaminação nos Limites do Aterro Controlado do Jóquei Clube De Brasília – março 2013” apresenta os resultados de pesquisa realizada nos limites do aterro controlado do Jóquei Clube de Brasília (JCB), com o objetivo de investigar a evolução da pluma de contaminação gerada pela percolação do chorume na zona saturada.

Os resultados geofísicos junto com a topografia da área do aterro JCB, possibilitaram delinear o fluxo preferencial da pluma de contaminação. É observada a migração tênue da pluma de contaminação, para o limite leste do aterro JCB com o Parque Nacional de Brasília (PNB), sendo intensificada a presença de contaminação no limite sudeste do aterro JCB com o PNB. O fluxo preferência da pluma esta voltada mais para os limites: sudeste, sul, sudoeste, oeste e noroeste do aterro JCB.

A figura 2.8 a seguir apresenta as áreas de contaminação identificadas no Estudo.

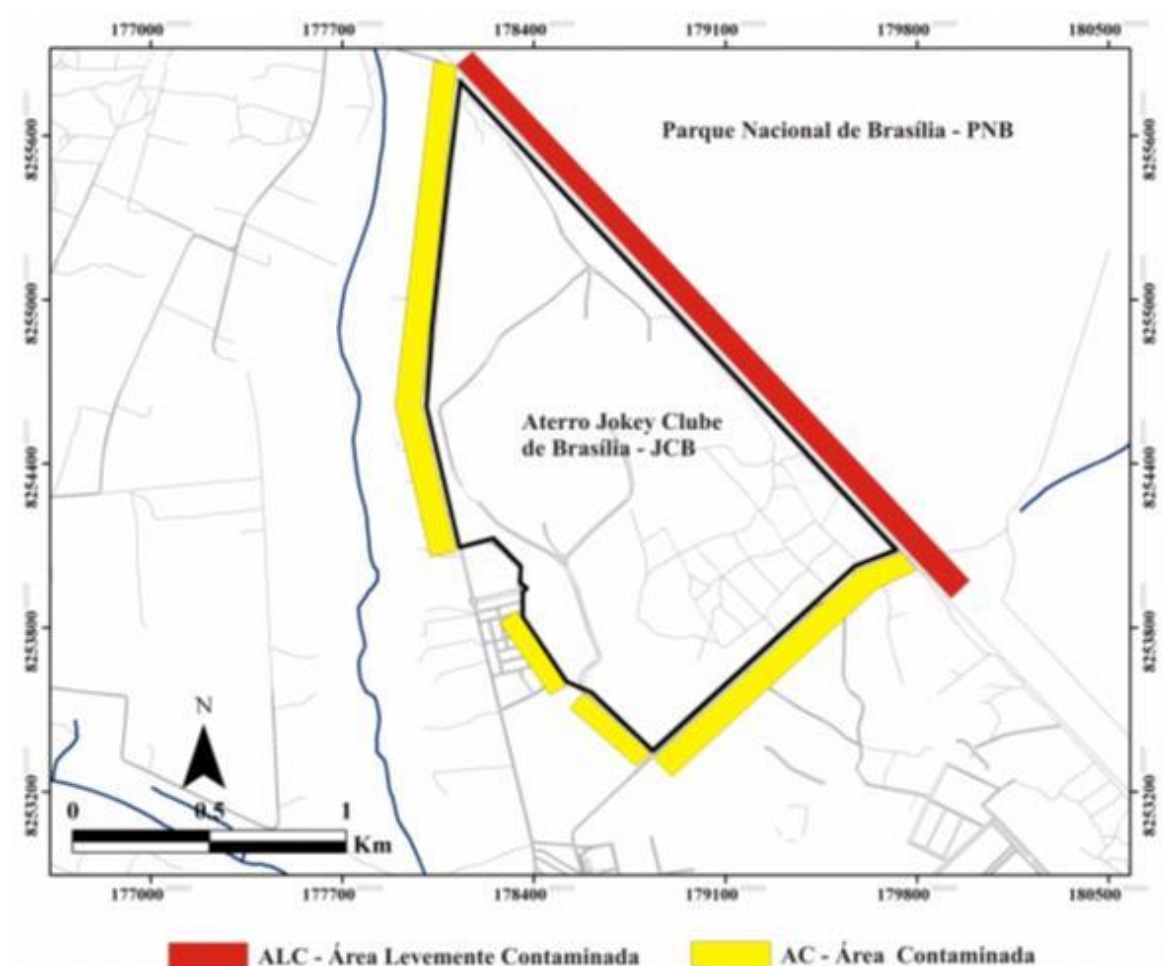


Figura 2.8: Mapa de localização das áreas contaminadas e com suspeitas de contaminação pelo chumbo, nos limites do aterro JCB, para o ano de 2012.

3. CUMPRIMENTO COM STATUS E NORMAS DE PROJETO

3.1 Processo de Avaliação Ambiental e Social

Os processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos constantes do PBS II são conduzidos junto aos órgãos competentes, ou seja, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, responsável local pelo licenciamento ambiental.

Situação do licenciamento ambiental dos Empreendimentos do Programa

COMPONENTE 2: RESÍDUOS SÓLIDOS

No âmbito das intervenções do sistema de resíduos sólidos do DF a constarem do PBS II, a tabela 3.3 apresenta a situação de licenciamento ambiental:

Intervenção	Estudo Ambiental	Licenciamento Ambiental
Reforma e Recuperação da Usina de Tratamento e Compostagem do PSUL/Ceilândia	Estudo e TOR a serem definidos pelo IBRAM.	Licenciamento Corretivo de Operação a ser obtida
Reforma e adequação da unidade de Compostagem da Asa Sul - L4	Estudo e TOR a serem definidos pelo IBRAM com base	Licenciamento Corretivo de Operação a ser obtida
Centros de Triagem	Não há necessidade	Licenças Simplificadas (LS) a serem obtidas

Desativação e Recuperação do Aterro (Lixão) do Jóquei	Estudo e TOR a serem definidos pelo IBRAM.	Tipologia de Licenciamento a ser definida
---	--	---

COMPONENTE 3: CONDOMÍNIO POR DO SOL

Avaliação Ambiental e Social

Para acelerar o processo de ordenamento e regularização, e ao mesmo tempo permitir uma análise ambiental do problema para toda a região das Bordas da Ceilândia foi instituído um processo de licenciamento corretivo (processo 391.001.701/2009 – IBRAM) e elaborado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) contemplando as áreas do Condomínio Sol Nascente e do Condomínio Por do Sol, elaborado em 2009/10 e entregue em 2010.

Divulgação e Consulta Pública

No processo de licenciamento, o EIA/RIMA foi objeto de procedimento de Divulgação e Audiência Pública de acordo com a legislação ambiental. A convocação da Audiência Pública foi realizada por meio de publicação na imprensa local (dias 11, 12 e 13/11/2010) e no Diário Oficial do DF (nos dias 12, 13 e 14/11/2010), e disponibilização do EIA/RIMA para consulta junto à TERRACAP (inclusive no site). A Audiência Pública foi realizada em 16/12/2010 no auditório do SESC Ceilândia.

Participaram da Audiência cerca de 50 pessoas entre moradores, representantes comunitários e órgãos do Governo. As principais intervenções dos participantes referiram-se a: (i) esclarecimentos com relação à situação de permanência ou necessidade de reassentamento; (ii) situação da quadra 508 onde se encontra depósito de lixo no subsolo; (iii) regularização dos condomínios; (iv) regularidade da aquisição de imóveis; (v) implantação de infraestrutura; e (vi) situação da coleta de lixo, entre outras.

O IBRAM analisou o EIA/RIMA e o resultado da Audiência Pública e solicitou complementações que foram entregues em março de 2011.

Licenciamento Ambiental e Regularização Urbanística

Os trechos 1 e 2 do Condomínio Sol Nascente já tiveram a aprovação do projeto urbanístico e as licenças de instalação corretiva emitidas com base no EIA/RIMA.

Considerando que grande parte do Condomínio Por do Sol encontrava-se em áreas da poligonal da ARIE Parque JK, a sua regularização somente poderia avançar após a alteração da poligonal de modo que o Condomínio ficasse fora dos limites da ARIE. Esta alteração ocorreu recentemente por meio da Lei Complementar 855 de 24 de julho 2014.

No processo de licenciamento ambiental houve também a manifestação do ICMBio - Instituto Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão ambiental federal responsável pela gestão de UC federais que se manifestou favorável à regularização da ARIS Por do Sol e exigindo a manutenção da APP de Borda de Chapada em 100 metros (cenário 3 analisado no EIA/RIMA).

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com base no estudo de patrimônio arqueológico e cultural elaborado no âmbito do EIA/RIMA, também se manifestou favorável ao licenciamento ambiental dos condomínios localizados nas Bordas da Ceilândia.

A regularização da ARIS Por do Sol encontra-se atualmente em análise na SEGETH, no que se refere ao Projeto de Urbanismo de Regularização de Parcelamento do Condomínio, e em análise no IBRAM no que se refere ao licenciamento ambiental corretivo. Após análise favorável destas instituições, o Projeto de Urbanismo e o Licenciamento Ambiental serão submetidos aos Conselhos de Planejamento Territorial e Urbano – CONPLAN e de Meio Ambiente – CONAM, respectivamente.

Os projetos de infraestrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário e macro e microdrenagem) do Condomínio Por do Sol estão concluídos desde 2010, e deverão ser objeto de licenciamento de instalação.

A situação atual de licenciamento ambiental do CPDS é apresentada na tabela 3.2.

Intervenção	Estudo Ambiental	Licenciamento Ambiental
Urbanização e de Regularização de Parcelamento	EIA/RIMA Concluído 2010 Projeto de Urbanismo e Regularização em análise na SEGETH	Licenciamento de Instalação Corretiva a ser obtido

Abastecimento de água	Estudo e TOR a serem definidos pelo IBRAM	Licenciamento de Instalação a ser obtido
Esgotamento Sanitário	Estudo e TOR a serem definidos pelo IBRAM	Licenciamento de Instalação a ser obtido
Macro e Microdrenagem	Plano de Controle Ambiental – PCA - TOR a ser definido pelo IBRAM. Inclusão de Levantamento e prospecção arqueológica.	Licenciamento de Instalação a ser obtido

3.2 Resumo de como o projeto atende ou vai ao encontro das exigências das normativas do BID

TABELA 3.3. RESUMO DE COMO O PROJETO ATENDE OU VAI AO ENCONTRO DAS EXIGÊNCIAS DAS NORMATIVAS DO BID

Política - Normativa	Aspecto aplicável	Atendimento às necessidades
OP 703		
B.02	Cumprimento com as Leis e Regulamentos Locais	As intervenções do Projeto encontram-se em consonância com a legislação ambiental, urbanística e de resíduos sólidos no âmbito federal e do DF
B.03/B.05	Processo de avaliação ambiental adequada	O capítulo de análise institucional descreve os requerimentos para o licenciamento urbanístico e ambiental dos projetos e os procedimentos de aprovação aos quais são submetidos. Estes requerimentos e procedimentos são totalmente adequados para a tipologia de projetos. No caso do Condomínio Por do Sol, o mesmo foi objeto de EIA/RIMA de acordo com a legislação ambiental brasileira e encontra-se em análise no IBRAM.
B.06	Processo de Consulta Pública na Fase de Preparação	O EIA/RIMA das Bordas da Ceilândia que contempla o Condomínio Por do Sol foi objeto de divulgação (a partir de 11/11/2010) e Consulta Pública (16/12/2010). O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS do DF foi objeto de processo de divulgação e consulta pela SEMA em 2014.
	Projeto tem adequado plano de participação de Atores na sua implementação.	Além do processo de divulgação e consulta acima citado a concepção e estruturação do Programa tem a participação de diversos organismos do Governo do DF.
	Projeto tem disposições adequadas de recebimento e supervisão de reclamações	O Sistema de Gerenciamento Ambiental e Social constante do presente Relatório contempla procedimentos de ouvidoria.
B.07	Projeto tem suficientes requisitos internos de supervisões e elaboração de relatórios.	O Sistema de Gerenciamento Ambiental e Social constante da presente Avaliação Ambiental e Social contempla procedimentos de supervisão ambiental e social.
	Projeto tem a garantia de um desempenho externo adequado	O Sistema de Gerenciamento Ambiental e Social constante do presente Informe contempla permanente divulgação e monitoramento das ações a serem implementadas.
B.11	Projeto tem controle de emissões adequadas.	O Plano de Gestão Ambiental e Social contempla programa de monitoramento da qualidade da água, de monitoramento da pluma do Lixão, já em realização pela CAESB, e Plano de Monitoramento das ações do Programa.
B.17	Aquisições	O Sistema de Gerenciamento Ambiental e Social contempla requisitos ambientais a serem adotados nas obras e aquisições.
OP-102	Disponibilidade da informação	A presente Avaliação Ambiental e Social será objeto de divulgação em consonância com os procedimentos do BID. O Relatório da Análise Ambiental e Social encontra-se no site web do BID e da SINESP.
OP - 710	Reassentamento Involuntário de Famílias	Plano Diretor de Reassentamento Involuntário para o Condomínio Por do Sol elaborado com a previsão de afetação de cerca de 750 imóveis.

Política - Normativa	Aspecto aplicável	Atendimento às necessidades
		Adicionalmente, foi elaborado um Plano de Inserção Social de Catadores – PISC que visa apoiar os catadores atuais, organiza-los em cooperativas, no novo Sistema de gestão de Resíduos Sólidos no DF
OP - 761	Igualdade de Gênero	O Plano de Inserção Social dos Catadores – PISC, o Plano de Regularização Urbanística e Fundiária do Condomínio Por do Sol e o Plano Diretor de Reassentamento Involuntário de Famílias contemplam ações específicas de proteção ao gênero feminino. O programa inclui medidas específicas para empoderar a mulher, principalmente as chefas do lar.

4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

A Avaliação Ambiental e Social das intervenções do Programa foi agregada em 2 conjuntos:

- **Avaliação Ambiental do Projeto de Regularização do Condomínio Por do Sol – Componente 3** que já possui detalhamento técnico (projetos básicos) e cujas obras se encontram em condições de serem contratadas com recursos provenientes do BID ou de outras fontes (contrapartida);
- **Avaliação Ambiental e Social das Intervenções do Componente 2**, referente às intervenções previstas onde parte delas já dispõem, no momento, de estudos de concepção ou projetos de engenharia e outra parte não dispõe destes estudos que deem condições de detalhar as características ou processos evolutivos. Nesse caso último caso, a avaliação ambiental empreendida foi realizada por meio de análise das tipologias de intervenção e de sua previsível localização.

Para esta avaliação são consideradas:

Componente 2 – Intervenções com estudos de concepção ou projetos básicos:

- ✓ Centros de Triagem
- ✓ Reforma e Recuperação da Usina de Compostagem do PSUL/Ceilândia –
- ✓ Reforma e adequação da unidade de Compostagem da Asa Sul - L4 - operando com uma linha exclusiva para resíduos verdes

Componente 2 – Intervenções ainda sem estudos de concepção ou projetos básicos:

- ✓ Centros de Transbordo
- ✓ Desativação e Recuperação do Aterro/Lixão do Jóquei

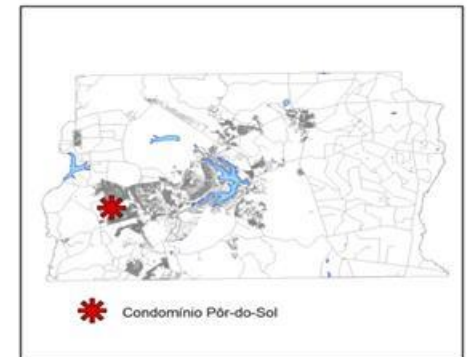
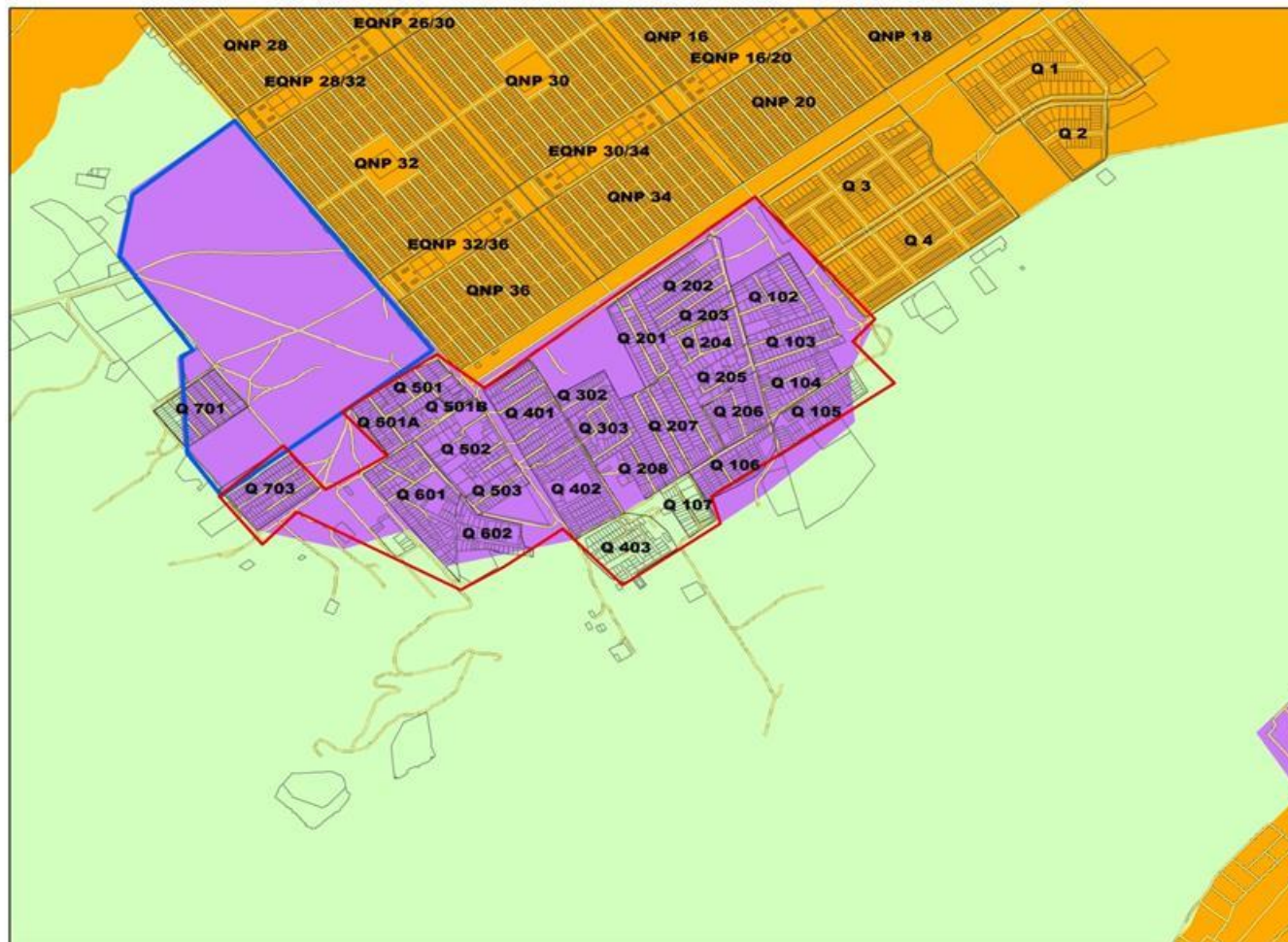
4.1 Avaliação Ambiental Condomínio Por do Sol

4.1.1 Caracterização do Condomínio

O Condomínio Pôr-do-Sol se encontra inserido, quase inteiramente, em Zona de Uso Urbano Controlado II. Somente as quadras Q403 e Q107 estão sobre Zona de Uso Rural Controlado. Figura 4.1.

Nota-se que a área estabelecida para o reassentamento proposto no Projeto de Regularização Fundiária do Condomínio também se encontra inserida em Zona de Uso Urbano Controlado II. É importante ressaltar que as duas quadras supracitadas (Q403 e Q107) são objeto de Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária e do Plano Diretor de Reassentamento Involuntário de Famílias. Estas quadras serão suprimidas e as famílias, que ali residem, reassentadas para área contígua ao Condomínio.

BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II - AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL



Legenda:

- ✱ Condomínio Pôr-do-Sol
- Area de reassentamento
- Mancha urbana
- Lagos
- Rodovias

Zoneamento

- Macrozona de Proteção Integral
- Zona Rural de Uso Controlado
- Zona Rural de Uso Diversificado
- Zona Urbana Consolidada
- Zona Urbana de Expansão e Qualificação
- Zona Urbana de Uso Controlado I
- Zona Urbana de Uso Controlado II
- Zona Urbana do Conjunto Tombado
- Zona de Contenção Urbana

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
 Datum Horizontal Astro Chuá
 Base Cartográfica: SITURB - Sistema de Informação Territorial e Urbana do DF

PDOT (2009)/ CONDOMÍNIO POR-DO-SOL

FIGURA 4.1 – CONDOMÍNIO POR-DO-SOL SOBRE PDOT (2009)

O PDOT qualifica o Condomínio Pôr-do-Sol em Área de Regularização de Interesse Social – ARIS que tem como objetivo a regularização fundiária de assentamentos informais ocupados, predominantemente, por população de baixa renda e prioridade na regularização fundiária promovida pelo Poder Público.

A transferência das famílias que residem nas Q 403 e na Q107, atualmente em Áreas de Preservação Permanente – APP, de uso rural e com risco geotécnico, tornarão os usos do Condomínio compatíveis com o PDOT.

4.1.2 Projeto de Regularização Fundiária do Condomínio Pôr-do-Sol

Para identificação das áreas de risco e de provável reassentamento, o Projeto de Regularização Fundiária do Condomínio Pôr-do-Sol destacou as seguintes condições gerais:

- Ocorrência de aterro clandestino de lixo;
- Restrições ambientais (córregos, nascentes e outras);
- Restrições geofísicas e geotécnicas – risco de erosão ou de colapso do solo;
- Restrições urbanísticas e de infraestrutura – implantação do sistema viário e manutenção das faixas de servidão das redes existentes.

Posteriormente, um Plano Urbano de Ocupação foi desenvolvido e discutido com a comunidade, adotaram-se então como restrições à ocupação as condicionantes abaixo relacionadas:

- Raio de 50 metros em torno das nascentes (APP);
- Declividade acima de 30%;
- Presença de processos erosivos;
- Presença de solos hidromórficos;
- Faixa de 100 metros a partir da linha de ruptura do relevo;
- Aterro clandestino de lixo;
- Interferências com infraestrutura existente; e,
- Interferência com sistema viário proposto.

De acordo com os dados do Plano Diretor de Reassentamento Involuntário (2014), no Projeto de Regularização da ARIS Pôr-do-Sol será necessário o reassentamento de cerca de 790 imóveis, incluindo imóveis de uso residencial, misto e comercial. Destes 790 imóveis, verificou-se que cerca de 10% têm mais de uma edificação, resultando em um número final de aproximadamente 870 famílias afetadas.

A quantificação destes imóveis compreendeu o levantamento de campo (in loco) realizado em 2013, a revisão do Projeto Urbanístico de Regularização do PBS em 2014 e uma revisão dos imóveis afetados, realizada em 2014, com base em imagem de satélite.

TABELA 4.1: QUANTITATIVO DE CASOS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Tipo	Quantidade Total
Imóveis – Uso Residencial	562
Imóveis – Uso Chácara	26
Imóveis – Uso Misto (Comércio/Residencial)	8
Imóveis – Uso Misto (Igreja/Residencial)	3
Imóveis – Uso Igreja/Templos religiosos	5
Uso não identificado	19
Total	623
Casos identificados na revisão da URB (Reassentamento parcial)	93
Casos identificados na revisão da URB (Reassentamento Total)	74

TOTAL (verificação in loco + casos identificados na revisão da URB)	790
--	------------

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013, Revisão do Projeto Urbanístico (URB) em 2014 e Análise Imagem de satélite.

Parte dos imóveis afetados serão reordenados (remanejamento parcial) e parte remanejados (interna ou externamente), conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 4.2: QUANTITATIVO DE CASOS POR TIPO DE AFETAÇÃO

Tipo	Reordenamento	Remanejamento
Residencial	68	494
Misto (comércio/Residencial)	0	7
Misto (comércio/igreja)	0	3
Chácara	0	26
Igreja / Templos religiosos	3	2
Outro	1	0
Não identificados	0	19
Identificados na revisão da URB	93	74
Total	165	625

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Os diferentes tipos de uso e padrão construtivo dos imóveis da área demandarão soluções de reposição de perdas diferenciadas por parte do Governo do Distrito Federal. Essas opções devem estar previstas em um instrumento jurídico-legal, com vistas a possibilitar que os agentes públicos as operacionalizem.

A figura 4.3 apresenta (em vermelho) as áreas que serão objeto de reassentamento no Condomínio Pôr-do-Sol.



Fonte: Carta-Consulta/2013

Figura 4.3 – Áreas previstas para o Reassentamento

Com base nestas informações conclui-se que:

- O número de imóveis a ser remanejado (afetação total) é de 625 imóveis;
- Se adotada uma faixa de 10% de segurança, o número de imóveis seria de 687 imóveis.
- Parte destes imóveis será remanejada fisicamente e parte indenizada, com base nos critérios a serem estabelecidos e negociados posteriormente.

- Assim, a adoção de estimativa de construção de 551 imóveis constante do Quadro de Custo Global do PBS II se mostra razoável (cerca de 80,2% dos imóveis afetados totalmente).
- Este número deverá ser atualizado quando do Projeto Executivo de Reassentamento.
- No Projeto de Urbanismo, na área prevista para reassentamento, foram previstos (criados) 1.001 lotes sendo 887 de unidades unifamiliares – residências
- Assim, a URB prevê lotes suficientes para abrigar a população a ser remanejada.

4.1.3 Avaliação Ambiental do Projeto de Regularização do Por do Sol

A avaliação ambiental do Projeto Integrado de Regularização da ARIS Por do Sol tomou como base o EIA/RIMA elaborado pela Empresa PROGEA (2009/10), contratado pela TERRACAP para atender aos requisitos de licenciamento ambiental que se encontra em curso no IBRAM.

O EIA/RIMA apresenta três alternativas básicas de intervenção: (i) inercial sem intervenção; (ii) remoção dos assentamentos, e (iii) urbanização planejada, e aponta a terceira, por meio do processo de regularização, como a alternativa que menos produzirá impactos ambientais negativos.

A ocupação desordenada das Bordas da Ceilândia é hoje um fato concreto. Os principais impactos sobre o meio físico e biótico ocorridas neste processo de ocupação mostram correlações fortes com a falta de infraestrutura urbana e de saneamento básico, bem como com problemas sociais que também produzem impactos de natureza socioambiental como violência, desemprego, e conseqüente redução da qualidade de vida.

O estudo de impacto ambiental ao apontar para a regularização, como alternativa mais favorável do ponto de vista socioambiental, destaca as seguintes recomendações:

- Conceder a permanência das famílias, considerando os critérios da Política Habitacional do Distrito Federal e da criação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, preconizada no Estatuto da Cidade, com base na elaboração de um Plano Urbanístico;
- Retirar e reassentar as residências que se encontram em áreas de restrições ambientais, geotécnicas e urbanísticas;
- Propor um programa de recuperação de áreas degradadas que assegure a participação da comunidade;
- Implantar um programa de Educação Ambiental e Sanitária, conscientizando os moradores da importância vital do ecossistema local, formado pela presença e importância da ARIE Parque JK e dos cursos d'água locais;

A presente Avaliação Ambiental e Social – AAS também constata a adequada necessidade de regularização urbanística e fundiária do Condomínio Por do Sol.

A restrição jurídica e ambiental relacionada à interferência direta de parte da ocupação com a ARIE Parque JK já foi solucionada com a alteração da poligonal da ARIE por meio da Lei Complementar 855/14.

Por outro lado persistem situações que deverão ser melhor detalhadas durante e posteriormente à regularização urbanística. Referem-se principalmente a:

- (i) Avaliação de interferências do projeto de macrodrenagem urbana com patrimônio arqueológico em função de utilização de áreas da ARIE Parque JK, a ser analisada adiante;
- (ii) Realização de estudo sobre a situação dos resíduos sólidos (lixão) remanescentes na Quadra 108 e a possibilidade técnica e ambiental da permanência dos imóveis residenciais ali localizados.

A Quadra 108 encontra-se excluída do Projeto Urbanístico até que a viabilidade de sua permanência seja, ou não, estabelecida.

Nesse sentido, estudo específico sobre os riscos da existência de lixão aterrado e de permanência no local deverá ser efetuado no âmbito do Programa, com base em termos de referência a serem emitidos pela SEMA.

- (iii) Ações de Recuperação das Áreas Degradadas pela ocupação irregular (APPs) e replantio de cerca de 5.000 árvores. Nas áreas das Quadras Q 403 e Q 10 a serem removidas, se prevê

também a Implantação de Parque Ambiental Recreativo (com equipamentos públicos de lazer, contemplação, trilhas, etc.), garantindo a preservação das áreas – APP e sua não-reocupação. O Parque Ambiental Recreativo deverá ser implantado com recursos do Programa e seu projeto será de responsabilidade da SEGETH e SEMA.

4.1.4 – Avaliação ambiental da Infraestrutura para regularização urbanística do Condomínio.

Sistema de Abastecimento de Água

O abastecimento de água para o Condomínio Pôr do Sol já se encontra em grande parte implantado devendo logo após a sua regularização ser também regularizado de acordo com os procedimentos técnicos adotados pela CAESB. O abastecimento se dará pelo sistema que atende a cidade de Ceilândia, por meio do Sistema Integrado do Descoberto, a partir do reservatório apoiado RAP-CE1, com capacidade de 40.000 m³. O sistema para o Condomínio foi dimensionado para uma população de cerca 21.400 habitantes com uma vazão média de 35 l/s.

Ações	Intervenções Propostas
Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água	Implantação de redes de distribuição

Sistema de esgotamento sanitário

Os esgotos serão coletados no Setor Habitacional Pôr do Sol em sistema de redes condominiais com coletores na sua maioria em gravidade. Os esgotos serão lançados no interceptor “Ceilândia” sendo que o efluente da área abaixo do interceptor será recalcado até o mesmo interceptor. A partir daí transportados por gravidade até a ETE Melchior, a qual está em funcionamento e possui capacidade suficiente para atender esse novo aporte de esgotos. A vazão de esgoto de esgoto prevista é de xxx m³

A ETE Melchior foi projetada para tratamento de uma vazão de 1.469 l/s sendo que atualmente recebe uma vazão média de 889 l/s. O tipo de tratamento compreende Reatores Anaeróbicos de Fluxo Ascendente – RAFAs seguido do processo Unitank -conjunto de tanques de aeração e clarificação com polimento final. O corpo receptor é o ribeirão Melchior. A vazão máxima prevista pelo Condomínio Por do Sol é de 99 l/s.

Ações	Intervenções Propostas
Implantação de sistema de esgotamento sanitário.	Implantação de redes condominiais
	Implantação de sistema de transporte (coletores-tronco, estação elevatória e linha de recalque

Sistema de drenagem urbana

A concepção do sistema consiste na implantação de redes de drenagem urbana convencionais, com bocas de lobo nas vias pavimentadas e a serem pavimentadas no Condomínio Por do Sol e estruturas de transporte e de lançamento no ribeirão Melchior e em um afluente do ribeirão. A estrutura de lançamento foi concebida contemplando bacias de detenção com dissipadores de energia.

Tanto os dissipadores quanto as bacias de detenção foram projetados considerando os parâmetros definidos no Plano Diretor de Drenagem Urbana do DF.

As bacias de detenção, constituídas de barragem em terra; descarga de fundo e extravasor, ambos com gradeamento grosso, possuem volumes variando de 6.760 m³; 10.150 m³ e de 20.000 m³.

Ações	Intervenções Propostas
-------	------------------------

Implantação de sistema de drenagem urbana.	Implantação de redes de microdrenagem.
	Implantação de sistema de transporte e de retenção (galerias, dissipadores e bacias de detenção)

Avaliação Ambiental

É importante inicialmente considerar que as intervenções de infraestrutura para o Condomínio são de intervenções de pequeno porte. De forma geral, pode-se afirmar que os impactos negativos são, em geral, localizados, transitórios e de caráter pouco significativo a moderado, decorrentes principalmente das atividades inerentes à execução de obras.

Critérios e procedimentos adequados de execução de obras podem minimizar significativamente a possibilidade de ocorrência dessas interferências. A adoção de Manual Ambiental de Construção, como recomendado no PGAS, promove a implementação adequada destes procedimentos. A CAESB já possui um Manual Ambiental de Obras que integra o seu Sistema de Gestão Ambiental – SGA e já utilizado em programa financiado pelo BID. A NOVACAP poderá utilizar este manual nas implantações referentes à drenagem urbana.

Os impactos positivos são permanentes e alcançam toda a população da área referente ao Condomínio Por do Sol.

A responsabilidade institucional pela implantação das medidas de mitigação indicadas será do órgão executor – a SINESP com acompanhamento da CAESB para os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e da NOVACAP para os sistemas de drenagem urbana.

Além da adoção de “boas práticas de engenharia”, recomenda-se adicionalmente a avaliação de interferências com patrimônio arqueológico nas estruturas a serem implantadas na área da ARIE Parque JK, considerada de interesse arqueológico.

4.1.5 Avaliação Global da Implantação do Condomínio Por do Sol

O Projeto Integrado de Regularização do Por do Sol incorpora os condicionantes do EIA/RIMA e apresenta um plano diretor para o reassentamento involuntário das famílias. A presente AAS consolida as proposições de intervenção, esclarece as ações ambientais a serem adotadas para a sua implantação e procede a concepção de Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS do Brasília Sustentável II.

Adicionalmente devem ser considerados os seguintes pontos:

Áreas Protegidas. A região denominada Bordas da Ceilândia é considerada de fragilidade ambiental em função da existência de APPs (matas de galeria, nascentes, ruptura de relevo e solos hidromórficos). A área de intervenção está integralmente, inserida na APA Planalto Central, sob a administração do ICMBio, que já se manifestou favorável à regularização da ARIS no processo de licenciamento.

A Lei Complementar 855/14 alterando a poligonal da ARIE, excluiu o Condomínio Por do Sol possibilitando a tramitação da sua regularização urbanística e do respectivo licenciamento ambiental em fase final de análise e aprovação.

Patrimônio Cultural – O EIA/RIMA analisou a possibilidade de existência de patrimônio arqueológico e cultural na área de intervenção do PBS II. Esta análise teve a concordância do IPHAN que se manifestou favorável à regularização da ARIS no âmbito do processo de licenciamento.

Por outro lado, a ARIE Parque JK é considerada pelo seu Plano de Manejo com área de interesse arqueológico. Neste sentido a presente AAS recomenda também que as intervenções previstas na ARIE Parque JK – coletor tronco de esgotos e sistema de drenagem urbana/estrutura de lançamento no ribeirão Mestre D’Armas tenham uma avaliação prévia de interferência com patrimônio arqueológico nas estruturas a serem localizadas na ARIE Parque JK. Esta avaliação prévia pode ser realizada no âmbito do processo de licenciamento de instalação destes sistemas.

Reassentamento de Famílias – O Projeto Integrado de Regularização do Por do Sol determinou um espaço específico – já desocupado, de propriedade da TERRACAP, para o reassentamento de famílias

que deverão sair para atender os condicionantes ambientais e urbanísticos. O Plano Diretor de Reassentamento integra esta AAS.

4.2 Intervenções do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos do DF

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) propõe uma logística do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU) que serão gerados no horizonte de 4 anos, contemplando:

- Implantação de novo Aterro Sanitário – Aterro Oeste em fase de execução;
- Implantação gradual de Sistema de Coleta Seletiva
- Construção de Centros de Triagem
- Reforma e Recuperação da Usina de Compostagem do PSUL/Ceilândia
- Reforma e adequação da Unidade de Compostagem da Asa Sul - L4 - operando com uma linha exclusiva para resíduos verdes
- Construção de Estações de Transbordo
- Desativação e Recuperação do Aterro (lixão) do Jóquei

4.2.1 Caracterização dos Equipamentos da Gestão de Resíduos Sólidos

No âmbito do Programa Brasília Sustentável, o GDF pretende o financiamento dos seguintes equipamentos/serviços para implementação do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (RSU):

- Construção de 6 Centros de Triagem
- Reforma e Recuperação da Usina de Compostagem do PSUL/Ceilândia
- Reforma e adequação da Unidade de Compostagem da Asa Sul - L4 - operando com uma linha exclusiva para resíduos verdes
- Desativação e Recuperação do Aterro (lixão) do Jóquei

4.2.2 Avaliação Ambiental das Intervenções Físicas

4.2.2.1 CENTROS DE TRIAGEM

Os Centros de Triagem propostos compõem-se de lotes de 3.000 a 6.000 m², em média, com um galpão de cerca de 1.000 a 3.000 m² para as atividades de triagem, com a capacidade de processar em média 13,6 toneladas ao dia, por turno de materiais recicláveis; e cerca de 2.000 – 3.000 m² de área para urbanização - circulação de veículos, calçadas, gramado e localização de PEV-Posto de Entrega Voluntária. Esta configuração o caracteriza como galpão médio, segundo critérios do Ministério das Cidades.

Sob os aspectos ambientais relacionados à construção e tecnologia trata-se de uma obra de porte insignificante onde os critérios e procedimentos adequados de construção constantes do Manual Ambiental de Construção são suficientes para evitar quaisquer impactos ambientais.

A operação destes Centros de Triagem, também não deverá trazer impactos ambientais e sociais já que existe a triagem de materiais recicláveis (lixo seco) em um galpão fechado e o rejeito deste processo será acondicionado e depositado em contêiner disponibilizado no local pelo SLU e retirado periodicamente para evitar acúmulo. O rejeito será destinado ao novo Aterro em construção sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, e minimizando os impactos ambientais.

A principal questão ambiental refere-se à localização futura das Centrais de Triagem, devendo-se evitar áreas nitidamente residenciais/comerciais uma vez que podem trazer transtornos à população residente, assim como próximas a áreas com unidades de saúde, educação, etc.

Recomenda-se a sua localização em áreas industriais ou em áreas já utilizadas para o serviço de limpeza urbana.

4.2.2.2 USINAS DE TRATAMENTO DE LIXO (UTL) E COMPOSTAGEM (UCTL)

As duas usinas serão reformadas e modernizadas visando a melhoria da qualidade do processo de triagem e principalmente da compostagem de resíduos provenientes da fração úmida da coleta de resíduos.

A meta é que, ao final da reforma, seja atingida uma capacidade nominal de processamento diária de 600 t/d, em 4 linhas de 150 t/d, para a UTL Asa Sul e de 600 t/d, em 2 linhas de 300 t/d, na UCTL Ceilândia com melhoria e reforma de seus equipamentos atuais além de novos e mais eficientes tratamentos de compostagem.

UTL – L4 SUL

Situação Atual

A UTL, situada na Avenida L4 Sul, no plano piloto de Brasília teve início de suas atividades em 1963 operando com biodigestores de tecnologia *Dano*, em quatro linhas de operação. Na área há também um pátio de manobras asfaltado para a retirada do composto pré-maturado, o qual é encaminhado para a UCTL em Ceilândia, com vistas a complementar o processo de compostagem. Apenas 2 biodigestores estão em funcionamento.

A UTL da L4 Sul processa um total de 4.645 toneladas de RSU por mês (t/mês), sendo 1.560 t/mês de composto pré-maturado que são enviadas à UCTL, 195 t/mês de resíduos reciclados e 2.970 t/mês são rejeitos. Provenientes da coleta seletiva, são 115 t/mês e os rejeitos são em média de 95 t/mês. Atualmente, a usina conta com 100 catadores na operação.

Proposição

O sistema proposto será baseado na execução de obras e reformas nas estruturas existentes, sendo as mesmas: (i) demolição dos galpões existentes (com exceção do galpão de recepção de resíduos que será apenas reformado), (ii) demolição da atual área de pesagem de resíduos, (iii) implantação de novo galpão para o processo de triagem, (iv) implantação de edifícios de apoio (refeitório, vestiário, oficina e almoxarifado), (v) construção de galpão para implantação de linha de processamento de resíduos verdes e resíduos de feiras, bem como para compostagem destes resíduos e armazenamento dos mesmos e (vi) implantação de novos galpões para o recebimento dos rejeitos e dos compostos crus resultantes do processo de triagem.

Também serão realizadas reformas no sistema de iluminação existente, além da implantação de uma subestação de energia, recuperação de pavimentos e vias de acesso, complementação de barreira vegetal e revitalização/tratamento paisagístico, fechamento da área com alambrado, implantação de rede de combate à incêndio, e implantação de sistema de drenagem de lixiviados e sistema de drenagem de águas pluviais. As reformas e construções totalizarão uma área construída de 14.217,32 m².

No que diz respeito à modernização dos equipamentos será previsto em projeto a implantação de novas linhas de processamento mais eficientes. Além disso, deverão ser adquiridos revolventes mecânicos de leiras, com a finalidade de se otimizar o processo de compostagem dos resíduos verdes e resíduos de feiras.

UCTL - CEILÂNDIA

Situação Atual

A UCTL, situada no Setor P Sul, em Ceilândia, foi inaugurada em 1986, utilizando tecnologia *Trigar*, com biodigestores verticais, os quais foram abandonados em 2000, pelas dificuldades de operação e manutenção, alterando-se, dessa forma, a distribuição e circulação dos resíduos no processo de triagem. A UCTL tem portaria com vigilância e recepção dos veículos de coleta, balança rodoviária com capacidade para 70.000 quilos e é totalmente cercada. Compõe-se de: (i) prédio com administração, refeitório e banheiros; (ii) prédio de recepção e segregação de materiais com duas linhas, cada uma com duas peneiras rotativas, esteiras para triagem manual e um eletroimã; (iii) pátio de compostagem, com área de aproximadamente 40.000 m², impermeabilizado e com sistema de drenagem e armazenamento do chorume (lagoas); (iv) galpão de peneiramento de composto, realizado ao final da compostagem; e (v) galpão para armazenamento de materiais recicláveis triados.

Os rejeitos são encaminhados ao aterro, e o composto cru é encaminhado para tratamento em pátios na própria área da usina. Após a maturação nos pátios, o composto estabilizado é encaminhado ao galpão de armazenamento onde esse é peneirado resultando em composto curado.

Proposição

O sistema proposto será baseado na execução de obras e reformas nas atuais estruturas, sendo as mesmas: (i) demolição dos biodigestores verticais (TRIGA) e da edificação atualmente utilizada por cooperativa de catadores; (ii) construção de novos galpões de forma a ampliar a recepção de resíduos e área utilizada para transbordo; (iii) demolição do atual galpão de rejeitos e implantação de um novo, com maiores dimensões; (iv) reativação, reforma e substituição de equipamentos existentes na atual área de triagem, bem como na sala de comandos e controle; (v) construção de novo galpão para triagem mecânica e manual de resíduos; (vi) implantação de pátio para compostagem através da tecnologia de aeração forçada; (vii) implantação de cobertura nos pátios de compostagem existentes, além de readequação dos pavimentos dos mesmos; (viii) implantação de novos pátios de compostagem. Informa-se que a fim de se atender novas demandas para disposição de RSU ou de compostos curados pretendem-se reformar um dos pátios existentes denominando-o de pátio de contingência.

Serão realizadas, ainda, reformas no sistema de iluminação existente, recuperação de pavimentos, readequação dos acessos existentes, bem como implantação de dois novos acessos, e vias de acesso, complementação de barreira vegetal e revitalização/tratamento paisagístico, e implantação de sistema de drenagem de lixiviados e sistema de drenagem de águas pluviais nos locais necessários, implantação de rede de incêndio e rede elétrica.

No que diz respeito à modernização dos equipamentos será previsto em projeto a reforma e implantação dos novos equipamentos de processamento mais eficientes e que aliem simplicidade, flexibilidade, eficiência, facilidade de manutenção e segurança operacional. Além disso, deverão ser adquiridos revolvedores mecânicos de leiras, com a finalidade de se otimizar o processo de compostagem.

Avaliação Ambiental Específica

Sob os aspectos ambientais e sociais, a reforma e adequação das usinas de tratamento, na fase de implantação, geram impactos inerentes à uma obra deste tipo com efeitos que podem ser minimizados com a adoção de procedimentos construtivos adequados – “boas práticas de engenharia”.

Nesse sentido, recomenda-se a adoção do Manual Ambiental de Obras – MAO da CAESB com as devidas adequações à tipologia do empreendimento.

Ressalte-se que a reforma e adequação das usinas prevê a sua implementação por fases de modo a não paralisar as suas atividades.

Por outro lado, a operação das usinas ampliará os efeitos positivos de tratamento do lixo orgânico por compostagem e a possibilidade de reutilização do lixo inorgânico.

Desta forma, os impactos positivos da reforma e adequação das usinas são bastante amplos e necessários à cadeia proposta para o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

4.2.2.3 DESATIVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO ATERRO (LIXÃO) DO JÓQUEI

O Governo do Distrito Federal, no âmbito da implementação do Plano Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do DF, pretende realizar a Desativação e a Recuperação Ambiental do Aterro do Jóquei.

O Aterro (lixão) do Jóquei fica localizado na Região Administrativa da Estrutural, no Distrito Federal, a menos de 25 km do Palácio do Planalto. A área total do lixão é de 175 ha, ou seja, 1.750.000 m².

Situação Atual

De acordo com Plano de Ação Emergencial de 2012, o Lixão pode ser subdividido em 4 áreas distintas, as quais têm fluxos e processos de funcionamento específicos.

A área 1 é a mais próxima da entrada principal de acesso do lixão e tem, aproximadamente, 3 ha (30.000 m²) na qual há: (i) o portão, (ii) a guarita, (iii) as balanças, (iv) os prédios administrativos de

apoio, (v) o campo de futebol, (vi) as áreas de estocagem de material das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A área 2 é a que fica na “frente” do lixão, entre o maciço de lixo, o Parque Nacional, o parque do IBRAM e a área administrativa. Ela tem, aproximadamente, 45 ha (450.000 m²) e em sua maioria não há cotas maiores que 4 metros de lixo depositado.

A área 3 é a área do maciço de lixo propriamente dito, que se encontra em operação pelo SLU para disposição dos resíduos. A área tem, aproximadamente, 80 ha (800.000 m²) e em algumas partes já está na cota de 30m de lixo depositado.

A área 4 é a que fica nos “fundos” do lixão, entre o maciço de lixo, o Parque Nacional e a lagoa de chorume. Ela tem, aproximadamente, 35 ha (350.000 m²) e, da mesma forma que a área 2, em sua maioria não há cotas maiores que 4 metros de lixo depositado.

As vias de acesso às diferentes áreas do lixão são precárias e não pavimentadas, sendo seu uso comprometido na época de chuva em menor ou maior escala, dependendo da operação e manutenção feita pelo SLU e suas terceirizadas.

O Aterro funciona ininterruptamente, 24 horas por dia em todos os dias do ano. O fluxo de veículos externos que entram no lixão diariamente é de 55 caminhões compactadores de lixo doméstico, 950 caminhões com caçambas estacionárias de entulho, 250 caminhões abertos com entulho e 105 carretas de lixo oriundas dos pontos de transbordo. O fluxo de pessoas externas – catadores, que entram no lixão diariamente é de 1400 (800 catadores no período diurno e 600 no período noturno) e 23 comerciantes/atravesadores de recicláveis identificados.

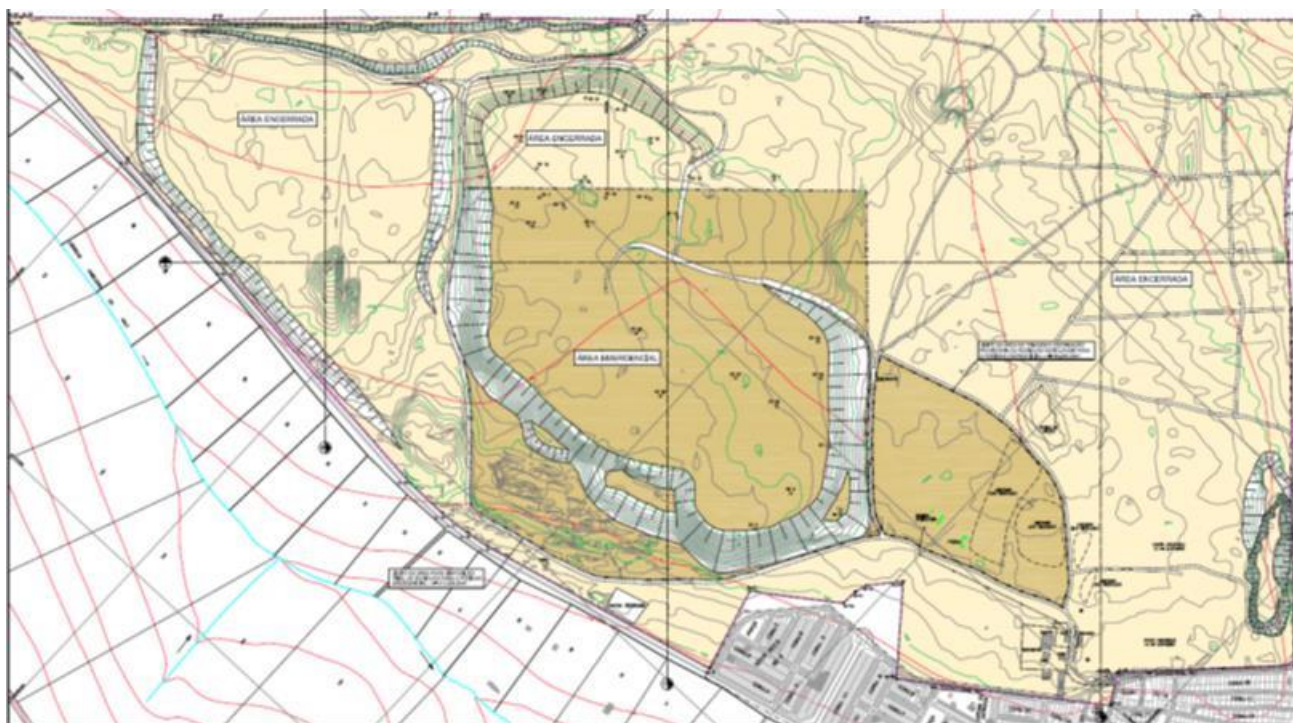




Figura 4.4: Planta de situação em 2009 e imagem 2014.

Impactos Ambientais e Sociais

Além dos impactos típicos de uma operação de um lixão com o a de poluição do solo; contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; liberação de metano para a atmosfera; transmissão de doenças; etc, é de ressaltar a proximidade do Aterro (Lixão) ao Parque Nacional de Brasília onde a pluma contaminante já pode estar trazendo efeitos deletérios ao ecossistema do Parque (Ver páginas 22-23).

Além destes impactos, podem ocorrer acidentes durante a sua operação que podem ser classificados em 2 grupos: (i) os de pequena monta relacionados a atropelamentos, acidentes de trânsito, acidentes típicos de serviços manuais com o material coletado e manipulado, afundamento de área, intoxicação pela inalação de gases, etc.e (ii) os de grande monta, como vazamento de chorume para área fora do lixão, incêndio e/ou explosão e escorregamento do maciço com conseqüente desmoronamento e soterramento, etc.

Proposições

A Estratégia do GDF é de que tão logo o Aterro de Samambaia esteja em condições operacionais, o Lixão seja desativado e fechado.

A sua recuperação, no entanto, depende da seguinte seqüência:

- a) **Elaboração de Estudo de Passivo Ambiental** do Aterro (Lixão) do Jóquei - Investigação Ambiental. Termo de Referência preliminar foi elaborado pela SEMA e consta de anexo ao presente Relatório.

Este Estudo deverá considerar ainda os resultados do programa de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas em execução pelo SLU (área do Aterro e bacia do córrego do Valo – Vicente Pires) e pela CAESB (bacia do Acampamento)

- b) **Elaboração de Projeto de Recuperação**, com base no estudo de passivo ambiental, avaliando previamente alternativas de recuperação como a biorremediação, mineração, etc.

No âmbito do Programa Brasília Sustentável II, estes estudos deverão ser realizados ainda no 1º Ano de implementação de modo a estabelecer a adequada tecnologia de recuperação do Lixão.

Prevêm-se, também, recursos financeiros para início da recuperação numa 1ª Etapa.

Avaliação Ambiental Específica

A Desativação do Aterro (Lixão) do Jóquei é uma medida extremamente urgente sob os aspectos técnicos, ambientais e sociais e que deverá ser implementada tão logo o Aterro Oeste, em execução, entre em operação.

Como medida mitigadora, sob os aspectos sociais, a implementação do Plano de Inserção Social dos Catadores, elaborado no âmbito da preparação do BSB Sustentável II.

A Recuperação Ambiental do Aterro, também com características urgentes, depende ainda da elaboração do *Estudo do Passivo Ambiental* e do consequente *Projeto de Recuperação* a serem executados no âmbito do Programa BSB Sustentável II durante o ano de 2015.

4.3 Principais Medidas Mitigadoras

De acordo com o exposto acima, relaciona-se a seguir as principais medidas mitigadoras dos Componentes 2 e 3 do Programa Brasília Sustentável II.

4.3.1 Condomínio Pôr do Sol – Medidas de Mitigação

Regularização do Condomínio

- (i) Adoção do Plano Diretor de Reassentamento Involuntário com a elaboração do Projeto Executivo de Reassentamento e sua adequada implementação;
- (ii) Realização de estudo sobre a situação dos resíduos sólidos (lixão) remanescentes na Quadra 108 e a análise da possibilidade técnica e ambiental da permanência dos imóveis residenciais ali localizados.

Estudo específico sobre os riscos da existência de lixão aterrado e de permanência no local deverá ser efetuado no âmbito do Programa contemplando tanto a caracterização, por meio de sondagens, do volume a tipologia dos resíduos quanto a avaliação da produção atual e futura de gás e chorume e seus efeitos sobre os moradores.

Este estudo deverá ser elaborado pelo Programa com base em termos de referência a serem emitidos pela SEMA.

- (iii) Ações de Recuperação das Áreas Degradadas (pela ocupação irregular e replantio de cerca de 5.000 árvores. Nas áreas das Quadras Q 403 e Q 10 a serem removidas, se prevê também a Implantação de Parque Ambiental Recreativo (com equipamentos públicos de lazer, contemplação, trilhas, etc.), garantindo a preservação das áreas – APP e sua não-reocupação. O Parque Ambiental Recreativo deverá ser implantado com recursos do Programa e seu projeto será de responsabilidade da SEGETH e SEMA.

Implantação da Infraestrutura de Saneamento – Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

- (i) Realizar Avaliação Prévia de interferências com patrimônio arqueológico nas estruturas a serem implantadas na área da ARIE Parque JK, considerada de interesse arqueológico.

As principais estruturas referem-se a: a) estrutura de lançamento, dissipação e bacia de detenção dos sistemas de drenagem urbana; b) coletor de esgotos de interligação do interceptor Ceilândia.

- (ii) Adoção de Manual Ambiental de Obras – MAO. A CAESB já possui um Manual que deverá integrar os processos de licitação de obras. A NOVACAP poderá adotar este Manual com os devidos ajustes em função das especificidades da obra de drenagem urbana.

4.3.2 Intervenções do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos do DF – Medidas de Mitigação

Centros de Triagem

- Localização dos Centros em áreas industriais e/ou destinadas a este fim
- Adoção de Manual Ambiental de Obras, a constar de Edital de Licitação de Obras

Usinas UTL L4 Sul e UCTL Ceilândia

- Adoção de Manual Ambiental de Obras, a constar de Edital de Licitação de Obras

Desativação do Aterro (Lixão) do Jóquei

- Implementação do Plano de Inserção Social dos Catadores
- Monitoramento das águas superficiais e das águas subterrâneas na bacia do córrego Vicente Pires (SLU) e na bacia do Córrego Acampamento (CAESB);
- Elaboração de Estudo de Passivo Ambiental do Aterro (Lixão) do Jóquei - Investigação Ambiental. Termo de Referência preliminar foi elaborado pela SEMA.
- Elaboração de Projeto de Recuperação, com base no estudo de passivo ambiental, avaliando previamente alternativas de recuperação como a biorremediação, mineração, etc.

4.4 Avaliação Global

O Projeto Integrado de Regularização do Por do Sol elaborado pelo GDF incorpora os condicionantes ambientais e sociais para sua efetiva regularização urbanística e ambiental e também já apresenta um Plano Diretor para o Reassentamento Involuntário das Famílias.

Sob os aspectos das intervenções do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do DF, o Programa Brasília sustentável II apoia a implementação das principais intervenções previstas com as devidas recomendações relativas às medidas de mitigação e ampliação dos benefícios como a elaboração de Plano de Inserção Social de Catadores.

Adicionalmente, as ações previstas de fortalecimento institucional vem ampliar os benefícios do PBS II ao qualificar as principais instituições responsáveis pelas intervenções programadas.

A AAS, elaborada como requisito à aprovação do Financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, consolida as proposições de intervenção, esclarece as ações ambientais e sociais a serem adotadas para a sua implantação e procede a concepção de Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS.

5. GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, SANITÁRIOS E DE SEGURANÇA E TRABALHO E RISCOS.

O Plano de Gestão Ambiental e Social contempla as exigências estabelecidas nas políticas de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Está fundamentado na avaliação ambiental consubstanciada no RAA, bem como no EIA/RIMAs elaborados no âmbito do licenciamento ambiental das obras previstas no PBS II.

O PGA prevê programas de caráter socioambiental e de fortalecimento institucional que buscam tanto mitigar os possíveis impactos negativos identificados na AAS quanto maximizar os efeitos positivos das intervenções do Programa por meio de ações de controle e monitoramento.

Os Programas são apresentados com descrição de seus objetivos e atividades a serem desenvolvidas durante o transcorrer da fase II do Programa Brasília Sustentável, estando o grau de detalhamento dos mesmos condicionados ao aprofundamento das soluções de projeto de cada uma das ações propostas. Destaca-se que alguns projetos serão elaborados somente após a aprovação do empréstimo.

O PGAS da fase II será composto pelos seguintes programas:

- **Gerenciamento Ambiental do Programa**
 - ✓ UGP – responsabilidades, vinculação e estrutura
- **Programa de Medidas Mitigadoras e Compensatórias Ambientais**
 - ✓ Programa de Fortalecimento Institucional Ambiental;
 - ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;

- **Programa de Monitoramento Ambiental**
 - ✓ Programa de Monitoramento Ambiental
 - ✓ Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas
- **Programa de Medidas Mitigadoras e Compensatórias Sociais**
 - ✓ Programa de Inclusão Social dos Catadores;
 - ✓ Plano de Reassentamento Involuntário
- **Manual Ambiental de Obras**

5.1 Gerenciamento Ambiental do PBS II

De acordo com a Estrutura Gerencial prevista para implementação do PBS II, prevê-se:

- **Organismo Executor:** SINESP
- **Coordenação Geral do Projeto**, a ser exercida pela Unidade de Gestão do Programa (UGP), a ser criada no âmbito da SINESP.

A UGP coordenará a execução do Programa, tendo como atribuições executivas a orientação, o planejamento, a supervisão e a fiscalização da sua implementação.

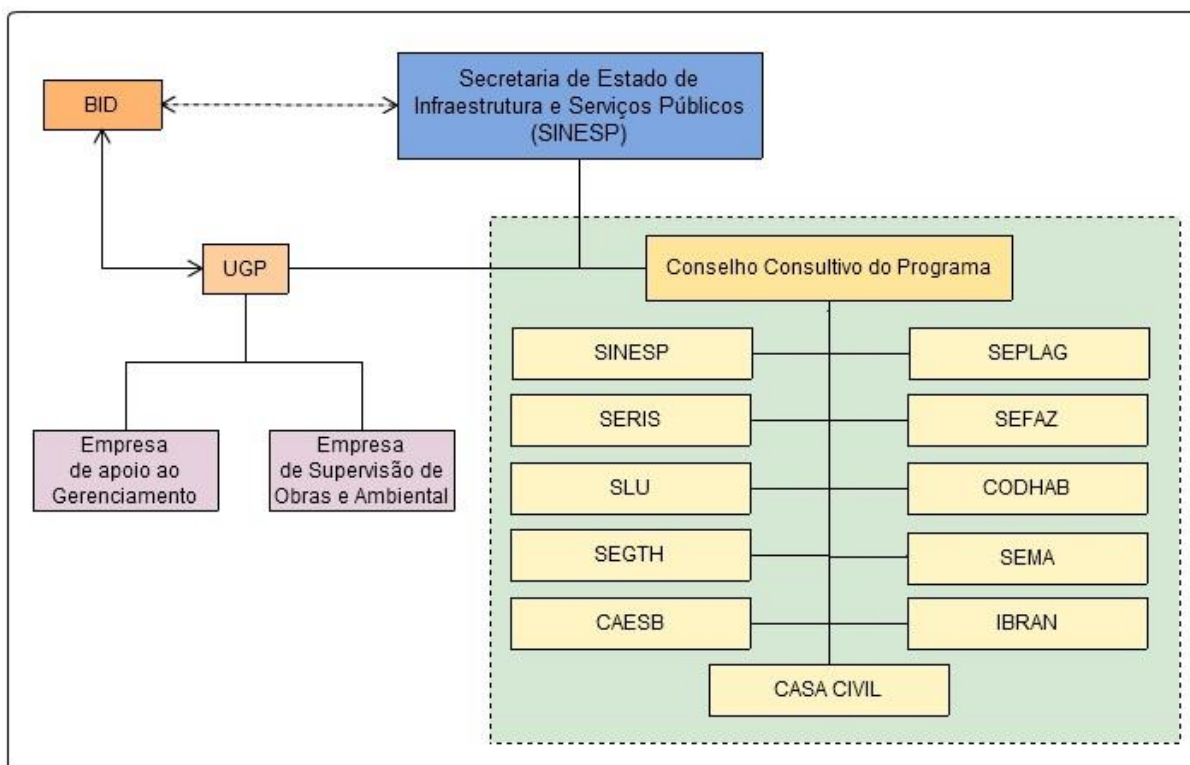
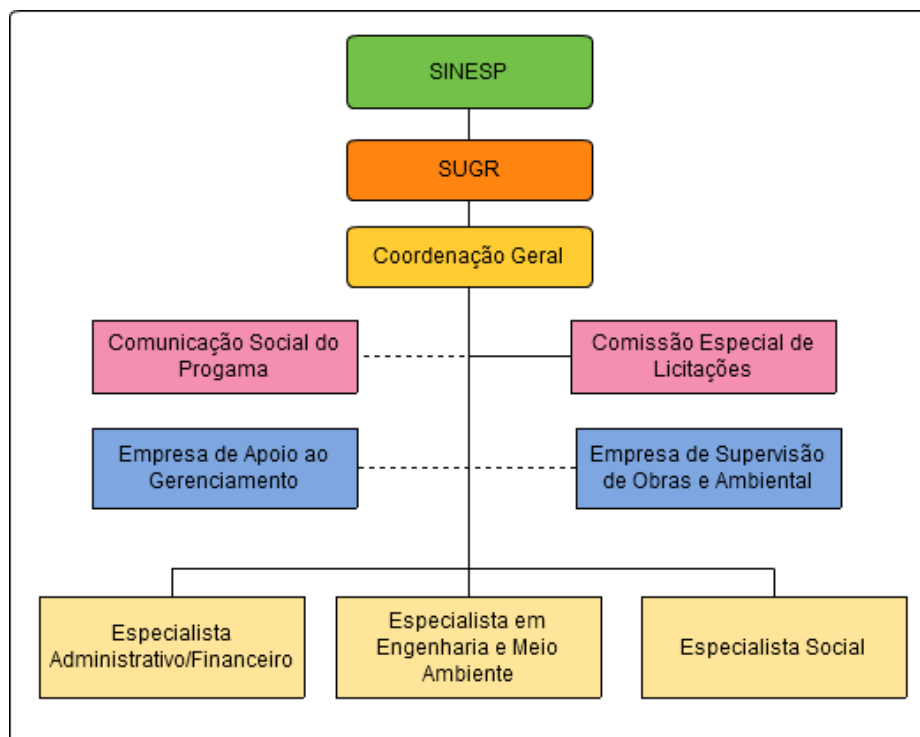
A UGP contará com o apoio de duas empresas de consultorias, uma para apoiar no gerenciamento do Programa e outra para apoiar na supervisão de obras e nos temas ambientais específicos do Programa.

- **Conselho Consultivo**

O CCP, vinculado à estrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (SINESP), será presidido pelo Secretário da SINESP e secretariado pelo Coordenador Geral da Unidade de Gestão do Programa (UGP), terá como membros efetivos:

- i - Secretário de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (SINESP);
- ii - Secretário de Estado da Casa Civil;
- iii - Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG)
- iv - Secretário de Estado da Fazenda (SEFAZ);
- v - Secretário de Estado de Meio Ambiental (SEMA);
- vi - Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais (SERIS);
- vii - Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGTH)
- viii - Presidente do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM)
- ix - Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB)
- x - Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB);
- xi - Presidente do Serviço de Limpeza Urbana.

- . O Conselho Consultivo atuará como fórum consultivo e mediador em casos que afetem a execução.
- **Gestão Socioambiental do Projeto** – A gestão socioambiental do Projeto será exercida pelo Especialista em Meio Ambiente, sob supervisão da UGP, especialmente nas ações relacionadas às intervenções no Condomínio Pôr do Sol e das intervenções do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, além das ações de fortalecimento institucional previstas no Componente 1.
 - **Manual Operacional** - Para o adequado funcionamento das relações interinstitucionais será elaborado um Manual Operacional para a execução e operação do Projeto.



5.2 Gerenciamento Ambiental das Ações do Componente 2 e 3

A UGP com a participação dos demais atores institucionais do Programa deverá coordenar a adoção de procedimentos socioambientais, abaixo descritos, durante a execução do Projeto, envolvendo as seguintes fases:

Fase A - Detalhamento dos Projetos

Durante o detalhamento dos projetos de infraestrutura para o Condomínio Pôr do Sol e Unidades do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverão ser seguidos procedimentos referentes à:

- Licenciamento ambiental dos projetos;
- Procedimentos de Divulgação e Consulta;
- Relatório Ambiental (Ficha Ambiental) de acordo com as Salvaguardas Ambientais e Sociais do BID.

Especial atenção deverá ser dada ao Aterro (Lixão) do Jóquei no que concerne ao Estudo de Passivo Ambiental e ao Projeto de Recuperação.

Fase B - Processo de Licitação das Obras

Os Editais de Licitação deverão prever:

- Exigência de cumprimento de Manual Ambiental de Obras
- Exigência de apresentação, pela empresa construtora, do Programa de Controle Ambiental de Obras - PCAO (Programa de Gerenciamento Ambiental de Obras) para aprovação do Especialista em Meio Ambiente da UGP, prévio ao início das obras.
- Exigência de apresentação de Plano de Comunicação Social – PCS, prévio ao início das obras.
- Exigência de apresentação de Plano de Contingências - PCon, prévio ao início das Obras;

Com base no projeto básico da intervenção e no Edital de Licitações, a UGP deverá preparar uma Ficha Ambiental para a Solicitação de “Não Objeção” ao BID com o objetivo de licitação das Obras.

Fase C - Construção (Obras)

A fase de construção envolverá as seguintes etapas:

- Projeto Executivo – A UGP deverá garantir que no Projeto executivo constem todas as medidas ambientais previstas nos documentos ambientais e aquelas adicionais, eventualmente necessárias;
- Execução de Obras – Antes do início das obras a empresa construtora deverá apresentar o detalhamento do Plano de Controle Ambiental de Obras – PCAO para análise e aprovação da UGP.

A UGP deverá garantir a realização de supervisão ambiental de obras, realizadas por equipe ambiental de empresa supervisora de obras.

5.3 Programa de Medidas Mitigadoras e Compensatórias Ambientais

5.3.1 Programa de Fortalecimento Institucional Ambiental

Compreende a execução dos programas de fortalecimento institucional da SEMA, IBRAM e SLU constante do Componente 1.

5.3.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Compreende Ações de Recuperação das Áreas Degradadas (pela ocupação irregular e replantio de cerca de 5.000 árvores. Nas áreas das Quadras Q 403 e Q 10 a serem removidas, se preveem também a Implantação de um Parque Ambiental Recreativo (com equipamentos públicos de lazer, contemplação, trilhas, etc.), garantindo a preservação das áreas – APP e sua não reocupação. O Parque Ambiental Recreativo deverá ser implantado com recursos do Programa e seu projeto será de responsabilidade da SEGETH e SEMA.

5.4 Programas de Monitoramento Ambiental

5.4.1 Monitoramento e Controle Ambiental das Ações do PBS II

O Monitoramento e Controle do Projeto PBS II será realizado por meio dos seguintes documentos:

- Ficha Ambiental de Subprojetos para solicitação de “Não Objeção” da licitação de obras;
- Programa de Controle Ambiental de Obras – PCAOs específicos para cada Obra;
- Informes semestrais de supervisão ambiental de obras

Os modelos de (i) Ficha Ambiental de Subprojetos; (ii) Programa de Controle Ambiental de Obras – PCAOs; e (iii) dos Informes Semestrais encontram-se em Anexo.

Adicionalmente, o IBRAM fará o monitoramento da execução das medidas mitigadoras constantes das licenças ambientais – LS e LI das obras por meio de informes periódicos da SINESP.

5.4.2 Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas no âmbito do PBS II deverá avaliar os resultados dos programas em execução pelo SLU e CAESB referente à:

- Qualidade das águas do ribeirão Taguatinga/rio Melchior – corpos receptores da drenagem urbana do Condomínio Por do Sol e da ETE Melchior.
- Qualidade das águas superficiais e subterrâneas do entorno do Aterro (Lixão) do Jóquei.

O monitoramento realizado pela CAESB referente ao avanço da pluma na bacia do córrego Acampamento no Parque Nacional de Brasília – PNB integra, inclusive, programa do BID com esta instituição (Programa de Saneamento Ambiental).

5.4 Programa de Medidas Mitigadoras e Compensatórias Sociais

5.4.1 Programa de Inclusão Social dos Catadores

Compreende a implantação do PISC – Programa de Inclusão Social dos Catadores elaborado no âmbito do PBS II.

5.4.2 Plano de Reassentamento Involuntário

Compreende a elaboração e implantação, com base no Plano Diretor de Reassentamento Involuntário elaborado pelo GDF, de Projeto Executivo de Reassentamento Involuntário para o Condomínio Pôr do Sol.

5.5 Manual Ambiental de Obras - MAO

Para assegurar que as obras não venham a trazer degradação ambiental, foi elaborado um documento para ser adotado como um guia de práticas ambientais adequadas a serem obedecidas pelas empresas contratadas para a execução das obras de esgotamento sanitário.

Esse documento – Manual Ambiental de Obras, com base no Manual da CAESB, será incorporado aos processos de licitação para que as empresas tenham prévio conhecimento de suas condições e constitui uma exigência contratual. Sua implantação é de responsabilidade da UGP, da CAESB, NOVACAP e SLU e das empresas construtoras.

O MAO contempla:

- Ações e regras ambientais relativas à implantação e gerenciamento das obras, que contemple um plano de convivência com as obras: (i) canteiro de obras; (ii) gerenciamento de riscos e de ações de emergência na construção; (iii) educação ambiental dos trabalhadores e código de conduta na obra; (iv) higiene, saúde e segurança do trabalho - obras; (v) gerenciamento e disposição de resíduos; (vi) controle de ruído; (vii) pátio de equipamentos; (viii) controle de trânsito; (ix) estradas de serviço etc.;
- Ações e regras ambientais relativas às atividades construtivas, a depender dos tipos de empreendimentos selecionados;
- Plano de controle e recuperação das áreas de empréstimo e de bota-fora.

O MAO encontra-se em Anexo.

5.6 INDICADORES AMBIENTAIS

Os seguintes Indicadores são sugeridos:

- Usinas (Plantas) de Compostagem e Tratamento de Lixo recuperadas e ampliadas
- Projeto de Recuperação do Aterro (lixão) do Jóquei elaborado
- Estudo de recuperação da Quadra 108 no CPS realizado
- Projeto de Parque Ambiental Recreativo com as ações de recuperação de áreas degradadas das Quadras Q 403 e Q 10, implantado
- Sistema automatizado de controle de processos incluindo licenciamento ambiental do IBRAM implantado e em funcionamento.

6. REQUISITOS PARA INCLUSÃO NOS ACORDOS LEGAIS

Para implementação das ações previstas no âmbito do PBS II, serão necessárias as seguintes medidas:

- A SINESP, órgão executor, deverá contratar empresa de consultoria especializada para a supervisão de obras que deverá incluir a supervisão ambiental
- O GDF deverá demonstrar que possui a posse legal dos terrenos previstos para o reassentamento de famílias e para a execução das intervenções previstas nos componentes 2 e 3.
- Instrumento Legal, acordado com o BID, estabelecendo o Marco Legal de Reassentamento no DF, prévio à licitação das intervenções do Componente 3 – Readequação urbana do Condomínio Por do Sol.
- Convênio, ou outro instrumento, com a CAESB para disponibilização das informações relacionadas ao monitoramento; (i) da qualidade das águas dos corpos receptores (ribeirão Taguatinga/rio Melchior) da drenagem urbana do Condomínio Por do Sol e da ETE Melchior; (ii) qualidade das águas superficiais e subterrâneas (avanço da pluma do Lixão do Jóquei junto à bacia do córrego Acampamento).
- Convênio, ou outro instrumento, com o SLU para disponibilização das informações relacionadas ao monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas (avanço da pluma do Lixão do Jóquei junto à bacia do córrego do Valo/Vicente Pires)

ANEXOS

ANEXO I : MAPA AMBIENTAL DO DF (arquivo anexo)

[IDBdocs39758577](https://idbdocs39758577)

ANEXO II – MODELOS DE RELATÓRIOS

MODELO DE FICHA AMBIENTAL

Projeto PBS II

Ficha Ambiental de Sub-Projeto

Sub-projeto	
Localidade	
Descrição	
Descrição resumo do Sub-Projeto	
<p>Informar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Objetivos e justificativas ▪ Descrição técnica ▪ Nível de detalhe: Projeto Básico, Projeto Executivo ▪ Custo e cronograma de obras 	
Avaliação Ambiental	
Descrição Resumo da Avaliação	
Medidas Mitigadoras	
Descrição resumo das medidas indicadas	

Políticas de Salvaguardas Acionadas		
B.2	Cumprimento com as Leis e Regulamentos Locais	
B.3/B.5	Processo de avaliação ambiental adequada	
B.6	Processo de Consulta Pública na Fase de Preparação	
	Projeto tem adequado plano de participação de Atores na sua implementação.	
	Projeto tem disposições adequadas de recebimento e supervisão de reclamações	
Licenciamento Ambiental		
Situação do Licenciamento Ambiental		
Situação de Outorga		

Editais de Licitação de Obras	
Exigência de aplicação e cumprimento do MAO	
Exigência que a equipe da empresa construtora conte com profissional capacitado na gestão ambiental de obras como responsável e interlocutor com a UGP – PBS II.	
Exigência de apresentação de Plano de Controle Ambiental de Obras – PCAO, prévio ao início das obras, para aprovação pela UGP – PBS II e de emissão de “Não Objeção” pelo BID.	
Medidas mitigadoras de obras	
Exigência de apresentação de Plano de Comunicação Social prévio ao início das obras.	
Exigência de apresentação de Plano de Contingências para aprovação da UGP, prévio ao início das obras.	

Brasília, xx de xx de xxxx

UGP/SINESP

Firma

CONTEÚDO DO PCAO - Plano de Controle Ambiental de Obras

O PCAO é um documento dinâmico que deve ser mantido atualizado. As alterações necessárias em relação ao originalmente estabelecido devem ser explicitamente aprovadas. O PCAO deve ser revisto pelo menos duas vezes durante as obras e em um mínimo de seis meses.

Além disso, o PCAO deve ser uma expressão de como o Construtor pretende aplicar os procedimentos, critérios ambientais e as recomendações do MAO – Manual Ambiental de Obras para aquela obra específica.

O PCAO deve ter, pelo menos, o seguinte conteúdo:

A) Planejamento das obras

a) Estrutura Organizacional de Gestão Ambiental da Obra, detalhando: Responsável pela gestão ambiental da Obra (nome, cargo, número de telefone, etc) e equipe técnica para as tarefas específicas atribuídas à Gestão Ambiental. O chefe da Gestão Ambiental deve ter experiência em serviços ambientais de obras. A UGP pode exigir condições mais específicas sobre o perfil de formação e / ou experiência do profissional.

b) mapa geral da área afetada pelas obras.

c) Localização em mapa da área afetada pelas obras – Canteiro de obras incluindo: escritórios, oficinas, áreas de manutenção de máquinas, áreas de armazenamento, áreas de circulação (estradas provisórias), áreas de disposição de resíduos (temporária ou permanente), etc.

d) Localização das áreas de apoio e / ou acampamentos.

e) Identificação das principais atividades de natureza ambiental.

f) cronograma de obras (obras e das atividades de natureza ambiental)

B) Plano de efluentes líquidos gerados pelas obras

a) Identificação de fontes de águas residuais e de sua gestão.

b) Projeto e localização das instalações de saúde.

c) Identificação do ponto de descarga até o descarte.

C) Plano de Gestão de Resíduos Sólidos

a) Plano de separação dos resíduos sólidos de acordo com o seu tratamento e eliminação.

b) Áreas de coleta de cada tipo de resíduo.

c) Estabilização, tratamento e disposição de cada tipo de resíduo (a preferência é para reduzir, reutilizar, reciclar e dispor).

D) Atividades de Gestão Ambiental de Obras

a) Identificação das atividades das obras e do seu meio ambiente

b) Definição da gestão ambiental - aspectos ambientais significativos (prevenção, mitigação e compensação)

c) Recuperação ambiental das áreas afetadas

E) Acompanhamento e Plano de Monitoramento

a) Identificação das variáveis a serem monitoradas, pontos de amostragem, frequência de medição, técnica analítica, etc

b) Definição do conteúdo dos relatórios periódicos (mensais ou trimestrais) [atividades, acompanhamento realizado; medidas de mitigação implementadas, etc]

F) Plano de Capacitação Ambiental da Equipe de Obras

- a) Plano de formação para a Equipe de Trabalho das Obras - garantir a sua correcta aplicação
- b) Cursos de formação e / ou de indução (indicando o assunto, conteúdo, duração e método de avaliação)
- c) Código de Conduta para os funcionários
- d) Vínculos de saúde e segurança do trabalhador e cuidados com o meio ambiente

G) Plano de Contingência

- a) Identificação dos riscos ambientais associados às obras.
- b) Medidas de atenção às potenciais contingências identificadas.
- c) Garantir o conhecimento dos planos de contingência para o pessoal da Obra.
- d) Identificação e localização, nas obras, das cartilhas de emergência disponíveis.

MODELO DE INFORME SEMESTRAL DE SUPERVISÃO AMBIENTAL

Projeto PBS II

Informe de Supervisão Ambiental

Sub-projeto	
Localidade	
Período	

Dados Gerais

Contrato de Obra			
Construtora			
Objeto do Contrato			
Data Início			
Cronograma Geral da Obra			

Atividades do Semestre Anterior

Plano de Controle Ambiental de Obras (PCA Obras)

Datas de Aprovação UGP – PBS II		
Planejamento da Obra		
Responsável da Construtora pela gestão ambiental das obras	Nome	
	Cargo	
	Telefone	
Planta Geral da Obra	Planta em anexo	

Gestão Ambiental

Impactos ambientais a avaliar			
Supressão de vegetação		Derrame de óleos e graxas	
Eliminação da camada orgânica do solo		Concentração de contaminantes no solo e ar	
Uso de recursos naturais		Transtornos à população residente nas áreas próximas às obras	
Geração de Resíduos de Escavação		Interferência com o tráfego de veículos	
Geração de efluentes sanitários		Interferência com infraestrutura e serviços urbanos existentes	
Geração de resíduos sólidos		Geração de Ruído	
Transporte de sedimentos ao curso d'água		Acidentes com Empregados	
Comentários Gerais			

Aspectos Principais

Situação atual (semestre)	
Situação Geral de aplicação do Manual Ambiental de Obras – MAO e implementação do PCAObras.	

Aspectos Específicos	
Plano de Contingências – Divulgação	Implementação e Divulgação
Plano de Comunicação Social	Ações realizadas
Resíduos de Escavação – Bota Fora	Destino - Local

DATA**Responsável UGP / PBS II**

Governo do Distrito Federal

PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II

MAIO 2015

APRESENTAÇÃO

O presente documento visa a apresentar o Plano Diretor de Reassentamento Involuntário – PDRI para o Programa Brasília Sustentável 2. O objetivo de um PDRI é estabelecer os compromissos do Governo do Distrito Federal frente ao Banco Interamericano para o Desenvolvimento - BID, para reger as ações de remanejamento e reassentamento das famílias residentes nas áreas de intervenção do Programa.

As diretrizes propostas, no Plano Diretor, subsidiarão a elaboração do Plano Executivo de Reassentamento (PER) específico para execução do Programa. O PER deverá ser elaborado quando da assinatura do contrato de empréstimo para execução do Programa e deve abarcar informações detalhadas sobre o público-alvo das intervenções. O Plano Diretor foi elaborado tendo como base as diretrizes definidas pela Política de Reassentamento Involuntário de Famílias do BID (OP-710). O Plano Diretor de Reassentamento visa estabelecer as formas de reposição das perdas e recomposição do quadro de vida com base em mecanismos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos.

SUMÁRIO

PARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO	5
I. Programa Brasília Sustentável II	5
II. Reassentamento Involuntário no Programa	6
a. Caracterização da área de Intervenção	7
b. Situação das ocupações na área de projeto – Pesquisa 2013	25
PARTE 2 – PLANO DIRETOR DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO	34
I. Princípios e Diretrizes	34
II. POLÍTICA DE ATENDIMENTO	41
a. Formas de Compensação	41
b. Critérios de Elegibilidade	46
c. Estratégias para o trabalho	48
GLOSSÁRIO DE CONCEITOS	65
ANEXO I: RELATÓRIO DE ÁREAS LIVRES	68
ANEXO II: LEVANTAMENTO DE CAMPO	77

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1. Localização do Condomínio Pôr do Sol.....	10
Figura 2. Vista sobre condomínio Pôr do Sol – Ano de 2008 – Imagem Google Earth	11
Figura 3. Vista sobre condomínio Pôr do Sol – Ano de 2013 – Imagem Google Earth	11
Figura 4. Área destinada à realocação da população afetada – Condomínio Pôr do Sol	13
Figura 5. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P1 – Remanejamento da População .	51
Figura 6. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P2 – Reinstalação das atividades econômicas	54
Figura 7. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P3 – Participação Comunitária e Trabalho Social	57
Figura 8. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P4 – Plano de Comunicação Social....	61
Figura 9. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P5 – Monitoramento e Avaliação Ex-Post.....	64

ÍNDICE DE FOTOS:

Foto 1. Casas de alto padrão - Uso residencial	29
Foto 2. Exemplos de chácara de alto padrão	31
Foto 3. Comércio na área afetada.....	33
Foto 4. Uso Misto na área afetada (Igreja e Residência)	33

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 1. Avaliação dos Serviços Públicos de Infraestrutura	17
Gráfico 2. Percentual de domicílios por faixa de renda (Área de Projeto).....	18
Gráfico 3. Distância do local de trabalho	24
Gráfico 4. Número de pavimentos dos imóveis de uso residencial.....	28
Gráfico 5. Padrão construtivo - imóveis de uso residencial	28
Gráfico 6. Número de edificações no lote – imóveis de uso residencial.....	30
Gráfico 7. Número de edificações no lote – chácaras	30
Gráfico 8. Número de pavimentos das edificações – uso misto - comercial	32
Gráfico 9. Número de edificações – uso misto - comercial	32

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1. Público Alvo	41
Quadro 2. Resumo das Formas de Compensação/Soluções	42
Quadro 3. Resumo do Conteúdo dos Programas	48

Quadro 4. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P1.	52
Quadro 5. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P2.	55
Quadro 6. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P3.	58
Quadro 7. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P4.	62

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1. Caracterização da Área de Projeto	14
Tabela 2. Distribuição da Pesquisa Segundo o Grau de Instrução dos Entrevistados.....	14
Tabela 3. Tempo de Moradia	15
Tabela 4. Distribuição da Pesquisa Segundo a Idade do Imóvel	15
Tabela 5. Avaliação dos Serviços Públicos de Infraestrutura	16
Tabela 6. Distribuição dos Domicílios por Faixa de Renda – Área de Projeto	17
Tabela 7. Distribuição da Pesquisa Segundo a Situação do Domicílio e Condição de Uso	18
Tabela 8. Distribuição dos Imóveis Alugados por Faixa de Valor	20
Tabela 9. Distribuição das Respostas Segundo o Tipo da Moradia	20
Tabela 10. Distribuição das Respostas Segundo o Estado de Conservação da Moradia	20
Tabela 11. Distribuição das Respostas Segundo o Padrão Construtivo da Moradia.....	21
Tabela 12. Distribuição das Respostas Segundo o Número de Pavimentos da Moradia	21
Tabela 13. Distribuição das Respostas Segundo o Número de Tipo de Cobertura da Edificação	21
Tabela 14. Distribuição das Respostas Segundo o Número de Tipo de Piso da Edificação	21
Tabela 15. Distribuição dos Domicílios Segundo o Número de Cômodos.....	22
Tabela 16. Distribuição dos Domicílios Segundo o Número de Banheiros.....	23
Tabela 17. Distribuição das Respostas Segundo o Local de Trabalho.....	23
Tabela 18. Distribuição das Respostas Segundo a Distância dos Locais de Interesse – Área de Projeto	25
Tabela 19. Quantitativo de casos na Área de Intervenção	26
Tabela 20. Quantitativo de casos por tipo de afetação.....	27

PARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO

I. Programa Brasília Sustentável II

O Programa Brasília Sustentável II busca dar continuidade às ações governamentais relativas a projetos sociais e ambientais voltados, principalmente, à melhoria da qualidade dos recursos hídricos para a população em geral e ao atendimento das disposições legais que instituíram o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, bem como às questões de fragilidade urbana do Condomínio Pôr-do-Sol.

O objetivo geral do programa é melhorar a qualidade ambiental das áreas periféricas do Distrito Federal, por meio da implantação de serviços de infraestrutura urbana e recuperação de áreas degradadas, em conformidade com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. Seus objetivos específicos são i) promover a implantação de uma Política de Gestão de Resíduos Sólidos no DF; ii) assegurar o ordenamento territorial do assentamento irregular Condomínio Pôr do Sol e iii) fortalecer as instituições do DF envolvidas com a gestão de resíduos sólidos. Está estruturado em três componentes com um custo de US\$138 milhões e US\$12 milhões para sua administração e supervisão.

Essas ações foram iniciadas, em 2007, com o Programa Brasília Sustentável I, financiado com recursos do Banco Mundial e Governo do Distrito Federal. As intervenções previstas, nessa nova fase do Programa, visam a mitigar efeitos ocasionados pela ocupação territorial heterogênea, na qual predominam condições de ocupação irregulares, inclusive de áreas públicas e em áreas de preservação permanente. Outro sério problema ambiental e social que o governo do Distrito Federal priorizou enfrentar está relacionado com o tratamento dos resíduos sólidos, visto que a capital ainda dispõe seus resíduos de forma inadequada no Lixão do Jóquei e em outros depósitos clandestinos que se proliferam por todo o DF.

É importante salientar que parte das ações previstas pelo Programa visam dar continuidade a algumas atividades previstas no Programa Brasília Sustentável I e que, por dificuldades

enfrentadas durante a implementação do Programa, não foram possíveis de ser implementadas em tempo hábil, a exemplo do fechamento do Lixão do Jóquei.

As intervenções previstas pelo Programa, relativas ao Condomínio Pôr do Sol na Região Administrativa da Ceilândia, se justificam pela influência direta da área na bacia de contribuição do Rio Descoberto, uma das principais fontes de abastecimento do Distrito Federal.

A ARIS Pôr-do-Sol, conhecida como “Condomínio Pôr do Sol”, situa-se em área de risco geotécnico e de preservação permanente, prioritariamente definida como de uso público e com uma população estimada de cerca de 7 mil habitantes. O condomínio apresenta problemas sociais, sanitários e ambientais, necessitando de obras de abastecimento de água, esgoto sanitário, pavimentação, macrodrenagem e melhoria das condições de habitabilidade. Necessita, ainda, estruturar sua malha viária e integrá-la com o espaço urbano de Ceilândia. Consequentemente, isso acarretará na necessidade de reassentamento Involuntário de famílias, objeto do plano específico que ora se apresenta neste documento.

II. Reassentamento Involuntário no Programa

A operacionalização do Programa Brasília Sustentável II implicará na remoção involuntária de população e de negócios, seguida da relocação de população e reinstalação de atividades econômicas. Esses imóveis estão localizados nas áreas de intervenção do Programa. Em 2008, quando foi realizado o primeiro levantamento na área, foram identificados cerca de 400 imóveis a serem afetados.

Entre os meses de outubro e novembro de 2013, foi realizada a checagem na área para verificar a situação atual dos imóveis, por meio de levantamento de campo para checagem da situação de cada lote, sem contato direto com a comunidade. Essa checagem visou analisar a situação atual da área de projeto e contemplou as seguintes variáveis: 1. Quantidade de

imóveis da área; 2. Tipo de uso dos imóveis; 3. Padrão Construtivo; 4. Número de edificações no lote.

Os dados apresentados a seguir estão baseados neste levantamento atual, porém, não dispensam a realização de um novo levantamento cadastral e pesquisa socioeconômica para elaboração do Plano Executivo de Reassentamento – PER, que deverá ser iniciado assim que o acordo de empréstimo para execução das intervenções seja efetivado.

Em adição, foram realizadas pesquisas *in loco* para composição do Estudo de Viabilidade Econômica do Programa Brasília Sustentável 2 – EVE, cuja metodologia envolveu pesquisa domiciliar em uma amostra composta de 309 domicílios localizados na área do projeto e em uma amostra semelhante na área de controle, a Cidade Estrutural, com 311 entrevistas. Os dados coletados na pesquisa são relativos à caracterização socioeconômica da população, caracterização dos imóveis, valor dos imóveis e bens de uso. Os itens que se seguem incluem os dados componentes dessa caracterização naquilo que é pertinente ao instrumento de intervenção aqui proposto, o Plano Diretor de Reassentamento Involuntário do Programa.

a. Caracterização da área de Intervenção

De acordo com Oliva *et. al.* (2001), apesar de o Distrito Federal ter sido fruto de um plano urbanístico rigoroso, o uso e ocupação do solo, nas últimas décadas, não ocorreu de forma planejada. Novos núcleos urbanos surgiram pela pressão crescente da demanda por habitação, a partir de invasões e de novos projetos urbanísticos.

Loteamentos têm sido implantados de forma irregular predominando condições de ocupação subnormais (ausência de saneamento básico e habitações precárias, típicas de favelas). Como consequência, são inúmeros os impactos advindos de pressão antrópica sobre recursos naturais remanescentes, como: drenagem e degradação excessiva das nascentes, erosão e compactação de solo, desmatamentos, poluição, despejos de resíduos, esgotos clandestinos,

captação irregular de água, contaminação de corpos hídricos, presença acentuada de espécies exóticas e animais domésticos, invasões de terra, tráfego intenso de veículos, atropelamento de animais silvestres, proliferação de zoonoses etc. As consequências dessa elevada pressão antrópica resultam na redução na diversidade de ecossistemas e de espécies de fauna e flora.

O Condomínio Pôr do Sol, objeto deste financiamento, é um exemplo de loteamento irregular no território do DF, cujo crescimento desordenado vem gerando impactos socioambientais importantes, podendo inclusive vir a comprometer a qualidade dos recursos hídricos da bacia do rio Descoberto. Localizado nas proximidades das Quadras QNP 34 e 36 da Área de Desenvolvimento Econômico (ADE) Centro-Norte da Ceilândia, o Condomínio Pôr do Sol encontra-se no interior da Área de Relevante Interesse Ambiental – Parque JK – e é considerado região de fragilidade ambiental. O local possui ocupação desordenada, carência de sistema de drenagem pluvial adequado e de sistema de esgotamento sanitário.

Segundo EIA/RIMA Bordas de Ceilândia, na área hoje ocupada pelo Condomínio Pôr do Sol, existiam chácaras rurais, que foram aos poucos parceladas e vendidas a moradores das proximidades que buscavam alternativa ao aluguel. A ocupação da área se intensificou em meados de 2000 e foi impulsionada pelo crescimento do condomínio vizinho, Condomínio Sol Nascente.

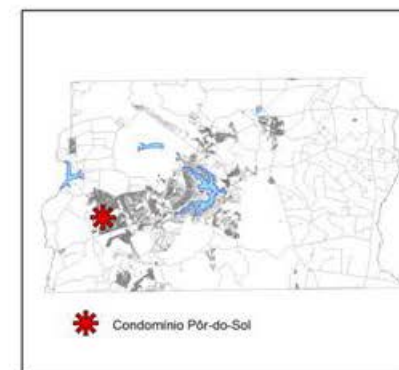
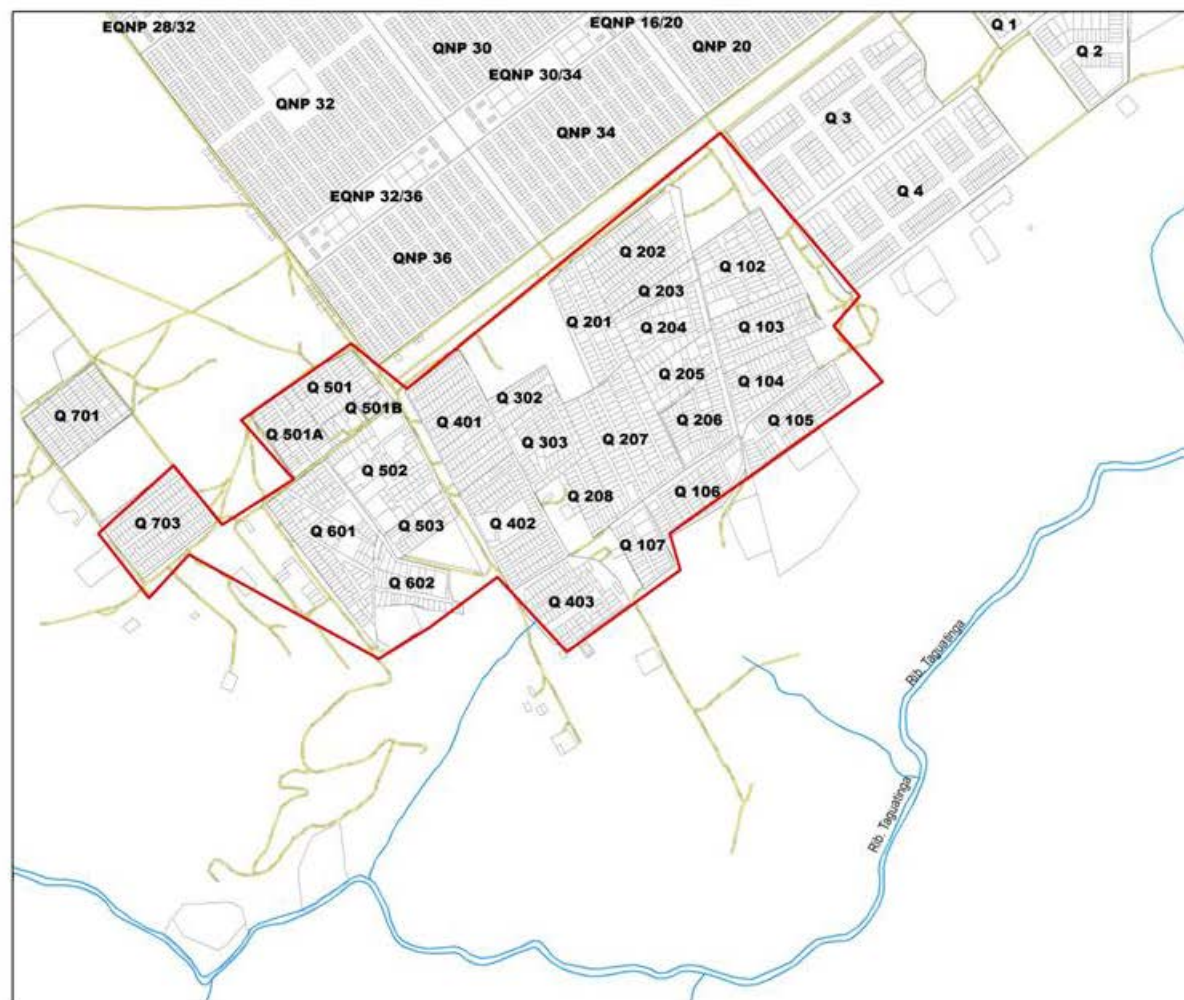
As intervenções previstas na área do Condomínio Pôr do Sol se justificam, ambientalmente, por sua influência direta na bacia de contribuição do rio Descoberto, pois se localiza em área composta por nascentes e talvegues de drenagens naturais que deságuam no rio Melchior, um dos principais tributários desta Bacia.

Ainda, o Condomínio Pôr-do-Sol encontra-se sobre áreas de risco geotécnico, área de APP, área de antiga jazida de areia, que foi preenchida com resíduos sólidos e área definida como de uso público e/ou que seriam utilizadas para a implantação de infraestrutura urbana.

Como pode ser observado nas duas imagens satélites retiradas do Google Earth, entre 2008 **(Erro! Fonte de referência não encontrada.)** e 2013 **(Erro! Fonte de referência não**

encontrada.2), nota-se um importante adensamento das habitações em todo Condomínio e o surgimento de novo “parcelamento” na porção sul da área (marcada pela seta amarela).

Figura 1. Localização do Condomínio Pôr do Sol



Legenda:

-  Hidrografia
-  Rodovias
-  Condomínio Pôr-do-Sol
-  Mancha urbana

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
 Datum Horizontal Astro Chuá
 Base Cartográfica: SITURB - Sistema de Informação
 Territorial e Urbana do DF

LOCALIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO PÔR-DO-SOL

Figura 2. Vista sobre condomínio Pôr do Sol – Ano de 2008 – Imagem Google Earth



Figura 3. Vista sobre condomínio Pôr do Sol – Ano de 2013 – Imagem Google Earth



O Condomínio Pôr-do-Sol é uma área de ocupação irregular constituída e apropriada por populações de baixa e média renda, cuja infraestrutura urbana é precária e oferece risco aos moradores. Falta de saneamento, erosão laminar do solo, além de acesso precário à educação

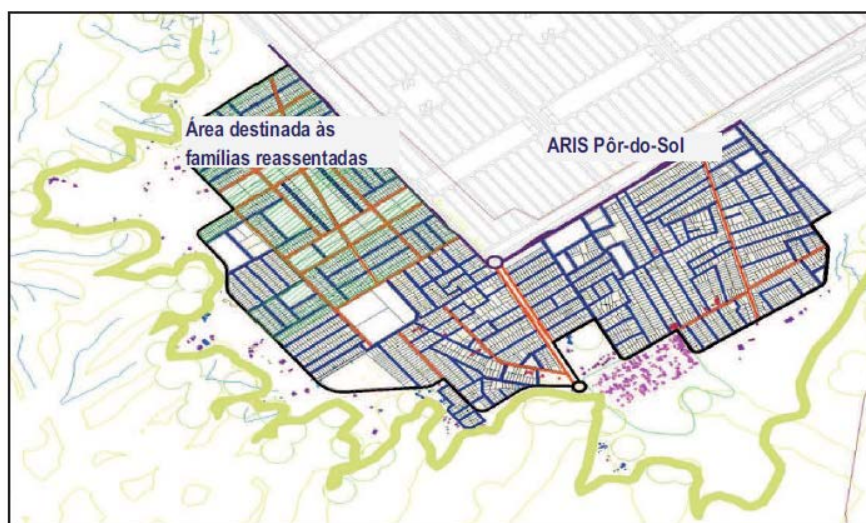
ambiental e sanitária são alguns dos problemas que caracterizam essa região e que são alvos prioritários das intervenções propostas para a segunda edição do Brasília Sustentável.

As atividades relacionadas ao componente Inclusão Social e Proteção Ambiental compreendem estratégias de intervenção que buscam solucionar problemas estruturais relacionados ao uso e ocupação do solo urbano. Estes problemas têm desdobramentos que impactam diretamente na qualidade de vida do cidadão urbano, nas condições dos recursos hídricos locais, nos demais fatores ambientais relacionados e, ainda, nos custos sociais e financeiros incidentes.

Com vistas à promoção da requalificação urbana desta área, foram previstos reassentamentos involuntários das famílias residentes em área de risco e/ou localizadas nas frentes de obras do Programa. A remoção de famílias, com a posterior realocação em outras áreas, envolve uma série de procedimentos que visam, sobretudo, garantir que as famílias sejam reinstaladas em condições de salubridade, tendo garantidos seus direitos por meio de processo participativo que envolva a comunidade afetada e os gestores do empreendimento.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT/2009, considera o Pôr-do-Sol como uma Área de Regularização de Interesse Social – ARIS, destinando-a para a regularização fundiária de assentamentos informais, ocupados, predominantemente, por população de baixa renda. Existe uma previsão de reassentar as famílias na área do próprio Condomínio Pôr-do-Sol. A área destinada à realocação da população afetada pode ser vista na figura 4 abaixo:

Figura 4. Área destinada à realocação da população afetada – Condomínio Pôr do Sol



Fonte: Carta-Consulta/2013

Os itens que se seguem apresentam uma caracterização mais detalhada da população a ser afetada pela execução do Componente 3 do Programa Brasília Sustentável2.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PROJETO

A partir das pesquisas realizadas pelo Estudo de Viabilidade Econômica do Programa, verificou-se que apenas os serviços de abastecimento de água e iluminação pública estão implantados nas ruas do Condomínio Pôr do Sol. Infraestrutura em pavimentação de vias, redes de drenagem, meios-fios e sarjetas estão presentes parcialmente, apenas nas ruas principais, onde estão estabelecidas as atividades comerciais, e praticamente ausente nas áreas residenciais da localidade.

Também é baixo o percentual de ruas arborizadas e com calçadas de concreto nos passeios das casas, em torno de 15% do total. Em mais de 90% das ruas se observou a presença de lixo espalhado pelas ruas e, em 56% das ruas se constatou a presença de esgoto a céu aberto. A presença de animais nas ruas também é algo comum na área, presente em 47% das ruas.

A tabela 1, a seguir, sumariza os resultados das observações de campo realizada nas ruas do Condomínio Pôr do Sol.

Tabela 1. Caracterização da Área de Projeto

Extensão (m):	Média:	121	Máxima:	300	Mínima:	30
Largura (m):	Média:	8	Máxima:	15	Mínima:	4
1) Pista de Rolamento:						
Terra Batida:	63%	Bloquete de Concreto:	18%	Asfalto:	10%	Outro: 10% Quais:
2) Tem Calçada de Concreto?	SIM:	15%	NÃO:	85%		
3) É Arborizada?	SIM:	16%	NÃO:	84%		
4) Tem Rede de Iluminação Pública?	SIM:	96%	NÃO:	4%		
5) Tem Ligação Clandestina na Rede de Iluminação?	SIM:	69%	NÃO:	31%		
6) Os postes estão alinhados?	SIM:	92%	NÃO:	8%		
7) Tem Meio-fio?	SIM:	10%	NÃO:	90%		
8) Tem Sarjeta?	SIM:	6%	NÃO:	94%		
9) Tem Rede Coletora de Esgotos?	SIM:	1%	NÃO:	99%		
10) Tem Rede de Abastecimento de Água?	SIM:	100%	NÃO:	0%		
11) Tem Antenas Parabólicas nas Casas?	SIM:	96%	NÃO:	4%		
12) Tem Caixas d'água nas Casas?	SIM:	75%	NÃO:	25%		
13) Tem Torre de Transmissão Celular/Internet?	SIM:	40%	NÃO:	60%		
14) Tipos de Material de Construção das Casas:	Alvenaria:	100,0%	Madeira:	0,0%	Outro:	0,0%
15) Tipo de Revestimento das Casas:	Sem Reboco:	50%				
	Com Reboco, Sem Pintura:	26%				
	Com Reboco e Pintura:	25%				
16) Padrão de Construção das Casas:	Bom:	6%	Regular:	49%	Ruim:	45%
17) Material Predominante na Cobertura:	Lage:	0%	Telha de Barro:	10%	Amianto:	90%
18) Número de Casas com mais de um pavimento:	97					
19) Presença de Lixo na Rua?	SIM:	91%	NÃO:	9%		
20) Presença de Esgotos na Rua?	SIM:	56%	NÃO:	44%		
21) Presença de Animais na Rua?	SIM:	47%	NÃO:	53%		

Fonte: Levantamentos de Campo.

GRAU DE INSTRUÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A medição da escolaridade dos entrevistados na área de projeto mostrou que o maior percentual dos entrevistados moradores do Condomínio Pôr do Sol possui 1º grau incompleto, 31%, seguido de 28% que possuem o segundo grau completo, conforme mostra a tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Distribuição da Pesquisa Segundo o Grau de Instrução dos Entrevistados

Escolaridade	Qtd	%
Não estudou	6	2%
1º Grau incompleto	95	31%
1º Grau completo	47	15%
2º Grau incompleto	22	7%
2º Grau completo	86	28%
Superior incompleto	16	5%
Superior completo	36	12%
Total	308	100%

TEMPO DE MORADIA NO DOMICÍLIO e TEMPO DE EXISTÊNCIA DO IMÓVEL

Em relação ao tempo de moradia dos entrevistados, verificou-se que a área de projeto possui majoritariamente moradores com até 10 anos de residência, sendo 85% dos entrevistados nesse perfil, conforme mostra tabela 3 abaixo.

Tabela 3. Tempo de Moradia

Tempo de Moradia	Área da Pesquisa	
	Qtd	%
Até 5 anos	97	31%
De 6 a 10 anos	166	54%
De 11 a 15 anos	38	12%
De 16 a 20 anos	4	1%
De 21 a 25 anos	1	0%
De 26 a 30 anos	2	1%
Total	308	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

A exemplo do Tempo de moradia, quando questionados sobre a idade do imóvel, 80% dos entrevistados da área de projeto afirmaram ter até 10 anos o imóvel de moradia, o que demonstra que a formação dessa área se deu em período recente, embora longo o suficiente para estabelecer vínculos e laços de solidariedade entre os moradores do local.

Tabela 4. Distribuição da Pesquisa Segundo a Idade do Imóvel

Idade do Imóvel	Qtd	%
Até 5 anos	46	15%
De 6 a 10 anos	199	65%
De 11 a 15 anos	45	15%
De 16 a 20 anos	7	2%
De 21 a 25 anos	2	1%
De 26 a 30 anos	1	0%
Não sabe responder	8	3%
Total	308	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

SERVIÇOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA

A qualidade dos serviços públicos de infraestrutura urbana foi classificada como boa ou ruim pelos entrevistados no Condomínio Pôr do Sol. Para a área de projeto, as variáveis que mais se destacaram como sendo um serviço de boa qualidade foram: abastecimento de água que já é provido pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (97%), seguido de Iluminação Pública (79%). O serviço de coleta de lixo foi o que mais se destacou como um serviço de qualidade ruim, indicador que registrou 51% de reprovação.

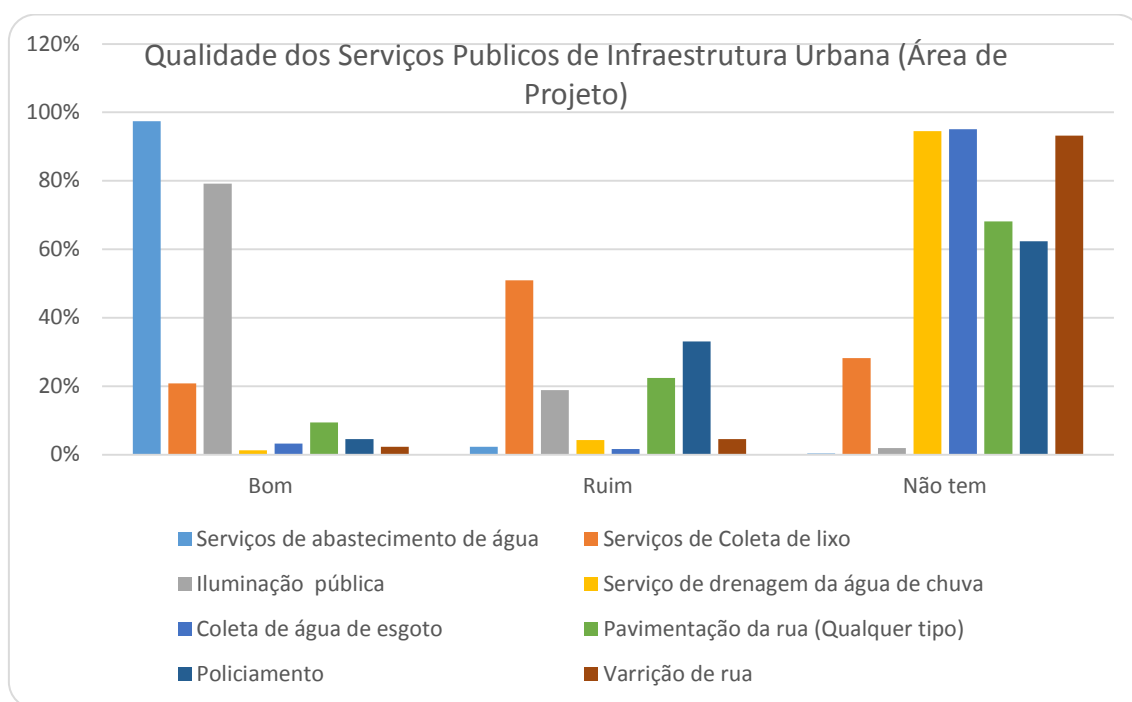
Os demais serviços públicos pesquisados na área de projeto, para a maioria dos entrevistados não existem, sendo eles: Coleta de água e esgoto (95%), Serviço de drenagem da água da chuva (94%), Varrição da rua (96%), Pavimentação da Rua (68%) e Policiamento (62%), como demonstrado na tabela 5 abaixo e, na sequência, no gráfico 1.

Tabela 5. Avaliação dos Serviços Públicos de Infraestrutura

Serviços públicos de Infraestrutura urbana	Área de Projeto		
	Bom	Ruim	Não tem
Serviços de abastecimento de água	97%	2%	0%
Serviços de Coleta de lixo	21%	51%	28%
Iluminação pública	79%	19%	2%
Serviço de drenagem da água de chuva	1%	4%	94%
Coleta de água de esgoto	3%	2%	95%
Pavimentação da rua (Qualquer tipo)	9%	22%	68%
Policiamento	5%	33%	62%
Varrição de rua	2%	5%	93%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Gráfico 1. Avaliação dos Serviços Públicos de Infraestrutura



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

RENDA FAMILIAR

O perfil da renda da população mostrou que a maioria dos entrevistados possui ganhos salariais de até 4 salários mínimos, ou seja, totalizando até R\$ 2.712,00, considerando o salário mínimo vigente no período da pesquisa, R\$678,00. A distribuição por área segue na tabela 6 abaixo:

Tabela 6. Distribuição dos Domicílios por Faixa de Renda – Área de Projeto

Faixa de Renda	Qtd	%
Até 1 S.M.	28	9%
+ de 1 até 2 S.M.	70	23%
+ de 2 até 3 S.M.	75	24%
+ de 3 até 4 S.M.	47	15%
+ de 4 até 5 S.M.	25	8%
+ de 5 até 6 S.M.	17	6%
+ de 6 até 7 S.M.	11	4%
+ de 7 até 8 S.M.	8	3%
+ de 8 até 9 S.M.	7	2%
+ de 9 até 10 S.M.	1	0%
Acima de 10 S.M.	15	5%
Sem Renda	4	1%
Total	308	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Gráfico 2. Percentual de domicílios por faixa de renda (Área de Projeto)



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

SITUAÇÃO DO IMÓVEL E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Para saber a situação do imóvel, assim como no que se refere às outras variáveis, foi considerada apenas a declaração do respondente. Segundo a resposta dos entrevistados, a maioria dos domicílios da área de projeto é de imóveis próprios, porém, sem escritura registrada. Essa informação é importante para definir a expectativa de aplicação das diferentes soluções de compensação a serem aplicadas no plano de reassentamento do Programa, bem como prever a melhor maneira de aplicar o orçamento estimado para essa atividade.

A tabela 7 mostra os resultados detalhados das variáveis levantadas:

Tabela 7. Distribuição da Pesquisa Segundo a Situação do Domicílio e Condição de Uso

Situação da Moradia	Qty	%
Própria com escritura	5	1,6%
Própria sem escritura	271	88,0%
Cedida	3	1,0%
Alugada	25	8,1%
Outros	4	1,3%
Total	308	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Para aqueles que declararam condição de locatários do imóvel, o valor apurado dos aluguéis cobrados na área de projeto ficou entre 401 e 600 reais, como se pode ver na tabela 8 abaixo:

Tabela 8. Distribuição dos Imóveis Alugados por Faixa de Valor

Valor do Aluguel	Área de Projeto	
	Qnt	%
Até 200 reais	0	0%
De 201 a 400 reais	7	28%
De 401 a 600 reais	17	68%
De 601 a 800 reais	1	4%
De 801 a 1000 reais	0	0%
Total	25	1

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL – CÔMODOS

A análise do Tipo de Moradia, Estado de Conservação, bem como Padrão Construtivo da Residência demonstrou que a maioria das residências pesquisadas eram de alvenaria com reboco e pintura, tendo seu estado de conservação bom ou regular e com avaliação de padrão construtivo médio, conforme se vê nas tabelas 9 a 11 que se seguem.

Tabela 9. Distribuição das Respostas Segundo o Tipo da Moradia

Tipo da Moradia	Área de Projeto	
	Qnt	%
Alvenaria com Reboco e Pintura	210	68%
Alvenaria sem Reboco	97	31%
Casa de Madeira	0	0%
Outros	2	1%
Total	309	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Tabela 10. Distribuição das Respostas Segundo o Estado de Conservação da Moradia

Situação da Moradia	Área de Projeto	
	Qnt	%
Bom	121	39%
Regular	103	33%
Ruim	63	20%
Muito Ruim	20	6%
Sem resposta	2	1%
Total	309	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Tabela 11. Distribuição das Respostas Segundo o Padrão Construtivo da Moradia

Padrão Construtivo	Área de Projeto		Área de Controle	
	Qnt	%	Qnt	%
Alto	44	14%	24	8%
Médio	150	49%	165	53%
Baixo	113	37%	122	39%
Sem resposta	2	1%	0	0%
Total	309	100%	311	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Em relação a quantidade de pavimentos, tipo de cobertura piso das residências, percebeu-se que a maioria das casas pesquisadas possui apenas o pavimento térreo, com cobertura de amianto e piso de cerâmica, conforme tabelas 12 a 15.

Tabela 12. Distribuição das Respostas Segundo o Número de Pavimentos da Moradia

Quantidade de Pavimentos	Área de Projeto	
	Qnt	%
Térreo	286	93%
Térreo + 1	19	6%
Térreo + 2	2	1%
Outros	2	1%
Total	309	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Tabela 13. Distribuição das Respostas Segundo o Número de Tipo de Cobertura da Edificação

Tipo de Cobertura	Área de Projeto		Área de Controle	
	Qnt	%	Qnt	%
Laje	34	11%	61	20%
Amianto	258	83%	248	80%
Telha de Barro	16	5%	2	1%
Outros	1	0%	0	0%
Total	309	100%	311	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Tabela 14. Distribuição das Respostas Segundo o Número de Tipo de Piso da Edificação

Piso da Casa	Área de Projeto		Área de Controle	
	Qnt	%	Qnt	%
Cimentado	57	18%	67	22%
Cerâmica	234	76%	232	75%
Madeira Taco	10	3%	0	0%

Misto	4	1%	8	3%
Terra Batida	3	1%	4	1%
Outro	1	0%	0	0%
Total	309	100%	311	100%

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Dentre os domicílios pesquisados no Condomínio Pôr do Sol, 72% possuem 6 cômodos. A tabela 15 apresenta os dados relativos à quantidade de cômodos, enquanto a tabela 13 traz informações sobre a quantidade de quartos dos imóveis pesquisados. Observa-se que há predomínio de imóveis com 2 quartos na área de projeto, conforme demonstra a tabela 18.

Tabela 15. Distribuição dos Domicílios Segundo o Número de Cômodos

Faixas de Número de Cômodos	Área de Projeto			
	Amostra		Acumulado	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 2 cômodos	6	1,9%	6	1,9%
+ de 2 até 4 cômodos	71	23,1%	77	25,0%
+ de 4 até 6 cômodos	146	47,4%	223	72,4%
+ de 6 até 8 cômodos	53	17,2%	276	89,6%
+ de 8 até 10 cômodos	19	6,2%	295	95,8%
Acima de 10 cômodos	13	4,2%	308	100,0%
Não Informou	-	0,0%	308	100,0%
Total	308	100,0%	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Verificou-se também que, em relação ao número de banheiros no imóvel, aproximadamente 55% da amostra declarou haver apenas 1 banheiro na residência, seguido de aproximadamente 35% que declararam ter 2 banheiros. Vale ressaltar que, no caso de casas sem banheiro interno, verificou-se a existência de banheiros externos no lote da residência.

A tabela 16 apresenta os dados relativos a essa variável:

Tabela 16. Distribuição dos Domicílios Segundo o Número de Banheiros

Número de Banheiros	Área de Projeto			
	Amostra		Acumulado	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Não Tem	1	0,3%	1	0,3%
1 Banheiro	169	54,9%	170	55,2%
2 Banheiros	106	34,4%	276	89,6%
3 Banheiros	22	7,1%	298	96,8%
+ de 3 Banheiros	10	3,2%	308	100,0%
Não Informou	-	0,0%	308	100,0%
Total	308	100,0%	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

LOCAL DE TRABALHO, DISTÂNCIA E MEIO DE TRANSPORTE

Para a área pesquisada, o local de trabalho apontado com maior frequência foi a própria região administrativa de Ceilândia, seguido de Brasília. O terceiro local com maior frequência de destino para trabalho foi uma área próxima da área pesquisada, no caso, Taguatinga. Essa informação é relevante para demonstrar os diferentes tipos de relação que as famílias têm com a região em que moram atualmente, questão que deve ser levada em consideração quando da escolha da solução de compensação a ser adotada para cada família, a partir dos critérios de elegibilidade previamente definidos.

A tabela 17 apresenta os dados acima comentados:

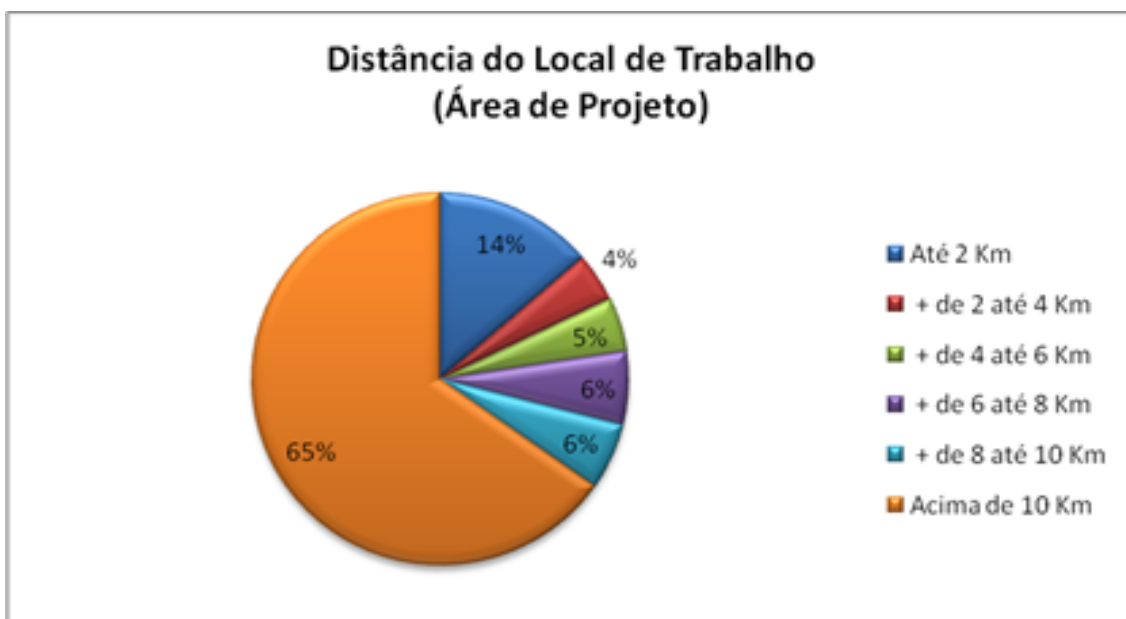
Tabela 17. Distribuição das Respostas Segundo o Local de Trabalho

Local de Trabalho	Área de Projeto	Área de Controle
Ceilândia	71	7
Vila Estrutural	1	63
Brasília	43	55
Taguatinga	33	6
Guará	14	49
Águas Claras	13	5
Samambaia	12	1
Diversos	22	23
Total	209	209

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Nas duas áreas pesquisadas, o local de trabalho das pessoas que trabalham fora está localizado a mais de 10 km da residência, 65%. Em segundo lugar, foi apontada a distância de até 2 km entre o local de moradia e o local de trabalho entre os entrevistados, conforme o gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3. Distância do local de trabalho



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

DISTÂNCIA MÉDIA DOS LOCAIS DE INTERESSE

Como a área de projeto possui poucas opções de comércio, devido a sua estrutura ser predominantemente de condomínios, houve resposta negativa sobre a sua existência dentro da área de projeto. Quando se avalia a distância entre os locais de interesse e a residência dos entrevistados, percebeu-se que a principal referência da população do Condomínio Pôr do Sol foi o bairro "P Sul" da Ceilândia, que apresenta grande variedade de áreas comerciais, o que deixou caracterizada a necessidade atual dos moradores de percorrer de grandes distâncias até suas principais áreas de interesse no local, conforme demonstra a tabela 18 abaixo.

Tabela 18. Distribuição das Respostas Segundo a Distância dos Locais de Interesse – Área de Projeto

Área de Projeto								
Distância Locais de Interesse	Padaria	Farmácia	Pt de Ônibus	Feira/Mercado	Qd de Esportes	Creche	Escola	Posto de Saúde
Até 100 mts	28	1	23	18	3	-	20	1
De 101 a 300 mts	92	19	46	65	17	-	56	1
De 301 a 500 mts	66	24	41	34	3	-	51	3
De 501 a 700 mts	21	10	36	8	-	-	21	-
De 701 a 900 mts	9	33	47	36	24	-	11	2
De 901 a 1100 mts	21	44	46	34	10	-	22	2
Acima de 1100 mts	9	14	13	29	-	-	21	11
Não tem	62	160	56	84	251	274	105	287
Não sabe	-	3	-	-	-	34	1	1
Total	308	308	308	308	308	308	308	308

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

b. Situação das ocupações na área de projeto – Pesquisa 2013

De acordo com levantamento realizado em 2008, 372 imóveis seriam afetados pela intervenção do Programa, conforme quadro abaixo disponibilizado na carta-consulta do Programa.

Após a atualização do número de imóveis na área de afetação com reordenamento (reassentamento parcial), remanejamento (reassentamento total), realizados em novembro de 2013, verificou-se a ampliação do número de imóveis na área.

Em junho de 2014 foi realizada análise a partir da URB Geral do Pôr do Sol, revisada após a retomada do projeto de regularização da ARIS Pôr do Sol e as adequações com relação à ARIE JK e a cota de afastamento e demais condicionantes sobreposta ao antigo levantamento cadastral existente (2008/2009). O objetivo foi verificar as possíveis interferências das ocupações no projeto proposto e que podem vir a implicar em remoções completas ou parciais. A análise foi feita exclusivamente dentro dos limites da poligonal do projeto atual em obediência aos condicionantes existentes, em especial aos limites legais da ARIS e Zoneamento do PDOT que **impedem** a possibilidade de manutenção da quadra 108 (possibilidade aventada durante a preparação deste documento).

A revisão de interferências foi complementada pela imagem aérea fornecida pela CODHAB, em forma de PDF atualizada em 2013, que permitiu identificar alguns casos de adensamento da ocupação e novas construções que não constavam do levantamento inicial.

Em 2008, o levantamento identificou **394 casos de reassentamento (parciais e totais)**. Após o levantamento in loco e a análise baseada nas plantas de revisão da URB e Foto Aérea de 2013 esse número passou para aproximadamente 790¹ imóveis, incluindo imóveis de uso residencial, misto e comercial. Destes 790 imóveis, verificou-se que em pelo menos 10% dos casos têm mais de uma edificação, resultando em um número final de aproximadamente 870 afetados.

O detalhamento dos dados acima apresentados pode ser visto na tabela 19 abaixo:

Tabela 19. Quantitativo de casos na Área de Intervenção

Tipo	Quantidade Total
Imóveis – Uso Residencial	562
Imóveis – Uso Chácara	26
Imóveis – Uso Misto (Comércio/Residencial)	8
Imóveis – Uso Misto (Igreja/Residencial)	3
Imóveis – Uso Igreja/Templos religiosos	5
Uso não identificado	19
Total	623
Casos identificados na revisão da URB (Reassentamento parcial)	93
Casos identificados na revisão da URB (Reassentamento Total)	74
Total verificação in loco + casos identificados na revisão da URB	790

Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

¹ O quantitativo de imóveis precisa ser atualizado quando for estabelecido o marco-zero do Programa, com o cadastramento ou recadastramento dos imóveis. O número aproximado se dá pela velocidade das mudanças ocorridas em uma área não congelada pelo poder público. Sendo assim o número de imóveis tem como objetivo fornecer subsídios para o planejamento e não deve ser considerado como número final de imóveis afetados.

Partes dos imóveis afetados serão reordenados e outros remanejados (interna ou externamente), conforme demonstra a tabela 20 abaixo:

Tabela 20. Quantitativo de casos por tipo de afetação

Tipo	Reordenamento	Remanejamento
Residencial	68	494
Misto (comércio/Residencial)	0	7
Misto (comércio/igreja)	0	3
Chácara	0	26
Igreja / Templos religiosos	3	2
Outro	1	0
Não identificados	0	19
Identificados na revisão da URB	93	74
Total	165	625

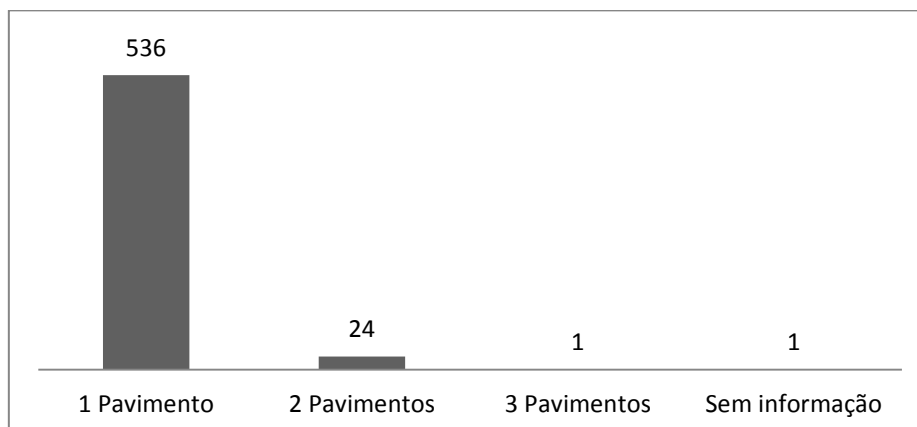
Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

É necessário reiterar que esse levantamento é uma aproximação do real, devendo ser de fato realizado no início da fase de execução do Projeto.

Os diferentes tipos de uso e padrão construtivo dos imóveis da área demandarão soluções de reposição de perdas diferenciadas por parte do Governo do Distrito Federal. Essas opções devem estar previstas em um instrumento jurídico-legal, com vistas a possibilitar que os agentes públicos as operacionalizem.

CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE USO RESIDENCIAL

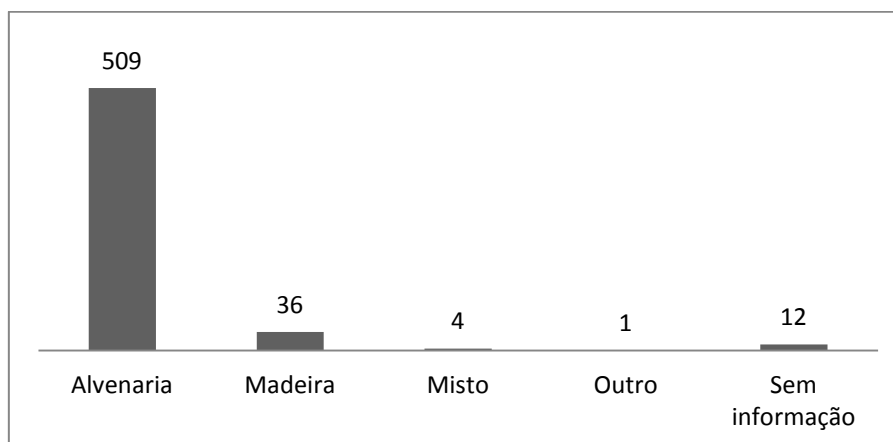
Gráfico 4. Número de pavimentos dos imóveis de uso residencial



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

A maior parte dos imóveis de uso residencial é construída em alvenaria (509 casos) e foram identificados cerca de 40 casos de imóveis em situação de alta vulnerabilidade, conforme se pode ver no gráfico 5.

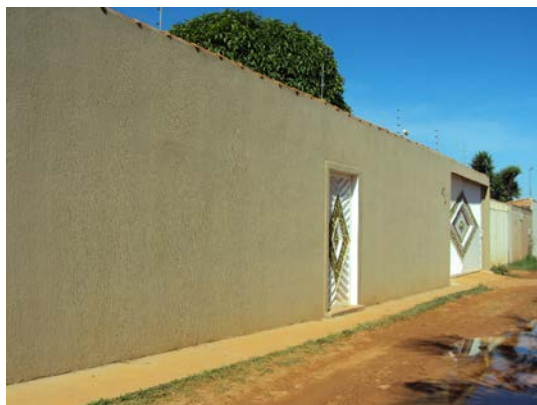
Gráfico 5. Padrão construtivo - imóveis de uso residencial



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Foi possível identificar, pelo menos, cinco imóveis considerados, pela equipe, como de alto padrão construtivo, o que demandará soluções de reposição de perdas diferenciadas. Um dos exemplos de casos considerados de alto padrão é apresentado na foto 1 abaixo.

Foto 1. Casas de alto padrão - Uso residencial



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013. Endereço – 601 A. Ao Lado Da Casa 10

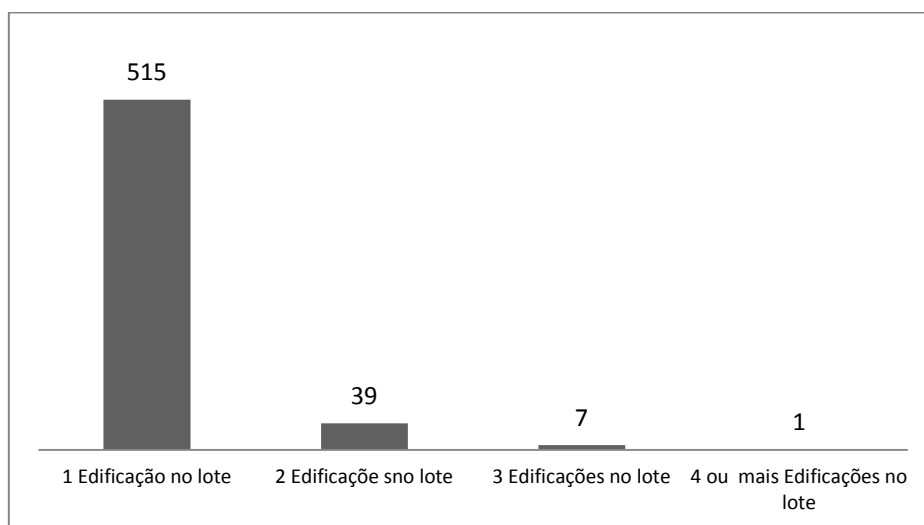
Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013. Endereço – 601 D CASA 5ª



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013. Endereço – SHPS 701 C CASA 30

Durante o levantamento de campo, foram identificados casos onde há mais de uma edificação no lote. Essa situação precisa ser verificada com maior rigor na fase de cadastramento, uma vez que todas as famílias devem receber uma solução de compensação de perda, independente do regime de ocupação.

Gráfico 6. Número de edificações no lote – imóveis de uso residencial

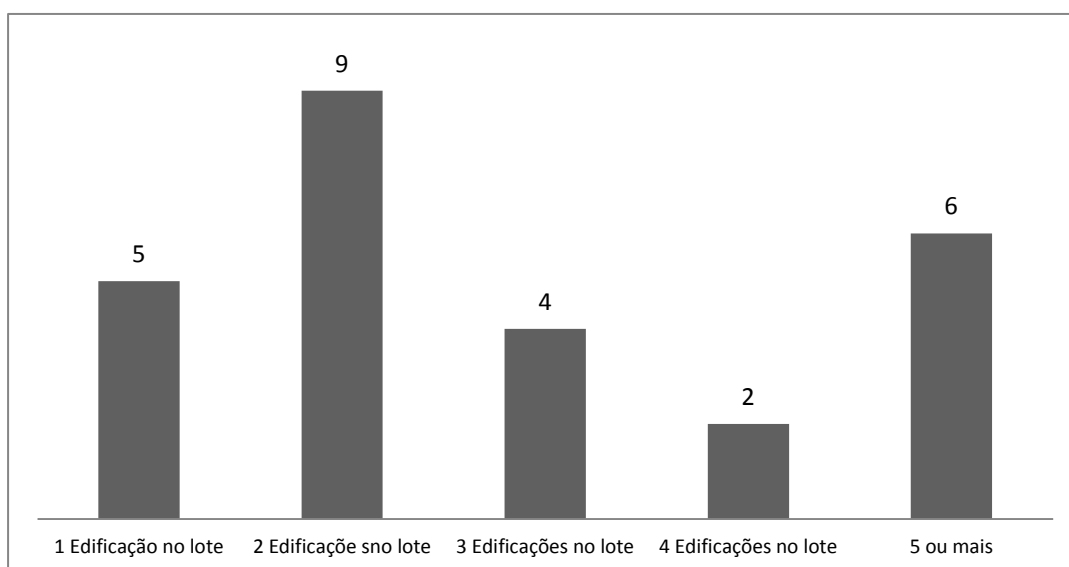


Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE USO RESIDENCIAL - CHÁCARAS

Entre os imóveis identificados, **26 são chácaras** com uso residencial. Entre esses imóveis, foram verificados casos de extrema vulnerabilidade. Porém, também foram verificados casos considerados de alto padrão. Essas áreas se caracterizam pelo elevado número de edificações dentro de um mesmo lote, o que deve ser levado em consideração no momento do cadastramento e oferta de soluções de reposição de perdas.

Gráfico 7. Número de edificações no lote – chácaras



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 201

Em um dos casos, foram identificadas mais de 15 edificações em uma mesma chácara, incluindo atividades comerciais. Nesta área, são desenvolvidas atividades de pesque e pague e a área dispõe de um galpão de maquinário; um galpão que se tornou chiqueiro de porcos; uma casa - sede que serve de moradia do proprietário, dois salões próximos ao tanque de peixes e uma cozinha grande utilizada para eventos realizados nos salões.

Foto 2. Exemplos de chácara de alto padrão



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

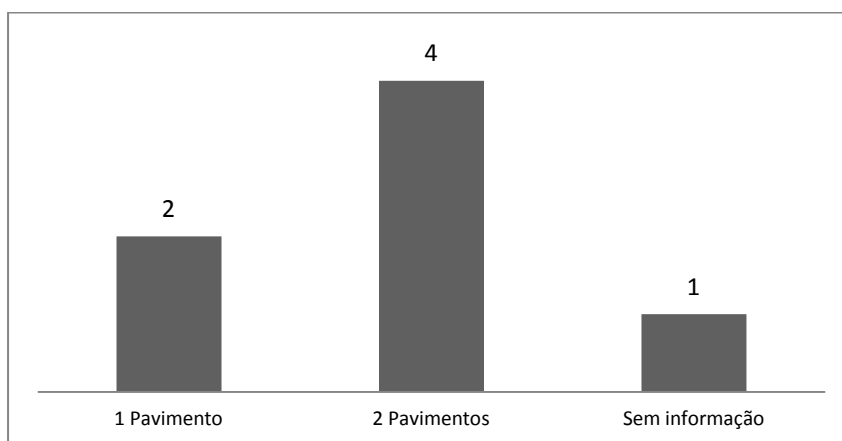


Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE USO MISTO

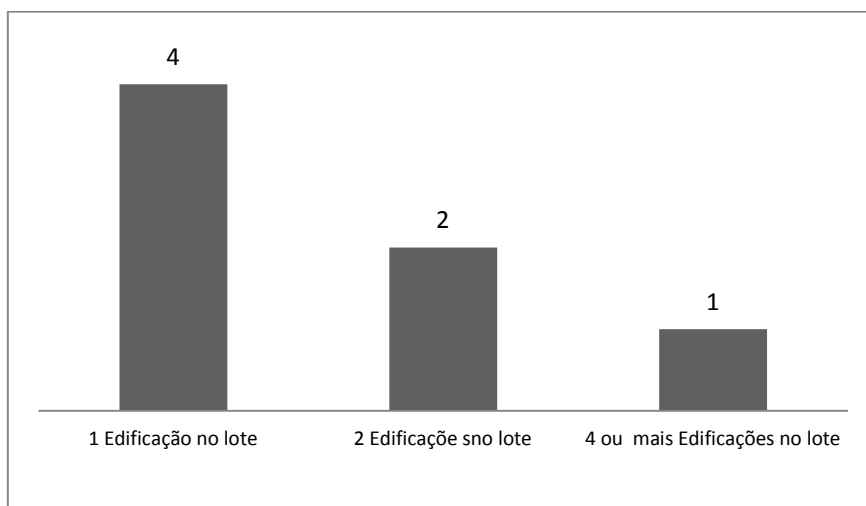
Entre os imóveis identificados, onze são de uso misto e cinco de uso exclusivamente religioso, incluindo terreiros de candomblé.

Gráfico 8. Número de pavimentos das edificações – uso misto - comercial



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE

Gráfico 9. Número de edificações – uso misto - comercial



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE

Entre as atividades comerciais desenvolvidas, foram identificados igrejas, bares e estabelecimentos no ramo da alimentação, salões de beleza e uma metalurgia, sendo que a maior parte parece ser irregular. A presença de imóveis de uso comercial deve ser levada em consideração no momento do cadastramento e oferta de soluções de reposição de perdas a fim de garantir a reposição de perdas quanto ao uso das edificações na geração de renda da população.

Foto 3. Comércio na área afetada



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

Foto 4. Uso Misto na área afetada (Igreja e Residência)



Fonte: Levantamento de campo – COBRAPE 2013

PARTE 2 – PLANO DIRETOR DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

I. Como será Executado

A Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), através da Comissão Especial de Licitação (CEL) e com o apoio da área jurídica da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (SINESP), será a responsável pela elaboração dos termos de referência, editais e demais documentos necessários para a realização da licitação para a execução do reassentamento previsto no Programa.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) é uma empresa pública, integrante da Administração Indireta e vinculada à Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDHAB), criada pela Lei nº 4.020, de 26 de setembro de 2007. Esta empresa detém as competências legais para executar o reassentamento, garantia de qualidade da habitação e realizar a remoção de aglomerados informais ilegais. Sua atuação é articulada com políticas e programas que visem ao desenvolvimento das funções econômicas e sociais da população, preferencialmente de baixa renda.

Primeiro se contratará a preparação do Plano Executivo de Reassentamento (PER); que seguirá as políticas e orientações incluídas no Plano Diretor de Reassentamento (PDR). A CODHAB apoiará a UGP na preparação dos Termos de Referência e licitação para selecionar a empresa que elaborará dito plano.

A CODHAB também apoiará a UGP durante a execução do reassentamento que seguirá o programa estabelecido nos PER com o intuito de assegurar o bem estar das comunidades, melhorar a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Realizado o reassentamento das famílias, a UGP, com apoio da CODHAB e de consultorias específicas, implantará os programas de capacitação e educação dos moradores em seu novo ambiente. A UGP também realizará o monitoramento das famílias que foram reassentadas para verificar o cumprimento dos objetivos do PER.

II. Princípios e Diretrizes

O Plano Diretor de Reassentamento estabelece os compromissos do Governo do Distrito Federal frente ao BID para reger as ações de remanejamento e reassentamento dos ocupantes das áreas de intervenção do Programa, visando, sobretudo, realizar as intervenções respeitando os parâmetros mínimos adotados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento no que diz respeito a esse tipo de intervenção. A OP-710 é o documento do BID que reúne as diretrizes para o reassentamento involuntário de populações. Este documento tem como objetivo minimizar alterações prejudiciais no modo de vida das pessoas que vivem na área de influência do projeto. Uma das suas diretrizes principais é a de evitar, ou reduzir, a necessidade de reassentamento, assegurando que, em caso de o deslocamento ser imprescindível, o tratamento aos indivíduos seja equitativo e, sempre que possível, estes participem da distribuição dos benefícios oferecidos pelo projeto em função do qual estão sendo reassentados.

O Plano Diretor de Reassentamento deve, pois, orientar o processo de remoção das famílias, levando em consideração sua situação socioeconômica, suas peculiaridades no que tange aos padrões da ocupação, além dos diferentes usos que a população faz de sua moradia e a necessidade de envolvimento comunitário na definição deste planejamento.

A execução de ações de reassentamento ou remanejamento **só podem ser iniciadas** quando o poder público dispor de possibilidades administrativas e jurídicas de repor as perdas ocasionadas pela intervenção. Para tanto, deve ser elaborado um Plano Executivo de Reassentamento, baseado neste PDR. O Plano Executivo de Reassentamento (PER) deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- i. Quantitativo de famílias/negócios/soluções – Deverá ser definida a linha de corte temporal por meio de cadastramento e selagem dos imóveis que serão alvo de intervenção (reordenamento/ remanejamento /reassentamento).

- ii. Perfil socioeconômico da população: Caracterização sóciodemográfica específica da área de intervenção, destacando indicadores para avaliação da situação de vida após a intervenção e deve incluir indicadores que podem ser medidos para avaliar impactos do programa nos meios da vida e a situação econômica geral dos afetados.
- iii. Soluções disponibilizadas: caracterização das opções ofertadas aos casos para reposição de perdas nos casos de reordenamento, remanejamento ou reassentamento.
- iv. Estratégias de atuação do trabalho social: Definição das atividades de trabalho social junto à população a ser afetada, incluindo a definição de estratégias para preparação da desocupação da área, ocupação, pós-ocupação da nova área, e o pós-reassentamento.
- v. Estratégias e ações de inclusão social: Definição de ações que visem o desenvolvimento social e comunitário, a serem desenvolvidos junto às famílias afetadas pelo Programa.
- vi. Mecanismos de participação: Instância para a participação das comunidades, mecanismo de atenção a reclamações e controvérsias, estratégias de comunicação e informação.
- vii. Desenho institucional para execução: Quadro de responsabilidades institucionais, incluindo o dimensionamento das equipes de coordenação, supervisão e execução (pessoal institucional e terceirizado). Cronograma de execução e um orçamento detalhado com custos e fontes de recurso.
- viii. Diretrizes de política de gênero: Definição das diretrizes para inclusão social com base na perspectiva de gênero. Deverão ser indicados os princípios da política, atividades por meio das quais as diretrizes serão aplicadas, os objetivos específicos e metas a serem alcançadas.

- ix. Monitoramento e Avaliação: O PER deve conter uma seção descrevendo estratégias para o monitoramento e avaliação do programa implementado, identificando um desenho de um estudo de impacto adequado que verifique e mida os efeitos do programa nas famílias remanejadas o afetadas.
- x. Orçamento: Será necessário incluir no PER um orçamento detalhado de todas as atividades a serem realizadas nas etapas de pré-desocupação, implementação, e pós-reassentamento.
- xi. Sistema de gestão de conflitos: Definir e implantar sistema de gestão de conflitos e queixas com contexto do PER. Esclarecer como a UGP e responsáveis pelo trabalho de campo receberão e resolverão as queixas recebidas. Para cumprir com este fim, desenvolver um plano de comunicação que inclua o sistema de gestão de conflitos assim como um programa de reuniões e consultas que se realizarão com as populações afetadas para implementar o PER.

O Plano Executivo de Reassentamento deve buscar atender às **seguintes diretrizes**:

- **Isonomia:** todas as famílias, atividades econômicas ou institucionais instaladas nos imóveis afetados, independentemente da sua característica de uso e ocupação (seja o morador proprietário, ocupante ou locatário), e da condição de localização do imóvel (se em terreno público, como é o caso do DF), serão alvo de ações.
- **Articulação Institucional:** as atividades referentes ao reassentamento das famílias devem ser realizadas de forma articulada com outros órgãos, secretarias e parceiros do GDF, de forma a se integrar com as políticas locais já em realização para comunidades de perfil socioeconômico semelhante àquelas características do público a ser reassentado;
- **Gestão Compartilhada:** deverá ser garantida a participação das famílias em todas as fases da intervenção, desde a elaboração do PER até a sua avaliação, com vistas a garantir o empoderamento das famílias afetadas. Essa gestão pode ser promovida por meio de reuniões e consultas públicas, entre outras modalidades de eventos, cujas estratégias de mobilização e integração da comunidade possam ser detalhadas em um Programa de Participação Comunitária e Trabalho Social;
- **Soluções Habitacionais Diferenciadas:** devem ser ofertadas, sempre que possível, soluções habitacionais diferenciadas, respeitando o perfil e a vulnerabilidade dos indivíduos afetados pela intervenção. Essas soluções devem ser criteriosamente definidas, de maneira que fiquem claros os direitos e obrigações de cada ente envolvido no processo de aplicação das soluções habitacionais;
- **Assunção de Custos:** todos os custos relativos às atividades de remanejamento da população afetada deverão ser assumidos pelo GDF e incluídos no orçamento geral das intervenções, ficando as famílias beneficiárias isentas de qualquer ônus decorrente de seu deslocamento.

- **Perspectiva de Gênero:** as escrituras de propriedade das novas residências deverão ser emitidas, preferencialmente, em nome da mulher e dos filhos do casal, com vistas à promoção do empoderamento das mulheres beneficiárias, principalmente de las chefes do lar. Deverão ser previstas atividades de fomento ao desenvolvimento da autonomia feminina dentre as atividades de inclusão previstas para serem aplicadas entre os beneficiários do Programa.
- **Monitoramento:** é necessário definir um sistema eficaz de monitoramento das atividades relacionadas ao Plano, visando à garantia do congelamento da área que sofrerá intervenção, bem como do cumprimento dos prazos para início das obras e cumprimento do cronograma sugerido. O monitoramento possibilitará acompanhar a evolução e os resultados intermediários e finais das ações empreendidas;
- **Avaliação Ex-Post:** o cumprimento do Plano deve ser um aspecto importante da aferição de resultados e impactos do Programa. Dessa maneira, é importante definir indicadores exatos, simples, comparáveis, de fácil obtenção e, preferencialmente, de baixo custo de execução para medir os desdobramentos das ações do referido Plano. Vale salientar que essas avaliações devem considerar, também, a perspectiva da satisfação do usuário, dando voz, como preconiza o processo participativo, aos atores envolvidos na aplicação do Plano.
- **Preservação da composição de renda dos trabalhadores:** Especificamente no que tange ao uso misto unidades residenciais, é importante que o Plano esteja comprometido com a preservação da composição de renda dos trabalhadores afetados pelas remoções, de forma que aqueles que desenvolvem negócios informais, em seu local de moradia, não sejam prejudicados em função do reassentamento involuntário.

O público-alvo do Plano Executivo de Reassentamento deve ser formado por todos aqueles casos localizados na área de interferência direta do Programa cujos imóveis estejam ocupados, não ocupados, regulares ou irregulares.

Quadro 1. Público Alvo

Tipo	Definição
Proprietários	Proprietário de imóvel (residenciais, negócios, e áreas vazias) localizados em áreas particulares, que possuam escritura de Propriedade do Imóvel, registrada em cartório.
Posseiros de imóveis em área particular	Ocupante de imóvel (residenciais e/ou negócios) localizados em áreas particulares, que possuam documento de reconhecimento de posse do imóvel.
Cedidos de imóveis em área particular	Ocupante de imóvel de terceiros (residenciais e/ou negócios) localizados em áreas particulares, que residam no imóvel.
Inquilinos de imóveis em área particular	Locatário ocupante de imóveis (residenciais e negócios) localizados em áreas particulares.
Detentores de imóveis situados em área pública	Proprietários de imóveis (residenciais e/ou negócios) localizados em áreas públicas - irregulares
Cedidos de imóveis situados em área pública	Ocupantes de imóveis de terceiros (residenciais e/ou negócios) localizados em áreas públicas – irregulares – há pelo menos 3 anos.
Inquilinos de imóveis situados em área pública	Locatário ocupante de imóveis (residenciais e/ou negócios) localizados em áreas públicas.

III. POLÍTICA DE ATENDIMENTO

A Política de Atendimento ou de Compensação visa oferecer soluções ou opções de atendimento diferenciadas que possibilitem a recuperação ou melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva, compensando, ao máximo, as perdas ocasionadas pelo reassentamento involuntário.

O conjunto de soluções e critérios expostos a seguir foi construído em conformidade com a OP 710, a qual constitui, juntamente com as boas práticas do BID, referência básica para elaboração deste documento. No período de formalização do Plano Executivo de Reassentamento Involuntário do Programa, poderão ser consideradas novas soluções não detalhadas no presente documento, caso a pesquisa de campo identifique a existência de casos não previstos na fase de preparação do Programa e que não sejam contemplados pelas soluções definidas aqui.

a. Formas de Compensação

Os mecanismos de negociação e alternativas disponibilizadas pelo Programa Brasília Sustentável devem estar resguardadas em algum instrumento jurídico (vide Projeto de Decreto em ANEXO). Entre as possibilidades de compensação, destaca-se as formas a seguir:

Quadro 2. Resumo das Formas de Compensação/Soluções

Solução	Descrição	Público
<p>Indenização</p>	<p>A indenização é a remuneração devida ao proprietário que sofre um procedimento desapropriatório sobre seu imóvel. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública está prevista no art. 5º, XXIV da Constituição brasileira de 1988 (CF/88).</p> <p>A indenização em dinheiro será paga exclusivamente ao proprietário do bem, em uma única parcela de valor previamente acordado, que se limitará ao preço de mercado da propriedade desapropriada, definido em avaliação imobiliária a ser elaborada pelas equipes do Programa.</p>	<p>Proprietários de Imóveis</p>
<p>Reposição da moradia - Encaminhamento para o Programa Habitacional</p>	<p>Constitui-se como uma solução para cedidos e inquilinos de áreas particulares, que não apresentam vulnerabilidade social.</p> <p>A solução poderá ser operacionalizada por meio do encaminhamento do ocupante para Política Habitacional do Distrito Federal. Os ocupantes poderão optar entre:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compra, financiada, de acordo com os critérios da Política Habitacional de uma moradia a ser construída, em núcleos habitacionais. 2. Compra, financiada, de acordo com os critérios da Política Habitacional, de uma moradia localizada pela própria família, no mercado imobiliário local. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cedidos ocupantes de imóveis em áreas particulares 2. Inquilinos ocupantes de imóveis em áreas particulares
<p>Reposição da moradia – Transferência para Núcleos Habitacionais</p>	<p>Se constitui na oferta de 1 (uma) unidade habitacional, construída no âmbito do Programa. As unidades ofertadas seguirão as tipologias adotadas pelo Programa e deverão ser construídas em áreas próximas às afetadas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Detentores de imóveis residenciais de Áreas Públicas 2. Cedidos de áreas públicas e particulares em situação de vulnerabilidade

Solução	Descrição	Público
		3. Inquilinos de áreas públicas em situação de vulnerabilidade
Indenização da benfeitoria	<p>Constitui-se do pagamento pelas benfeitorias realizadas pelos detentores (não inclui o valor do terreno).</p> <p>A indenização em dinheiro será paga exclusivamente ao detentor do bem, em uma única parcela de valor previamente acordado, que se limitará ao preço de mercado das benfeitorias realizadas, definido em avaliação imobiliária a ser elaborada pelas equipes do Programa.</p>	<p>Detentores de imóveis residenciais e/ou negócios de Áreas Públicas/Posseiros</p>
Aluguel social	<p>Pagamento em dinheiro de um auxílio-aluguel para a família residir de forma transitória enquanto aguarda a solução habitacional definitiva.</p>	<p>Todos os ocupantes que estiverem aguardando a solução definitiva</p>
Auxílio Aluguel Temporário	<p>Pagamento pecuniário no valor correspondente a, no mínimo, três meses de aluguel de imóvel em condições similares àquele locado que tenha sido atingido pela intervenção.</p>	<p>Todos os ocupantes em situação de inquilinos de imóveis atingidos pelas intervenções.</p>

A1. Indenização

A indenização é a remuneração devida ao proprietário que sofre um procedimento desapropriatório sobre seu imóvel. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública está prevista no art. 5º, XXIV da Constituição brasileira de 1988 (CF/88).

Regida pelo Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, legislação posterior e complementar, a desapropriação condiciona-se à Declaração Expropriatória de utilidade pública ou interesse social, que pode ser feita por lei ou decreto editado pelo poder público competente, em que se identifique o bem, indique seu destino e aponte o dispositivo legal que a autorize.

Neste mecanismo, a desapropriação é realizada mediante indenização com pagamento prévio em dinheiro pelo valor do imóvel a preço de mercado segundo trâmites processuais estabelecidos em lei e nos procedimentos internos da administração pública municipal.

O pagamento prévio da indenização justa e em dinheiro consolida a transferência da propriedade privada ao Poder Público. Nesse sentido, a desapropriação das áreas particulares necessárias à implantação do Programa está sendo realizada com base em critérios que orientam a execução das medidas atinentes ao processo desapropriatório, seja por via administrativa ou na esfera judicial.

A indenização em dinheiro será paga exclusivamente ao proprietário do bem, em uma única parcela de valor previamente acordado, que se limitará ao preço de mercado da propriedade desapropriada, definido em avaliação a ser elaborada pelo poder público.

A2. Encaminhamento para Programa Habitacional

A legislação brasileira não protege os inquilinos. Em caso de desapropriação, os direitos de ressarcimento estão circunscritos aos proprietários. Não obstante, fosse para assumir um processo estritamente legalista, não teria sido necessário elaborar o Plano de Reassentamento. Bastaria aplicar a gama de leis associadas ao tema, anteriormente especificadas neste documento. Assim sendo, não se pode provocar a exclusão, de seu público alvo, das famílias que atualmente ocupam os imóveis na condição de locatários. Assim sendo, para os casos de inquilinos dos imóveis regularizados usados como moradia, os quais não sofrerão perda de patrimônio, serão oferecidas duas alternativas: (i) a compra financiada, de acordo com os critérios da Política Habitacional, de uma moradia a ser construída em núcleos habitacionais; (ii) a compra financiada de uma moradia localizada pela própria família no mercado imobiliário local.

A3. Transferências para Unidades Habitacionais

O Programa Brasília Sustentável II prevê a transferência das famílias cadastradas, ocupantes de imóveis localizados em áreas públicas existentes área de intervenção, para unidades habitacionais verticais ou horizontais a serem construídas pelo Programa. Estas unidades habitacionais serão repassadas por meio de termo de uso.

As unidades habitacionais a serem construídas pelo Programa serão implantadas, em áreas públicas existentes, o mais próximo possível da atual residência da população afetada e que possuam infraestrutura básica. A população que optar pela transferência para unidade habitacional ficará isenta de quaisquer custos relativos a logística necessária à mudança e instalação na nova moradia.

A4. Indenização da Benfeitoria

Essa solução seguirá os mesmos critérios da indenização **(A1)**. Porém, somente serão avaliadas as benfeitorias físicas realizadas no terreno, ou seja, não será indenizado o valor do terreno.

A5. Aluguel Social

Essa forma de compensação visa garantir a segurança das famílias que ocasionalmente necessitem sair de suas residências antes da reposição definitiva, devendo ser evitada ao máximo. O valor disponibilizado deve ser suficiente para cobrir os custos de um aluguel em uma área regularizada e salubre para as famílias afetadas.

A6. Auxílio Aluguel Temporário

Essa forma de compensação visa garantir a segurança das famílias que vivem como inquilinos de imóveis atingidos pelo Programa. O valor disponibilizado deve ser suficiente para cobrir os custos de um aluguel, em uma área regularizada e salubre para as famílias afetadas, por um período de três meses. Esse auxílio deverá ser temporário e transitório, uma vez que não visa

alterar o *status* da família, ou seja, um núcleo familiar que vivia como inquilinos continuará, após a intervenção do Programa, como inquilinos.

Desapropriação Judicial

Ocorrendo desacordo ou não aceitação de uma das soluções ofertadas, inevitavelmente será engendrada ação judicial de desapropriação ou retomada de posse, cabendo ao proprietário particular contestar, em juízo, no prazo legal de 15 dias após a citação judicial.

Neste tocante, recomenda-se a expressa necessidade de o Governo do Distrito Federal envidar todos os esforços para conduzir a aquisição dos imóveis de maneira a evitar demandas judiciais, as quais, além de acarretar custos, dificultam o andamento das obras em razão dos mecanismos legais disponíveis para impedir, retardar ou embargar a obra.

Outras Soluções

Poderão surgir outras soluções ou mecanismos legais durante a execução do Plano, em função de alterações legais ou de mecanismos internos da administração pública. Nestas circunstâncias, sempre com foco no atendimento das necessidades específicas do Programa e sem prejuízo das partes envolvidas, estes mecanismos poderão ser aplicados, mediante incorporação prévia ao PER das ações a serem realizadas por meio de Planos Operativos específicos, submetidos previamente à não objeção do BID.

Nos casos de indenização ou de reposição de imóvel atingido, quando necessário, serão viabilizados a mudança e o armazenamento de bens móveis.

b. Critérios de Vulnerabilidade Socioeconômicos

Todos os afetados que serão deslocados tem direito a ser reassentados em condições similares ou melhores que as existentes, as medidas, instrumentos e procedimentos são diferentes dependendo da severidade dos impactos e/ou grau de vulnerabilidade ao empobrecimento dos afetados. O PER deve incorporar estratégias específicas para os afetados classificados como de alta vulnerabilidade, media vulnerabilidade, e baixa vulnerabilidade. Alguns critérios a ser considerados (podendo ser incorporados outros pertinentes) são:

➤ **Alta Vulnerabilidade**

- Depende economicamente do prédio e/ou estrutura e perde todo;
- Perda parcial más significativa para a seguridade socioeconômica;
- Não ha ingressos alternativas o adicionais;
- Baixo nível de educação e capacitação;
- Madres solteiras, adultos da terceira idade, Indígenas, Afro-Brasileiros;
- Monto de indenização não reflete o custo de reposição.

➤ **Média Vulnerabilidade**

- Depende do prédio e/ou estrutura más a perda é marginal;
- Pode continuar suas atividades socioeconômicas o têm outras para manter o meio de vida;
- No ha interrupção de emprego, redes sociais, sistema de produção;
- Nível médio ou elevado de educação e habilidades;
- Valor da indenização não reflete o custo de reposição.

➤ **Baixa Vulnerabilidade**

- Não usa o prédio e/ou estrutura para fins produtivos;
- Usa-se prédio para fins produtivos, mas tem condições para continuar no imóvel remanescente ou em outro lugar o estrutura similar;
- Usa o imóvel, mas não depende economicamente dele;
- Têm fontes de ingresso adicionais significativas;
- Não reside, trabalha, o produz na zona afetada;
- Monto de indenização não reflete o custo de reposição.

Os critérios de vulnerabilidade deverão ser elencados no PER e incorporar as seguintes diretrizes:

- Para ser habilitado, o ocupante deve estar registrado, no cadastro socioeconômico realizado pelo Governo do Distrito Federal, já no marco-zero do Programa (elaborado no momento da assinatura do contrato de empréstimo);
- Estar em situação de vulnerabilidade social sem titulo ao terreno que ocupam ou são inquilinos e cedidos de imóveis de área. Adicionalmente, serão considerados em situação de vulnerabilidade as famílias residentes na área de afetação com renda mensal percapita igual ou inferior a ½ salários mínimo nacional e que residam em

moradias em condições precárias de habitabilidade deverão ter prioridade de escolha das soluções e no atendimento as famílias que atendam aos seguintes critérios:

- Ter a mulher como chefe de família, ou seja, responsável pela renda familiar;
- Ter idoso acima de 60 anos ou deficientes na família;
- Possuir renda familiar *per capita* igual ou inferior a ¼ de salário mínimo.
- Ter família numerosa, ou seja, com mais de seis membros;

Esses critérios poderão ser ajustados, ampliados e melhor especificados dentro do processo de participação comunitária. As situações especiais deverão ter uma sistemática de análise pré-estabelecida com as comunidades, assim como os perfis possíveis de solução para esses casos.

c. Estratégias para o trabalho

Para aplicar as soluções e realizar a desocupação das áreas para implantação do Programa Brasília Sustentável 2, devem ser elaborados Planos que definam a forma de atuação dos diferentes atores. O Plano Executivo de Reassentamento deve ser complementado com um Plano de Participação Comunitária, Plano de Reinstalação de Atividades Econômicas, Plano de Comunicação e um Plano de Monitoramento e Avaliação. De maneira geral, esses Planos devem conter, no mínimo, os seguintes conteúdos:

Quadro 3. Resumo do Conteúdo dos Programas

Programa	Descrição
Plano Executivo de Remanejamento de População	Esse Plano deve definir os procedimentos para desocupação de áreas (imóveis ocupados por famílias) localizadas em áreas públicas ou irregulares e sua forma de compensação. A compensação nada mais é do que a aplicação administrativa ou jurídica de uma das soluções de reposição de perdas disponíveis. Este Plano define, ainda, as ações a serem realizadas para realizar o remanejamento físico das famílias, incluindo atividades de preparação, mudança e pós-ocupação.
Plano de Reinstalação de Atividades Econômicas	Esse Plano deve definir as ações a serem realizadas para a desocupação das áreas de negócios - formais ou informais - bem como o apoio para reorganização produtiva dos afetados, incluindo áreas de chácaras produtivas.
Plano de Participação	Esse Plano deve elencar as ações e atividades a serem realizadas com a população afetada, direta e indiretamente pelo Programa, com vistas a

Comunitária e Trabalho Social	garantir a participação comunitária, além de definir estratégias de trabalho social com a comunidade, nas fases de pré-obras, obras e pós-obras.
Plano de Comunicação Social	Esse Plano deve elencar as ações e atividades a serem realizadas com a população afetada, direta e indiretamente pelo Programa, com vistas a garantir o acesso à informação das ações realizadas. Estabelece, ainda, ações de comunicação interna, ou seja, realizadas entre os técnicos do GDF em interligação com os diversos órgãos parceiros.
Plano de Monitoramento e de Avaliação Ex-Post	Esse Plano deve estabelecer os indicadores de monitoramento e avaliação do PER, bem como a metodologia para o monitoramento e avaliações a serem realizadas no decorrer da execução.

Os itens que se seguem detalham melhor o conteúdo de cada um desses planos, sugerindo procedimentos que devem ser estudados pela equipe responsável pelas atividades quando da elaboração do Plano Executivo de Reassentamento Involuntário do Programa Brasília Sustentável 2.

PROGRAMA 1 – PLANO EXECUTIVO DE REMANEJAMENTO DE POPULAÇÃO

Constituem objetivos do *Programa 1. Plano Executivo de Remanejamento de População* o remanejamento de famílias por meio de reposição de moradias, com subsequente liberação das áreas ocupadas para a implantação das obras do Programa Brasília Sustentável 2, na área de projeto previamente definida no Condomínio Pôr do Sol.

O público-alvo do *Programa 1*. é formado por proprietários/detentores e ocupantes de imóveis de uso residencial localizados nas áreas de interferência direta do Programa Brasília Sustentável. As famílias residentes nessas áreas contarão com o apoio para o remanejamento físico (mudança), desde que sejam identificadas como de baixa renda.

Para os membros da família será providenciado o transporte até a nova moradia, sendo que todos os indivíduos de um mesmo grupo farão este traslado de uma só vez, em uma única mudança. Para os bens (móveis) da família será disponibilizado um caminhão de mudanças

com equipe de carregadores que fará o transporte e a descarga destes móveis na nova residência.

Para os animais de pequeno, médio ou grande porte, de propriedade das famílias remanejadas será disponibilizado veículo adequado para o deslocamento até o local da nova moradia. O Plano Executivo de Reassentamento deverá listar a documentação necessária à viabilização do transporte de animais, quando exigíveis, e os seus mecanismos de disponibilização por parte da administração pública.

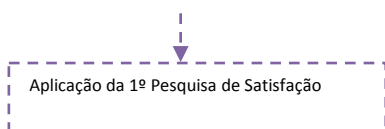
Apesar de a solução A5. Aluguel Social estar formalmente prevista para este Programa, ela deve ser evitada ao máximo, dando preferência às soluções definitivas de reassentamento. Nesse caso, a elaboração do Cronograma de ação do *Programa 1*. deve estar em estreita correlação com o cronograma de obras do Programa Brasília Sustentável, de forma que a remoção das famílias seja feita de uma vez só, em esquema de varredura da área, assim que as unidades habitacionais construídas para o Programa estejam disponibilizadas para ocupação do beneficiários.

A figura 5 a seguir propõe um fluxo básico de atividades que devem ser realizadas no *Programa 1*. Esse conjunto de atividades deve ser melhor detalhado e adaptado, se for o caso, pela equipe responsável pelos trabalhos de remanejamento da população.

Figura 5. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P1 – Remanejamento da População



O Quadro 4. Abaixo descreve as atividades listadas no fluxograma anterior.



Quadro 4. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P1.

Macro Ação	Atividade/Ação	Meta	Responsável
Remanejamento da População	Encaminhamento das famílias cadastradas para as atividades de Participação Comunitária e Trabalho Social	Participação de 70% das famílias	Equipe Social do ELO
	Visita domiciliar para verificar demandas da família para mudança (tamanho do caminhão, animais e etc.)	Visitar 100% dos imóveis que receberão apoio para mudança	Equipe Social do ELO
	Planejar a mudança (quantidade de caminhões para mudança/carros para famílias/alimentação e água para famílias no dia da mudança)	1 planejamento total para o programa	Equipe Social + Equipe Administrativa do ELO
	Comunicar às famílias a data e horário da mudança.	100% das famílias informadas	Equipe Social + Equipe de Comunicação do ELO
	Reunião informativa com objetivo de repassar aos moradores todos os procedimentos do remanejamento.	Participação de 70% das famílias	Equipe Social + Equipe de Comunicação do ELO
	Reunião para entrega do Manual do Proprietário e orientações para vistoria do imóvel.	Participação de 70% das famílias	Equipe Social + Equipe de Comunicação do ELO
	Vistoria do imóvel	Participação de 80% das famílias	Especialista em Obras da UEP + Equipe Social do ELO
	Recolhimento do termo de vistoria e entrega da nova casa.	100% dos termos assinados	Equipe Administrativa do ELO
	Acompanhamento da mudança das famílias	100% das mudanças acompanhadas	Equipe Social + Equipe de Comunicação do ELO

PROGRAMA 1 – PLANO DE REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

O *Programa 2. Plano de Reinstalação de Atividades Econômicas* tem como objetivo realizar o atendimento aos casos no qual a necessidade de remoção incidiu sobre um imóvel de uso comercial ou uso misto (residencial + comercial), promovendo a liberação da área para implantação das atividades do Programa Brasília Sustentável. O Plano também visa a apoiar o processo de reinstalação das atividades econômicas formais e formalização dos negócios informais.

O público-alvo do *Programa 2* é formado por todos os proprietários/detentores de imóveis de uso comercial localizados em áreas públicas de interferência direta do Programa Brasília Sustentável 2, definidos como :

- Pessoas jurídicas que utilizem imóvel (eis) próprio (s), ou em nome de seus sócios, como base para realização de suas atividades;
- Pessoas jurídicas que utilizem imóvel (eis) de terceiros, como base para realização de suas atividades (inquilinos);
- Pessoas físicas que desenvolvem atividades econômicas de pequena escala em imóvel comercial próprio, de terceiros ou público, que constituem base da renda familiar, de baixa renda.

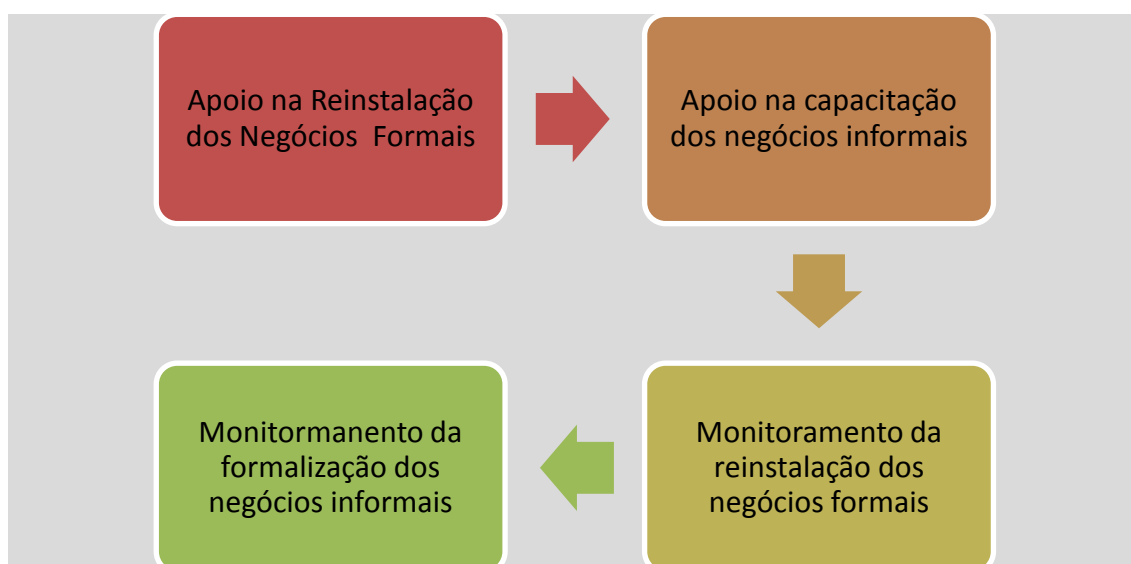
O *Programa 2* tem como principal estratégia de atuação o apoio à reinstalação dos negócios formais, e apoio a profissionalização e formalização dos negócios informais. A desocupação dos imóveis/negócios se dará pela mesma lógica do remanejamento de família, ou seja, por esquema de disponibilização total da área. Os imóveis/negócios só serão removidos após a finalização do processo de aplicação da solução de reposição, conforme definição a ser estabelecida no Plano Executivo de Reassentamento.

O *Programa 2* também dará apoio aos negócios informais com vistas a não gerar empobrecimento das famílias que sobrevivem da renda gerada pelo comércio.

As famílias que residem em imóveis e uso misto terão prioridade na escolha das unidades habitacionais ofertados pelo Programa, desde que atendam aos demais critérios estabelecidos no Plano de Reassentamento do Programa.

A figura 6 a seguir propõe um fluxo básico de atividades que devem ser realizadas no *Programa 2*. Esse conjunto de atividades deve ser melhor detalhado e adaptado, se for o caso, pela equipe responsável pelos trabalhos de remanejamento da população.

Figura 6. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P2 – Reinstalação das atividades econômicas



O Quadro 5, abaixo descreve as atividades listadas no fluxograma anterior.

Quadro 5. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P2.

Macro Ação	Atividade/Ação	Meta	Responsável
Apoio para reinstalação dos negócios formais	Identificar demandas de apoio para Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Instalação, Operação) e Alvará de Funcionamento	100% dos negócios formais pesquisados sobre as demandas	Equipe Administrativa do ELO
	Apoio técnico para obtenção de licenças e alvarás	100% dos demandantes informados sobre os trâmites	Equipe Administrativa do ELO + Equipe Jurídica do ELO
Apoio na capacitação dos negócios informais	Identificação dos negócios informais	100% dos negócios informais identificados	Equipe Social do ELO
	Identificação das demandas de capacitação	100% dos negócios informais pesquisados sobre as demandas de capacitação	Equipe Social do ELO
	Encaminhamento para os cursos de capacitação previstos no Programa de Participação Comunitária e Trabalho Social	100% dos interessados encaminhados aos cursos oferecidos pelo programa de reassentamento.	Equipe Social do ELO
Monitoramento da reinstalação	Monitoramento semestral da situação de reinstalação (contato com os empresários por telefone ou visita in loco - caso não seja localizado)	100% dos negócios formais monitorados	Equipe Administrativa do ELO
	Elaborar relatório de reinstalação e anexar no prontuário do endereço	1 relatório por semestre	Equipe Administrativa do ELO
Monitoramento da formalização dos negócios	Monitoramento semestral da situação de formalização dos negócios e capacitação dos comerciantes (contato com os empresários por telefone ou visita in loco)	50% dos negócios formais monitorados	Equipe Administrativa do ELO
	Elaborar relatório de formalização dos negócios e anexar ao prontuário do endereço	1 relatório por semestre	Equipe Administrativa do ELO

PROGRAMA 3 – PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E TRABALHO SOCIAL

O *Programa 3. Participação Comunitária e Trabalho Social* tem como objetivo fomentar condições de desenvolvimento social das comunidades afetadas e a sustentabilidade do empreendimento. Este objetivo abrange ações de mobilização e organização da população para participação, acompanhamento durante e até 12 meses após da realização do reassentamento e suporte ao projeto e às obras; ações de educação ambiental e sanitária; e ações de fortalecimento das práticas de cidadania e de redução dos fatores de vulnerabilidade social, especialmente com ações voltadas para geração de trabalho e renda e acesso a políticas de inclusão social, com vistas a reduzir possíveis conflitos e problemas relacionados à implantação do Programa Brasília Sustentável 2.

O público-alvo do *Programa 3* é formado pelas famílias atendidas diretamente pelas obras do Programa Brasília Sustentável 2, com especial interesse em três categorias:

- População diretamente afetada com ênfase nas famílias alvo de relocação para Núcleos Habitacionais ou moradias adquiridas por meio do Bônus Moradia;
- População diretamente afetada que terão seus imóveis desapropriados total ou parcialmente;
- Líderes Comunitários.

O *Programa 3* tem como principal estratégia de atuação a mobilização das famílias para participação nas atividades propostas pelo plano de reassentamento involuntário do Programa. As atividades são distribuídas nos períodos de Pré-Obras, Obras e Pós-Obras e deverão ser melhor detalhadas na fase de elaboração do Plano executivo de reassentamento, pela equipe responsável pelo planejamento e realização dos trabalhos.

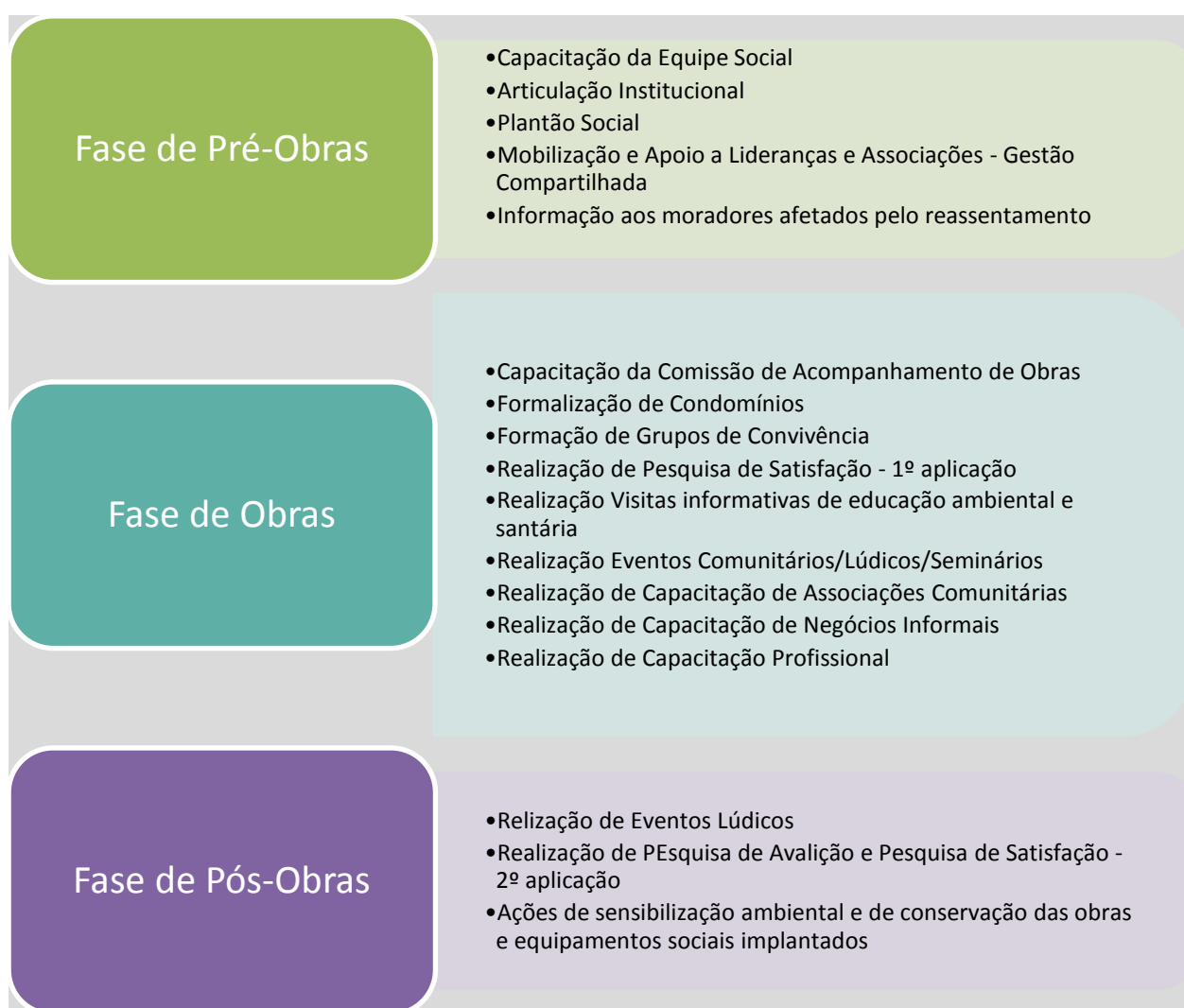
As atividades elencadas estão organizadas por meio de eixos estruturantes:

- Mobilização e Participação da Comunidade

- Educação Sanitária e Ambiental
- Geração de Trabalho e Renda

A figura 7 a seguir propõe um fluxo básico de atividades que devem ser realizadas no Programa 3. Esse conjunto de atividades deve ser melhor detalhado e adaptado, se for o caso, pela equipe responsável pelos trabalhos de remanejamento da população.

Figura 7. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P3 – Participação Comunitária e Trabalho Social



O quadro 6, abaixo descreve as atividades listadas no fluxograma anterior.

Quadro 6. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P3.

Fase	Eixo	Macro Ação	Atividade	Meta	Responsável
Pré-Obras	Eixo 1 - Participação e Organização da Comunidade	Articulação institucional	Realizar reuniões com órgãos parceiros representantes distritais da área de saúde, ambiente, educação, assistência social, habitação, saneamento, trabalho e renda	2 reuniões por parceiros	Equipe Social do ELO
		Mobilização e Apoio a Lideranças e Associações - Gestão Compartilhada	Realizar visita nos trechos/setores para identificação de lideranças e Associações Representativas da Sociedade	2 visitas	Equipe Social do ELO
			Reunião 1 - com lideranças reunião apresentação do programa com vídeo e informe sobre soluções aplicáveis - Foco para impactos e melhoria nas áreas	1 reunião	Equipe Social do ELO
			Reunião 2 - Formação de Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO – Grupo de Gestão Compartilhada	1 reunião 10 representantes da comunidade	Equipe Social do ELO
		Reunião 3 - Levantamento das necessidades de apoio para capacitação e fortalecimento das associações e grupos representativos (Formalização e acompanhamento de grupos)	2 reuniões	Equipe Social do ELO	
		Informação aos moradores afetados pelo reassentamento	Reunião 1 – Apresentar, por setor, o projeto das unidades habitacionais e equipamentos públicos na nova área. A destinação das unidades será definida por critérios sociais previamente estabelecidos pela equipe social.	Participação de 70% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO
			Visita à unidade habitacional	Participação de 70% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO
			Reunião 2 - Encargos com a Nova Moradia e Regras de Convivência (Por setor)	Participação de 70% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO
			Reunião 3 – Educação Patrimonial e sanitária.	Participação de 70% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO
		Informações e Encaminhamentos: Direitos, Benefícios e equipamentos públicos	Atividade de informação contínua no ELO (Informar e encaminhar demandas)	100% das demandas encaminhadas	Equipe Social do ELO
Obras	Eixo 1 - Participação e Organização da Comunidade	Gestão Compartilhada	Capacitação da Comissão de Acompanhamento de Obras CAO – atividade com duração 12 horas, 4 encontros de 3 horas	90% da CAO capacitada	Equipe Social do ELO
		Pesquisa de Avaliação	Realização da 1ª Pesquisa de Avaliação com os beneficiados com Casas 1 mês após o reassentamento	100% das famílias beneficiadas	Equipe Social do ELO
	Eixo 2 - Educação	Reuniões informativas aos beneficiários	Reunião informativa sobre Tema: Conhecendo a comunidade (Equipamentos de Lazer/ Saúde/Segurança)	2 reuniões Participação de 70% do grupo a ser	Equipe Social + Equipe Social do ELO

Fase	Eixo	Macro Ação	Atividade	Meta	Responsável	
	Sanitária			reassentado		
			Reunião informativa sobre Tema: Destinação Adequada de Resíduos Sólidos, Água, Luz.	2 reuniões Participação de 70% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO	
			Eventos Comunitários/Lúdicos	Evento - Plantio de Muda Árvores	Definir quantidade de mudas a serem plantadas	Equipe Social + Equipe Social do ELO
				Evento - Rua de Lazer (Melhorar a convivência entre os novos moradores)	02 Eventos Participação de 50% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO
				Evento - campanha de Saúde - Sec. Saúde	02 Eventos Participação de 50% do grupo a ser reassentado	Equipe Social do ELO
			Eixo 3 - Geração de Trabalho e Renda	Apoio para associações comunitárias	Palestra: Associativismo e Cooperativismo	02 Palestras
	Oficina de Formalização de Associação ou Cooperativas	02 Oficinas			Equipe Social do ELO	
	Oficina de elaboração de projetos e captação de recursos	02 Oficinas			Equipe Social do ELO	
	Negócios Informais Parceria com o SEBRAE	Palestra: Empreendedorismo: o caminho para o próprio negócio		3 Palestras – 20 participantes cada	Equipe Social do ELO	
		Oficinas: Como administrar sua pequena empresa		3 Oficinas – 20 participantes cada	Equipe Social do ELO	
		Oficinas SEI – Sebrae Empreendedor Individual		6 Oficinas – 20 participantes cada	Equipe Social do ELO	
	Capacitação Profissional – Comunidade	Definir cursos		Definir quantidade de vagas	Equipe Social do ELO	
		Costureiro Industrial		20 Vagas	Equipe Social do ELO	
	Pós-Obra	Eixo 1 - Participação e Organização da Comunidade /Educação Ambiental	Eventos Lúdicos	Inauguração dos Equipamentos Sociais	Definir quantidade de eventos	Equipe da UEP + Equipe do ELO
Pesquisa de Avaliação			Realização da 2ª Avaliação do Programa - Incluindo beneficiários indiretos	Pesquisa por Amostra	Equipe Social do ELO	
Seminário			Realização de Avaliação do Programa - Apresentar resultados da pesquisa de avaliação	01 Seminário	Equipe da UEP + Equipe do ELO	
Educação Ambiental			Atividade de Extensão - Conservação dos Equipamentos Públicos - Campanha de sensibilização para conservação do patrimônio.	01 evento por semestre	Equipe da UEP + Equipe do ELO	

PROGRAMA 4 – PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa 4. Plano de Comunicação Social foca o desenvolvimento permanente de canais de comunicação entre o GDF, a sociedade em geral, os órgãos parceiros e, principalmente, a população alvo de tratamento no processo de relocação compulsória, utilizando para isto uma série de ações pertinentes ao processo de relocação da população, no intuito de garantir a qualidade de vida e os mínimos sociais.

Este programa será executado antes, durante e após a relocação da população afetada.

O público-alvo do *Programa 4* é formado prioritariamente pela população afetada por obras, além de:

- População do Distrito Federal;
- População da área de influência do empreendimento;
- Técnicos da UGP e trabalhadores da obra.
- Organismos e instituições governamentais e não governamentais da área de influência do empreendimento;
- Imprensa local.

O *Programa 4* tem como principal estratégia de atuação a garantia de acesso à informação por meio do desenvolvimento de diferentes instrumentos e meios informativos. Tem como objetivo desenvolver processos de mobilização, articulação e participação para informar a comunidade sobre os aspectos relacionados ao Programa Brasília Sustentável 2, suas implicações socioambientais e sua importância econômica.

A figura 8 a seguir propõe um fluxo básico de atividades que devem ser realizadas no *Programa 4*. Esse conjunto de atividades deve ser melhor detalhado e adaptado, se for o caso, pela equipe responsável pelos trabalhos de remanejamento da população.

Figura 8. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P4 – Plano de Comunicação Social



O quadro 7, abaixo descreve as atividades listadas no fluxograma anterior.

Quadro 7. Descrição das Atividades Sugeridas/Ações – P4.

Macro Ação	Atividade	Meta	Responsável
Assessoria de Imprensa	Elaboração e encaminhamento de release a imprensa local na divulgação de atividades pontuais	01 encaminhamento semanal	Equipe de Comunicação
	Newsletters	01 encaminhamento bimestral	Equipe de Comunicação
	Entrevistas coletivas	10 entrevistas coletivas	Equipe de Comunicação
	Gestão de perfis em site de Redes Sociais	Atualização diária	Equipe de Comunicação
	Gestão de Blog e Site do Programa	Atualização semanal	Equipe de Comunicação
	Cobertura de eventos (reuniões, lançamentos, inaugurações, etc)	100% das atividades serão registradas	Equipe de Comunicação
	Clipping eletrônico	Controle e arquivamento diário	Equipe de Comunicação
	Ouvidoria	Atendimento de 100% da demanda do Fale Conosco	
Elaborar Material de Comunicação/Mobilização	Elaborar Folders de divulgação dos eventos e informativos	15 tipos de folders elaborados	Equipe de Comunicação
	Elaborar Cartilhas e Manuais	05 tipos de cartilhas elaboradas	Equipe de Comunicação
	Elaborar vídeos institucionais	03 tipos de vídeos elaborados	Equipe de Comunicação
	Elaboração e manutenção de Jornal Mural	01 Jornal Mural - Atualização semanal	Equipe de Comunicação
	Organização e divulgação de Artigos Técnicos Científicos	100% dos artigos divulgados - mensalmente	Equipe de Comunicação e Especialistas
Criar imagem positiva do Programa	Realizar apresentação do Programa aos funcionários da Administração Distrital e de Instituições parceiras	01 apresentação a cada 06 meses	Equipe de Comunicação
	Realizar atividades, em conjunto com equipe Social e Educação Ambiental, para apresentar o Programa à comunidade afetada/ imprensa local e outros	10 eventos – 1 por Setor de obras	Equipes de Comunicação, Social, Educação Ambiental e Técnica
Divulgar eventos do Programa	Mobilizar público alvo, fazer cobertura jornalística e registro fotográfico	33 eventos de lançamento e inauguração de obras	Equipes de Comunicação e Social
	Mobilizar a população afetada para reuniões sobre atividades pontuais: informações sobre reassentamento...	10 reuniões	Equipes de Comunicação e Social
Participar e registrar as reuniões com a comunidade	Elaborar banco de imagens do Programa	100% das atividades registradas	Equipe de Comunicação
	Assessorar equipe técnica no contato com a imprensa	100% dos eventos realizados	Equipe de Comunicação
	Fazer cobertura jornalística do evento para divulgação nos diversos canais de comunicação	100% dos eventos realizados	Equipe de Comunicação

PROGRAMA 5 – PLANO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO EX-POST

O Programa 6. *Monitoramento e Avaliação Ex-Post* têm como objetivo estabelecer diretrizes e indicadores para a realização do monitoramento e avaliação das ações componentes do Plano de Reassentamento Involuntário do Programa.

São objetivos gerais do monitoramento:

- Assegurar que as ações progridam de acordo como os preceitos (diretrizes) estipulados;
- Garantir o cumprimento do cronograma de implantação do Plano de Reassentamento;
- Detectar, em tempo hábil, entraves e oportunidades à consecução dos objetivos do Plano de Reassentamento, informando tempestivamente os níveis decisórios para que sejam tomadas as medidas e ações pertinentes;
- Conceber um banco de dados com a dupla função de (i) sistematizar as informações necessárias ao monitoramento e (ii) armazenar referências que serão utilizadas no momento de avaliação dos resultados do Plano de Reassentamento.

Os objetivos da Avaliação são:

- Identificar, analisar e medir os resultados da aplicação dos programas nas condições de vida da população afetada pelas obras do Programa Brasília Sustentável 2;
- Identificar, analisar e medir o grau de satisfação da população afetada, quanto ao processo de remanejamento, em sua nova condição de moradia;
- Produzir recomendações de ajustes para evitar repetições de aspectos desfavoráveis e potencializar a reprodução de aspectos positivos em futuras relocações, necessárias em programas habitacionais do Distrito Federal.

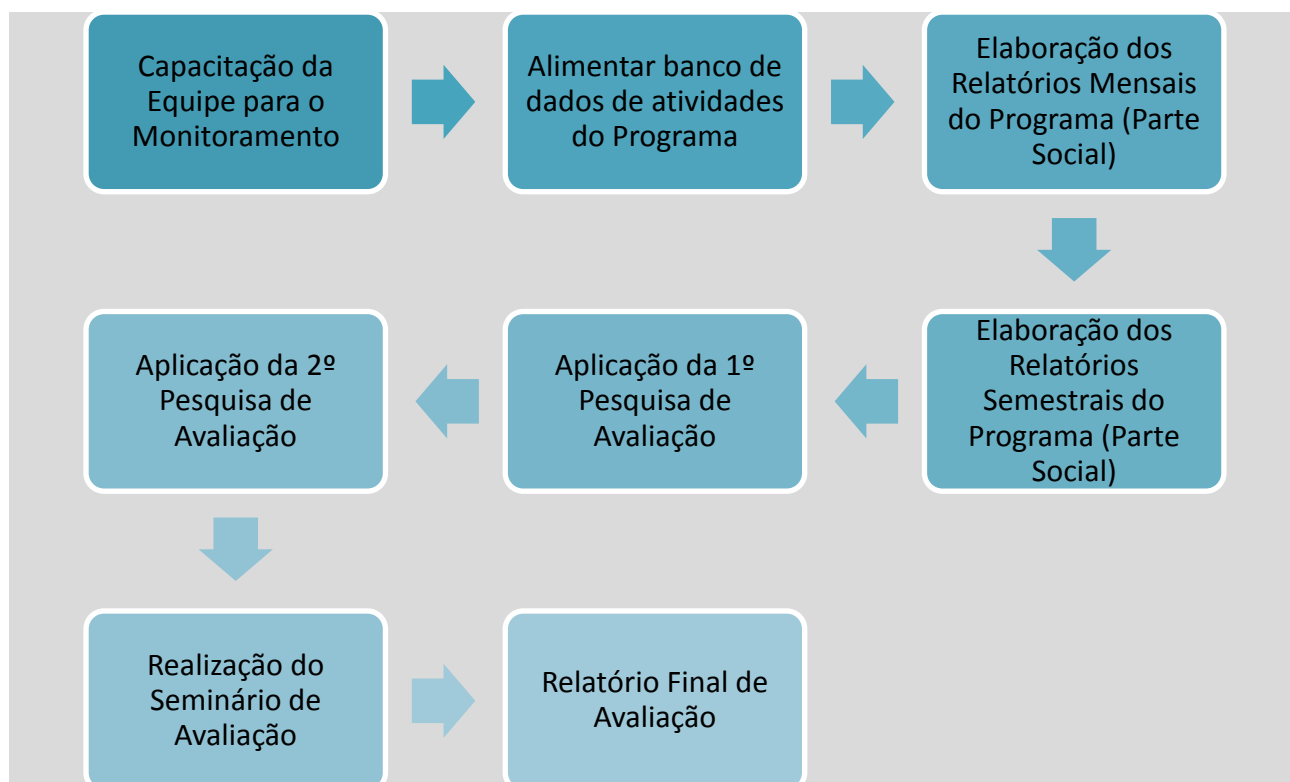
O público-alvo do Programa 5 é formado prioritariamente pela população afetada por obras, além de:

- População do Distrito Federal;
- População da área de influência do empreendimento;
- Técnicos da UGP e ELO

O *Programa 5* tem como principal estratégia de atuação o registro mensal da realização das atividades listadas no Plano de Reassentamento e realização de pesquisa de satisfação logo após a finalização do remanejamento e ao final do processo de relocação. Para tanto deverão ser elencados indicadores de resultado e de processo para monitorar e avaliar as ações previstas.

A figura 9, a seguir propõe um fluxo básico de atividades que devem ser realizadas no *Programa 5*. Esse conjunto de atividades deve ser melhor detalhado e adaptado, se for o caso, pela equipe responsável pelos trabalhos de remanejamento da população.

Figura 9. Fluxograma de Atuação – Fases Básicas para P5 – Monitoramento e Avaliação Ex-Post



GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

O Plano Diretor de Reassentamento para o Programa Brasília Sustentável utiliza conceitos concernentes a sua demanda e área de atuação, utilizados em Programas similares e embasados em legislações, em especial pela Política de Reassentamento Involuntário de Famílias do BID (OP-710), além dos conceitos de uso comum. Sendo assim, faz-se necessária a definição específica destes termos no âmbito do Programa.

Desapropriação: procedimento jurídico-legal pelo qual o Poder Público, fundado na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, adquirir para si bem móvel ou imóvel regular, em caráter originário, mediante justa e prévia indenização (CF/88, art.5º, inc. XXIV);

Família: grupo de pessoas que se acham unidas por laços afetivos de consanguinidade, ou por solidariedade e que vivem sob o mesmo teto, compartilhando ganhos e despesas de forma perene;

Famílias afetadas: famílias com laços semelhantes aos acima assinalados, que tenham entre os seus membros integrantes proprietários, arrendatários, possuidores, inquilinos, cessionários do imóvel, total ou parcialmente, afetados pela intervenção;

Indenização: compensação pecuniária de um bem móvel ou imóvel afetado por ações decorrentes do processo de intervenção;

Medidas Compensatórias: conjunto de ações que visam a assegurar que as famílias afetadas sejam compensadas, de maneira justa, de forma a restaurar, e, se possível, melhorar, as condições sociais, de vida e de renda;

Moradia digna e salubre: aquela que abrange o acesso à habitação, à segurança da posse, à habitabilidade, ao custo acessível, adequação cultural, acessibilidade, localização e disposição de bens e serviços urbanos oferecidos pela cidade, no que se refere à disponibilidade de transporte público e condições adequadas de circulação (mobilidade urbana), acesso a equipamentos e serviços públicos essenciais, tais como: saneamento básico, saúde, segurança, trabalho, educação, cultura, esporte e lazer, nos padrões médios da cidade;

Participação: processo de informação, consulta e discussão em linguagem adequada que garanta o envolvimento das famílias afetadas em todas as fases constitutivas da concepção e da implementação das obras e serviços compatíveis, bem como do deslocamento involuntário provocado ou havido;

Plano Diretor Reassentamento (PDR): instrumento norteador do processo reassentamento/remanejamento que visa estabelecer as formas de reposição das perdas, recomposição do quadro de vida com base em mecanismos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos;

Plano Executivo de Reassentamento (PER): instrumento norteador do processo de deslocamento, contendo indispensavelmente, a demarcação da área de abrangência, a identificação do público elegível e das soluções de atendimento aplicáveis, e cujas ações devem ser executadas em consonância com os cronogramas de intervenção e do trabalho social, garantidas as atividades de pré e pós intervenção;

Reassentamento: processo de realocação física de famílias por meio de reposição do imóvel por ela habitado e afetado, por outra unidade habitacional ou econômico industrial ou comercial construída especificamente para esse fim ou adquirida no mercado imobiliário, a serem adjudicadas, de acordo com as características da intervenção, de forma onerosa ou sem custo para a família reassentada;

Reassentamento Involuntário: consistente na alteração/movimentação compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de (especificar), inclusive quando o deslocamento for motivado pela eliminação de situações de risco ou insalubridade, ou desocupação de áreas impróprias para a ocupação humana, a fim de melhorar dessa forma a qualidade de vida e assegurar-se o direito à moradia das famílias afetadas;

Reposição de imóvel: ações que visem o acesso a imóvel de mesmo uso e com características similares àquele atingido, desde que garantidas as condições de habitabilidade, de segurança jurídica – regularizados ou passíveis de regularização – e de moradia digna;

Trabalho social: conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de pesquisas e estudos diagnósticos integrados e participativos do território (área/local), considerando as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território (área/local), e da população beneficiada, além das características das intervenções exigidas, visando promover o exercício da participação com vistas a inserção social das famílias, em articulação com as outras políticas públicas compatíveis, de modo a contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos seus bens, equipamentos e serviços implantados.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II

ANEXO I: RELATÓRIO DE ÁREAS LIVRES

DEZEMBRO 2013

Este documento apresenta o relatório de checagem das áreas livres disponíveis para remanejamento da população afetada pelas intervenções do Programa Brasília Sustentável II, bem como para a construção de equipamentos comunitários. É de extrema importância a destinação de áreas para o remanejamento e para novos equipamentos próximos às áreas originalmente ocupadas. O remanejamento em áreas próximas é uma das diretrizes definidas pela Política de Reassentamento Involuntário de Famílias do BID (OP-710).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	69
Identificação das Áreas	71
Checagem das Áreas Livres	73

Identificação das Áreas

De acordo com projeto urbanístico elaborado em 2008, foram criados, na áreas de intervenção cerca de 1.400 lotes. Entre eles, a maior parte de uso residencial – aproximadamente 1.200 lotes, 76 de uso comercial e 24 de uso multifamiliar. Os novos lotes foram criados em áreas internas e próximos aos casos afetados por remanejamento, conforme figura abaixo:



Entre os lotes criados, está previsto a construção de 14 equipamentos comunitários, com o seguinte dimensionamento:

Dimensionamento dos EPC's para o Pôr do Sol		
EPC	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
SEDEST	04	7.834,89 m ²
PRAÇA	02	16.998,64 m ²
EDUCAÇÃO INFANTIL	02	8.663,15 m ²
ENSINO ESPECIAL	01	10.465,55 m ²
ENSINO FUNDAMENTAL	02	14.957,58 m ²
ENSINO MÉDIO	01	5.908,46 m ²
POSTO DE SAÚDE	01	1.610,53 m ²
PARQUE URBANO	01	23.253,28 m ²
TOTAL	14	89.692,08 m²

Para garantir a executividade da intervenção urbanística proposta, incluindo a regularização fundiária da área é de extrema importância a realização do congelamento e fiscalização da área. Outras experiências de urbanização e regularização fundiária utilizam decreto de congelamento da área, e fiscalização contínua das áreas afim de garantir a viabilidade de implementar o projeto proposto.

O congelamento da área consiste na proibição de novas construções irregulares e qualquer tipo de reforma. Novas construções irregulares devem ser removidas imediatamente afim de não impossibilitar o andamento do projeto, seja pela ocupação de uma área originalmente livre, como também a demanda por um novo remanejamento e solução habitacional. Para garantir maior organização e justiça social a comunidade deve conhecer passo a passo cada uma das etapas que envolvem a regularização fundiária. Uma das formas de informar a

comunidade é a distribuição de cartilhas, e exposição de placas indicativas das áreas congeladas.

Checagem das Áreas Livres

Durante os meses de novembro e dezembro de 2013 foram realizadas visitas *in loco* para verificação da condição das áreas originalmente livres no projeto urbanístico, destinadas para construção de equipamentos comunitários, residências e comércios.

O formulário de checagem, aplicado na oportunidade, foi o seguinte:

FORMULÁRIO DE CHECAGEM	
IDENTIFICAÇÃO	
PESQUISADOR:	Data:
CONDIÇÕES DO IMÓVEL	
Tipo	
1 () Reordenamento	2 () Remanejame 3 () Não sabe
Número de Edificações no lote:	
1 () 1 edificação	4 () 4 edificações
2 () 2 edificações	5 () mais de 5 edificações (especificar)
3 () 3 edificações	
Padrão Construtivo do Imóvel	
1 () Alvenaria 2 () Madeira 3 () Misto 4 () Outro	
Número de Pavimentos do	Uso do Imóvel
1 () 1 Pavimento	1 () Residencial
2 () 2 Pavimentos	2 () Comércio/Serviço
3 () 3 Pavimentos	3 () Misto - (Comércio/Residência)
4 () Mais de 3 Pavimentos	4 () Misto - (Residência/Igreja)
	5 () Misto - (Residência/Chácara)
	6 () Igreja
	7 () Público
	8 () Chácara
	9 () Outro
OBSERVAÇÕES GERAIS	

Foi possível identificar que a maior parte dessas áreas permanece livre, com algumas alterações. Foi verificado construções precárias que precisam ser tratadas com cautela pelo poder público.

Foto – área livre atualmente ocupada



Em algumas áreas foi possível identificar o uso para depósito de lixo, o que também deve ser fiscalizado pelo poder público.

Foto – área livre utilizada como depósito de lixo.



Foi possível identificar ainda, áreas livres porém cercadas.

Foto – área cercada



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II

ANEXO II: LEVANTAMENTO DE CAMPO

INSUMOS PARA
O PLANO DIRETOR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

ANEXO A –LEVANTAMENTO DE CAMPO

Caracterização da Situação Atual dos Imóveis

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
1	107 B LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
2	107 B LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação		3-3 Pavimentos	1-Residencial	
3	107 B CASA 2B	2-Remanejamento	1-1 edificação		2-2 Pavimentos	1-Residencial	
4	107 B CASA 3B	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA IDENTIFICADA COMO 2-C
5	107 B LOTE 3A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
6	107 B SEM ENDEREÇO	2-Remanejamento	1-1 edificação		1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NO MAPA ESTÁ SEM ENDEREÇO. MAS A MESMA ENCONTRA-SE OCUPADA
7	-	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
8	107 B	2-Remanejamento	2-2 edificações		1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NO MAPA ESTÁ DO LADO DA CASA 4
9	108 L CASA 1	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
10	108 L CASA 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
11	108 L CASA 3	2-Remanejamento	1-1 edificação		2-2 Pavimentos	1-Residencial	
12	108 L CASA 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
13	108 L CASA 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14	108 L CASA 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
15	108 L CASA 7	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA DIVIDIDA EM DOIS PAVIMENTOS
16	108 L CASA 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
17	108 L CASA 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
18	108 B CASA 1	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	3-Misto (Comercio/Residência)	CASA DIVIDIDA EM DUAS EDIFICAÇÕES / CABELEREIRO E RESIDÊNCIA
19	108 B CASA 2	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
20	108 B CASA 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
21	108 B CASA 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	6-Igreja	LOCAL UTILIZADO COMO IGREJA
22	108 B CASA 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE VAZIO
23	108 B CASA 6	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24	108 B CASA 7	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25	108 B CASA 8	2-Remanejamento					LOTE SEM NADA (VAZIO)
26	108 B CASA 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE VAZIO, SÓ COM UM CONSTRUÇÃO
27	108 B CASA 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28	108 B CASA 11	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29	108 C CASA 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
30	108 C CASA 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31	108 C CASA 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32	108 C CASA 27	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE OCUPADO
33	108 C CASA 26	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34	108 C CASA 25	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
35	108 C CASA 24	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36	108 C CASA 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
37	108 C CASA 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
38	108 C CASA 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
39	108 C CASA 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
40	108 C CASA 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41	108 C CASA 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
42	108 C CASA 17	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
43	108 C CASA 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44	108 C CASA 15 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45	108 C CASA 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE OCUPADO
46	108 C CASA 14						NÃO EXISTE. JUNTOU COM O 108 G CASA 1
47	108 G CASA 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48	108 G CASA 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49	108 G CASA 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
50	108 G CASA 4	2-Remanejamento	1-1 edificação		1-1 Pavimento	1-Residencial	
51	108 G CASA 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NÃO EXISTE

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
							NO MAPA
52	108 G CASA 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NÃO EXISTE NO MAPA
53	108 G CASA 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NÃO EXISTE NO MAPA
54	108 G CASA 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NÃO EXISTE NO MAPA
55	108 G CASA 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NÃO EXISTE NO MAPA
56	107 B LOTE 22	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
57	107 B LOTE 22 A	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
58	107 B LOTE 23 A	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	3-Misto (Comercio/Residência)	MARMITEX, AÇAI E DINDIN
59	INVALIDO						INVALIDO
60	107 B LOTE 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento		
61	107 B LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
62	107 B LOTE 20	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
63	107 B LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
64	107 B LOTE 18	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
65	107 B LOTE 17	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	OBRA INACABADA
66	107 B LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
67	107 B LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
68	107 B LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
69	107 B LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
70	107 B LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
71	EM BRANCO						EM BRANCO
72	107 B LOTE 11C	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	PLACA: QD. 107 CONJ.B CASA 11 COMO IDENTIFICADO NO LOCAL . / 107 B LOTE 11 DE ACORDO COM O MAPA
73	108 K LOTE 24	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
74	108 K LOTE 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
75	108 K LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
76	108 K LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
77	108 K LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
78	108 K LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
79	108 K LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
80	108 K LOTE 17	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
81	108 K LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
82	108 K LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
83	108 L LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	Endereço no local lote 10 e 10A
84	108 L lote 10 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	O lote 10 foi dividido em dois lotes, que ficou como o endereço 108 L LOTE 10 E 10A. 10 A EM NOME DANIEL BRANDÃO DE CARVALHO.
85	108 K LOTE 25	2-Remanejamento					SEM EDIFICAÇÃO (VAZIO)
86	108 K LOTE 26	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
87	108 K LOTE 27	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	3-Misto (Comercio/Residência)	Salão de Beleza
88	108 K LOTE 28	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
89	108 K LOTE 29	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	3-Misto (Comercio/Residência)	METALURGICA RODRIGUES E IGREJA EVANGÉLICA / MORADIA NOS FUNDOS DA METALURGICA
90	108 A LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
91	108 A LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
92	108 A LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
93	108 A LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
94	108 A LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
95	108 A LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
96	108 A LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
97	108 A LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
98	108 A LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
99	108 A LOTE 10	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
100	108 A LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
101	108 D LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
102	108 D LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
103	108 D LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
104	108 D LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	No mapa a numeração está trocada
105	108 D LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento		
106	108 D LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
107	108 D LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
108	108 D LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
109	108 D LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
110	108 F LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	Casa e lote fora do projeto
111	108 F LOTE 3	2-Remanejamento					LOTE VAZIO
112	108 F LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
113	108 F LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
114	108 F LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
115	108 F LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
116	108 F LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA E LOTE NÃO ESTÁ NO PROJETO
117	108 F LOTE SEM NUMERO						SEM NUMERO/ NÃO CONSTA NO PROJETO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
118	108 F LOTE SEM NUMERO						LOTE FORA DO PROJETO
119	108 E LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
120	108 E LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
121	108 E LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
122	108 E LOTE 10	2-Remanejamento					LOTE VAZIO
123	108 E LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
124	108 F LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
125	108 K LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação		1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA GRANDE NO LOTE
126	108 K LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM LOTE DIVIDIDO
127	108 K LOTE 5A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA DIVIDIDO NO LOTE
128	108 K LOTE 5A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ESTA CASA ESTÁ CORRETA NO LOTE COM ENDEREÇO 5A
129	108 K LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria		1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO
130	108 K LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO ABANDONADA
131	108 K LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
132	108 K LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
133	108 K LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
134	108 K LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
135	108 K LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
13 6	108 L LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
13 7	108 L LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA OCUPADA LOTE 13 E 11 JUNTOS
13 8	108 L LOTE 13 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE NOVO NÃO TEM NO MAPA
13 9	107 A LOTE 1 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	O LOTE NO MAPA ESTÁ COMO 01 Nº CASA LT 1. - FOTO
14 0	107 A LOTE 1	2-Remanejamento	4-4 edificações	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	3-Misto (Comercio/Residência)	COMERCIOS : SALÃO DE BELEZA , LOJA DE ROUPA E LOJA DE INFORMATICA
14 1	107 A LOTE 2A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14 2	107 A LOTE 2A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14 3	107 A LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14 4	107 A LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14 5	107 A LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14 6	107 A LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	CASA BOA
14 7	107 A LOTE 6A	2-Remanejamento	1-1 edificação	3-Misto	1-1 Pavimento	1-Residencial	EM CONSTRUÇÃO
14 8	107 A LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
14 9	107 A LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
15 0	107 A LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA SEM REBOCO
15 1	107 A LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	SEM MORADOR
15 2	107 B LOTE 10B	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE COM VARIAS KITS

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
15 3	107 B LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE 09 DA QUADRA 107 B E VAZADO COM O LOTE DA QUADRA 107 A
15 4	107 B LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA SEM MORADOR
15 5	107 B LOTE 7A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
15 6	107 B LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	SOBRADO SEM MORADOR
15 7	107 B LOTE 11A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA VAZIA SEM MORADOR
15 8	107 B LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
15 9	EM BRANCO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 0	108 K LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA DE FUNDO
16 1	108 K LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	CASA MUITO BOA
16 2	108 K LOTE 4	2-Remanejamento					LOTE VAZIO
16 3	108 B LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 4	108 B LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 5	108 B LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 6	108 B LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 7	108 B LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 8	108 B LOTE 17	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
16 9	108 B LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO /CASA COM MORADORES
17	108 B LOTE 15	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
0							
17 1	108 B LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
17 2	108 B LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	1 BARRACO PEQUENO SEM MORADORES
17 3	108 B LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
17 4	108 B LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
17 5	108 C LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	EM CONSTRUÇÃO SEM MORADORES
17 6	108 C LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO
17 7	108 C LOTE 14A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO DIFERENTE DO PROJETO
17 8	108 C LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
17 9	108 C LOTE 12	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
18 0	108 C LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
18 1	108 C LOTE 10	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	TRÊS FAMILIAS
18 2	108 C LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação		2-2 Pavimentos	1-Residencial	
18 3	108 C LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
18 4	108 C LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	MURO MUITO ALTO
18 5	108 C LOTE 6	2-Remanejamento	2-2 edificações		1-1 Pavimento	1-Residencial	EM CONSTRUÇÃO SEM MORADORES
18 6	108 C LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
18 7	108 C LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
18 8	108 E LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
8							
189	108 E LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
190	108 E LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
191	108 E LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
192	108 E LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
193	108 E LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	TRÊS FAMILIAS MORANDO
194	603 B LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
195	603 B LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
196	603 B LOTE 3	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE COM TRÊS CASAS E TRÊS FAMILIAS
197	603 B LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
198	603 B LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
199	603 B LOTE 6	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
200	603 B LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	4-Misto (Residência/Igreja)	IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS
201	603 B LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
202	603 B LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
203	603 B LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
204	603 B LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA DE ALVENARIA MUITO PRECÁRIA COM MORADOR
205	603 B LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
206	603 B LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
6							
20 7	603 B LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
20 8	603 B LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
20 9	603 B LOTE 16	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 0	603 B LOTE 17	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 1	603 B LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO 18 /18A
21 2	603 B LOTE 18A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO 18/18A SEM MORADOR
21 3	603 B LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 4	603 B LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 5	603 B LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 6	603 B LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 7	603 B LOTE 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO, FAMILIA MORANDO
21 8	603 B LOTE 24	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
21 9	603 B LOTE 25/26	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	4-Misto (Residência/Igreja)	IGREJA INTERNACIONAL
22 0	603 B LOTE 27	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
22 1	603 B LOTE 28-B	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO 28/28A/28B
22 2	603 B LOTE 28	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO 28/28A/28B
22 3	603 B LOTE 28A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO 28/28A/28B
22 4	603 D LOTE 20	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	MORADOR

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
4							SOMENTE EM UMA DAS EDIFICAÇÕES
22 5	603 D LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
22 6	603 D LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA COM HORTA NO FUNDO
22 7	603 D LOTE 17	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DUAS FAMILIAS NO LOTE
22 8	603 D LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
22 9	603 D LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM FUNDO DO LOTE 10
23 0	603 E LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM O FUNDO DO LOTE 11
23 1	603 E LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
23 2	603 E LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	4-Outro	1-1 Pavimento	1-Residencial	*PREMOLDADO / LOTE DIVIDIDO COM LOTE 13, ESTÁ SEM NUMERO
23 3	603 E LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
23 4	603 E LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
23 5	603 E LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
23 6	603 E LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
23 7	603 E LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
23 8	603 E LOTE 8A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
23 9	603 E LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24 0	603 E LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24	603 E LOTE 5	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DUAS FAMILIAS NO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
1							LOTE
24 2	603 E LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24 3	603 D LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24 4	603 D LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24 5	603 D LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24 6	603 D LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
24 7	603 D LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO CONSTA NUMERAÇÃO NA CASA
24 8	603 D LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO CONSTA NUMERAÇÃO NA CASA
24 9	603 D LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25 0	603 D LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25 1	603 D LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25 2	603 D LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25 3	603 D LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	O LOTE 12 FOI DIVIDIDO, NÃO É ENCOSTADO COM O 14A.
25 4	603 D LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	O LOTE 14 E 14A SÃO UM SÓ
25 5	603 D LOTE 15A/15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	O LOTE 15 É DIVIDIDO EM 2
25 6	603 D LOTE 15A/15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25 7	603 C LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
25	603 C LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
8							
259	603 C LOTE	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
260	603 C LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
261	603 C LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
262	603 C LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
263	603 C LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
264	603 C LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
265	603 C LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
266	603 C LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
267	603 C LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
268	603 C LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
269	603 C LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
270	603 C LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
271	603 C LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
272	BRANCO						
273	603 C LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
274	603 C LOTE 17	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
275	603 C LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
276	603 C LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
277	603 C LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
7							
27 8	603 C LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
27 9	603 C LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 0	603 C LOTE 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 1	603 A LOTE 35	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 2	603 A LOTE 37	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 3	603 A LOTE 38	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 4	603 A LOTE 41	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 5	603 A LOTE 43	2-Remanejamento	1-1 edificação		1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 6	603 A LOTE 45	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO CONSTA NO MAPA
28 7	603 A LOTE 47	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 8	603 A LOTE 49	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
28 9	603 A LOTE 49 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 0	603 A LOTE 49B	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 1	603 A LOTE 52	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 2	603 A LOTE 50	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 3	603 A LOTE 48	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 4	603 A LOTE 46	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 5	603 A LOTE 44	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29	603 A LOTE 42	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
6							
29 7	603 A LOTE 40	2-Remanejamento	1-1 edificação		1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 8	603 A LOTE 38	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
29 9	603 A LOTE 36	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
30 0	603 E LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 21
30 1	603 E LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 22
30 2	603 E LOTE 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 23
30 3	603 E LOTE 24	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 24
30 4	603 E LOTE 25	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 25
30 5	603 E LOTE 26	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 26 (CASA VAZIA)
30 6	603 E LOTE 27	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO CORRETO 603 F LOTE 27
30 7	603 E LOTE 1	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	5-Misto (Residencia/Chácara)	
30 8	603 E LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
30 9	603 E LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 0	701 D LOTE 1	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 1	701 D LOTE 2	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 2	701 D LOTE 1B	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 3	701 D LOTE 3	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 4	701 D LOTE 4	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
31 5	701 D LOTE 5	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 6	701 D LOTE 6	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASAS 701 D 06 E 07 JUNTAS
31 7	701 D LOTE 7	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	701 D CASAS 06 E 07 JUNTAS
31 8	701 D LOTE 8	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
31 9	701 D LOTE 9	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 0	701 D LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
32 1	701 D LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 2	701 C LOTE 30	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
32 3	701 C LOTE 29	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 4	701 C LOTE 28	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 5	701 C LOTE 27	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 6	701 C LOTE 26	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 7	701 C LOTE 25	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 8	701 C LOTE 1A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
32 9	701 C LOTE 1B	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 0	701 D LOTE 1B	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 1	701 D LOTE 30A	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 2	701 D LOTE 30	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 3	701 D LOTE 29	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
33 4	701 D LOTE 28	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA PEQUENA SEM MORADOR
33 5	701 D LOTE 27	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 6	701 D LOTE 26	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 7	701 D LOTE 25	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 8	701 D LOTE 24	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
33 9	701 D LOTE 23	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 0	701 D LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 1	701 D LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 2	701 D LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 3	701 D LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 4	701 D LOTE 18	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 5	701 D LOTE 17	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 6	701 D LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 7	701 D LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
34 8	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	FORA DO PROJETO
34 9	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO PROJETO, ENTRADA PELO FUNDO NÃO TEM RUA
35 0	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO PROJETO
35 1	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO PROJETO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
35 2	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO PROJETO, ENTRADA POR TRAZ SEM RUA
35 3	EM BRANCO						
35 4	CH 94 QD 04 LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	3-Misto	1-1 Pavimento	1-Residencial	
35 5	CH 94 QD 04 LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
35 6	CH 94 QD 04 LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
35 7	CH 94 QD 04 LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
35 8	CH 94 QD 04 LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
35 9	CH 94 QD 04 LOTE 23	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 0	CH 94 QD 04 LOTE 24	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 1	CH 94 QD 04 LOTE 17	2-Remanejamento	2-2 edificações	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 2	CH 94 QD 04 LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 3	CH 94 QD 04 LOTE 10	2-Remanejamento					LOTE VAZIO
36 4	CH 94 QD 04 LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 5	CH 94 QD 04 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 6	CH 94 QD 04 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	BARRACO NO FUNDO
36 7	CH 94 QD 04 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
36 8	CH 94 QD 04 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	BARRACO NO FUNDO
36 9	CH 94 QD 04 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
37	CH 94 QD 05 LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
0							
37 1	CH 94 QD 05 LOTE 02	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
37 2	CH 94 QD 05 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
37 3	CH 94 QD 05 LOTE 07	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DUAS FAMILIAS MORANDO
37 4	CH 94 QD 05 LOTE 06	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
37 5	CH 94 QD 05 LOTE 05	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO
37 6	CH 94 QD 05 LOTE 04	2-Remanejamento	2-2 edificações	3-Misto			01 CASA DE ALVENARIA E OUTRA DE MADEIRA
37 7	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
37 8	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE NO FUNDO
37 9	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	BARRACO NO FUNDO
38 0	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
38 1	CH 94 QD 05 LOTE 03	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
38 2	CH 94 QD 05 LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NUMERAÇÃO DO MAPA NÃO BATE COM A DO MORADOR
38 3	CH 94 QD 05 LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO AO MEIO
38 4	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DE FUNDO COM N° 12
38 5	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DE FUNDO COM O N° 12
38 6	CH 94 QD 05 LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
38 7	CH 94 QD 05 LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
388	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM O N° 14
389	CH 94 QD 05 LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE 15 DIVIDIDO
390	CH 94 QD 05 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DE FUNDO COMO O LOTE N° 15
391	CH 94 QD 05 LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
392	CH 94 QD 05 LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
393	CH 94 QD 03 LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
394	CH 94 QD 03 LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
395	CH 94 QD 03 LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
396	CH 94 QD 03 LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
397	CH 94 QD 03 LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
398	CH 94 QD 03 LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
399	CH 94 QD 03 LOTE 09	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
400	CH 94 QD 03 LOTE 08/09	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
401	CH 94 QD 03 LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
402	CH 94 QD 04 SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	CHÁCARA OCUPADA
403	CH 94 QD 04 LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	DOIS N° 08 NA MESMA QD E RUA
404	CH 94 QD 04 LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
405	CH 94 QD 03 LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
406	CH 94 QD 04 LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NO MAPA ESTÁ DUPLICADA.

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
							DOIS LOTES NUMERADOS COMO 8
40 7	CH 94 QD 04 LOTE 09	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
40 8	CH 94 QD 04 LOTE 16	2-Remanejamento	2-2 edificações	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	
40 9	CH 94 QD 04 LOTE 11	2-Remanejamento	2-2 edificações	3-Misto	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 0	CH 94 QD 02 LOTE 06	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 1	CH 94 QD 02 LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 2	CH 94 QD 02 LOTE 08	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 3	CH 94 QD 02 LOTE 09	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 4	CH 94 QD 02 LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 5	CH 49 QD 02 LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	CHÁCARA VAZIA
41 6	CH 49 QD 02 LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 7	CH 49 QD 02 LOTE 06	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 8	CH 49 QD 02 LOTE 05	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
41 9	CH 49 QD 02 LOTE 04	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
42 0	CH 49 QD 02 LOTE 03	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
42 1	CH 49 QD 02 LOTE 02	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
42 2	CH 49 QD 02 LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
42 3	CH 71 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	01 CASA O RESTANTE BARRACO PARA ANIMAIS

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
42 4	CH 71 B	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
42 5	CH 74 (70B)	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	MAPA MUITO CONFUSO, NO MAPA ESTÁ COMO 70 B
42 6	CH 95 A	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	O TOTAL DAS CASAS SÃO QUINZE. 4 CASAS COM MORADORES O RESTANTE SÃO CASAS PARA O CENTRO ESPIRITA
42 7	CH 90 A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
42 8	CH SÃO MATHEUS N° 90	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	6-Igreja	CONSTRUÇÃO NOVA
42 9	CH 95 OU 91	2-Remanejamento	4-4 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	NÃO FOI POSSIVEL ENTRAR PARA VERIFICAR PORTÃO TRANCADO
43 0	CH SÃO MATHEUS N° 90 B	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	MORADOR DIZ QUE A CHÁCARA ESTÁ COM O ENDEREÇO ERRADO, QUE O CERTO É CHÁCARA JOSÉ MATHEUS N° 90 A
43 1	CH SÃO MATHEUS N° 90	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	ESTA CHÁCARA NÃO TEM NUMERO. NA PLACA NO LOCAL É CHÁCARA 90 B
43 2	CH 84	2-Remanejamento	2-2 edificações	2-Madeira	1-1 Pavimento	8-Chácara	BARRACOS TODOS DE MADEIRA, LOCAL CONFUSO DE DIFÍCIL ACESSO
43 3	CH DO GOIANO 105 A	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	INSTALAÇÃO PESQUE E PAGUE: 01 GALPÃO DE

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
							MAQUINÁRIO; 01 GALPÃO QUE VIROU CHIQUEIRO DE PORÇOS; 01 CASA SEDE, MORADIA DO PROPRIETÁRIO; 02 SALÕES PERTO DO TANQUE; 01 COZINHA GRANDE COLADO EM UM DOS SALÕES.
43 4	402 D LOTE 25	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA COM MORADOR
43 5	402 D LOTE 22	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
43 6	206 B LOTE 09	1-Reordenamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DAS DUAS EDIFICAÇÕES UMA É SOBRADO
43 7	206 B LOTE 10	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
43 8	206 B LOTE 11	1-Reordenamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
43 9	206 B LOTE 12	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 0	206 B LOTE 13	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 1	206 B LOTE SEM NUMERO	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	6-Igreja	IGREJA SEM NUMERO
44 2	306 C LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 3	304 C LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 4	402 D LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 5	402 D LOTE 27	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 6	207 H LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	6-Igreja	IGREJA, JUNTOU CASAS 2 E 1. O

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
							ENDEREÇO ESTÁ CASA 01
44 7	207 B LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	6-Igreja	IGREJA, JUNTOU COM O LOTE 02
44 8	207 B LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
44 9	304 C LOTE 04	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 0	402 D LOTE 26	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 1	402 D LOTE 24	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
45 2	402 D LOTE 23	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 3	207 A LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
45 4	207 A LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 5	207 A LOTE 05	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 6	207 A LOTE 06	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 7	207 A LOTE 04	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
45 8	CH 83 SEM NUMERO	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
45 9	CH 83 LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
46 0	CH 83 LOTE 11	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
46 1	CH 83 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO TEM NO MAPA
46 2	CH 83 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO SEM MORADOR. NÃO TEM NO MAPA
46 3	CH 83 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA OCUPANDO DOIS LOTES. NÃO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
							TEM NO MAPA
46 4	CH 83 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	9-Outro	GALPÃO CONSTRUIDO NOVO.
46 5	CH 83 RUA F LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
46 6	CH 83 RUA F LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
46 7	CH 83 RUA F LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	CHÁCARA FORA DO MAPA CONSTRUÇÃO RECENTE
46 8	CH 83 RUA F LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	CHÁCARA FORA DO MAPA CONSTRUÇÃO RECENTE
46 9	CH 84 RUA A LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
47 0	RUA D LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 1	RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 2	RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento					VAZIO
47 3	RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 4	RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 5	RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 6	RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 7	CH 83 RUA A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 8	CH 83 RUA A	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
47 9	CH 83 RUA B	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	5-Misto (Residencia/Chácara)	
48 0	CH 83 RUA B LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48	CH 83 RUA F LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação		1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
1							
48 2	CH 83 RUA F DOM BOSCO	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	8-Chácara	NA PLACA DA CHÁCARA ESTA 83 A
48 3	CH 76 RUA A LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48 4	CH 76 RUA A LOTE 04	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	MORADOR DIZ QUE O NUMERO DO LOTE É 02. LOTE INEXISTE NO MAPA / DO NUMERO 15 AO 06 ORDEM CORRETA E CASAS COM PLACAS.
48 5	CH 76 RUA A LOTE 05	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48 6	CH 76 RUA A LOTE 06	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48 7	CH 76 RUA A LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48 8	CH 76 RUA A LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
48 9	CH 76 RUA A LOTE 09	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 0	CH 76 RUA A LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 1	CH 76 RUA A LOTE 11						VAZIO
49 2	CH 76 RUA A LOTE 12	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 3	CH 76 RUA A LOTE 13	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 4	CH 76 RUA A LOTE 14	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 5	CH 76 RUA A LOTE 15	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 6	CH 104 RUA D LOTE 04	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
49 7	CH 104 RUA D LOTE 02	2-Remanejamento					

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
498	CH 104 RUA D LOTE 18	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
499	CH 105 RUA D LOTE 19	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
500	CH 105 RUA D LOTE 20	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
501	CH 105 RUA D LOTE 21	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	O LOTE 21 ESTA OCUPADO / 2 LOTES, UM ESTÁ FORA DO MAPA
502	CH 105 RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
503	CH 105 RUA D LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. OCUPAÇÃO RECENTE
504	CH 76 LOTE 03	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
505	CH 76 LOTE 02	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
506	CH 76 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
507	CH 76 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA CONSTRUÇÃO EM AREA DE RISCO
508	CH 76 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
509	CH 76 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	3-Misto	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
510	CH 76 LOTE 04	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
511	CH 76 LOTE 06	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
512	CH 76 LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
513	CH 76 LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
514	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM O LOTE DO NUMERO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
							05
515	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM O LOTE DO NUMERO 06
516	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM LOTE DE Nº 07. CASA SEM MORADOR
517	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM LOTE DE Nº 09
518	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
519	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
520	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
521	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
522	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
523	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
524	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
525	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
526	CH 76 QD C LOTE 22	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	CASA EM UMA CHÁCARA GRANDE
527	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
52 8	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA. SEM NUMERO
52 9	CH 76 QD AB LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria		3-Misto (Comercio/Residência)	01 BAR COM RESIDÊNCIA
53 0	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO, LOTE SEM NUMERO
53 1	CH 76 QD AB LOTE 02	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 2	CH 76 QD AB LOTE 03	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 3	CH 76 QD AB LOTE 04	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 4	CH 76 QD AB LOTE 05	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 5	CH 76 QD AB LOTE 06	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 6	CH 76 QD AB LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 7	CH 76 QD AB LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 8	CH 76 QD AB LOTE 09	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
53 9	CH 76 QD AB LOTE 10	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
54 0	CH 76 LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NA CH. 78 SEM NUMERO, CONSTRUÇÃO NOVA
54 1	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA NO LOTE DIVIDIDO COM O LOTE SEM NUMERO DE FUNDO
54 2	CH 76 QD AB LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE DIVIDIDO COM O LOTE N° 04
54 3	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
54 4	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
4	NUMERO						MAPA . CASA VAZIA
54 5	CH 76 QD C LOTE 04	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
54 6	CH 76 QD C LOTE 02	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
54 7	CH 76 QD C LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA SEM MORADOR
54 8	CH 76 QD C LOTE 03	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA EM CONSTRUÇÃO COM MORADOR
54 9	CH 76 QD C LOTE 05	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
55 0	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
55 1	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	2-Madeira	1-1 Pavimento	1-Residencial	COM MORADOR LOTE FORA DO MAPA
55 2	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	LOTE FORA DO MAPA
55 3	CH 77	2-Remanejamento	4-4 edificações	3-Misto	1-1 Pavimento	8-Chácara	
55 4	CH 78	2-Remanejamento	3-3 edificações	3-Misto	1-1 Pavimento	8-Chácara	
55 5	CH 79	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
55 6	CH SÃO FRANCISCO N° 75	2-Remanejamento	3-3 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
55 7	CH 74 (70B)	2-Remanejamento	5-mais de 5 edificações	3-Misto	1-1 Pavimento	8-Chácara	
55 8	CH 73 CHÃO DAS MARAVILHAS	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
55 9	CH 76 QD F LOTE 01	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO DIFERENTE DO MAPA
56 0	CH 76 QD C LOTE 43	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO DIFERENTE DO MAPA
56	CH 76 QD C LOTE 04	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA DIFERENTE DO

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
1							MAPA
56 2	CH 76 QD C LOTE 03	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA DIFERENTE DO MAPA
56 3	CH 76 QD C LOTE SEM NUMERO	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
56 4	CH 76 QD D LOTE 07	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	ENDEREÇO DIFERENTE DO MAPA
56 5	SEDE	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
56 6	601 D LOTE 3	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
56 7	601 D LOTE	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
56 8	601 D LOTE 05A	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA ALTO PADRÃO
56 9	601 D LOTE 5	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 0	601 D LOTE 08 (1332)	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 1	601 D LOTE 09	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 2	601 D LOTE 10	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 3	601 E LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 4	601 E LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 5	601 E LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 6	601 B LOTE 07	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 7	601 B LOTE 08	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
57 8	601 B LOTE 09	1-Reordenamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
57 9	601 C LOTE 13	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
580	601 F LOTE 01	1-Reordenamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
581	601 F LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
582	601 F LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
583	602 A LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DIFERENTE DO MAPA
584	602 A LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DIFERENTE DO MAPA
585	602 A LOTE 3	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DIFERENTE DO MAPA
586	602 A LOTE 4	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DIFERENTE DO MAPA. NÃO EXISTE NO MAPA
587	602 A LOTE 05	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	DIFERENTE DO MAPA. NÃO EXISTE NO MAPA
588	602 A LOTE 06	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
589	602 A LOTE 07	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
590	602 A LOTE 07A	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
591	602 A LOTE 08	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
592	602 A LOTE 08A	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
593	602 A LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
594	602 A LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
595	602 B LOTE 02A	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA
596	602 B LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
597	602 B LOTE 03A	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NO MAPA

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
59 8	602 B LOTE 04	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
59 9	602 B LOTE 05	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	CASA 05 ESTÁ DENTRO DO LOTE 04 DA IGREJA
60 0	601 A LOTE 01	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
60 1	601 A LOTE 01A	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
60 2	601 A LOTE 02	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
60 3	601 A LOTE 03	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
60 4	601 A LOTE 04	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	3-Misto (Comercio/Residência)	
60 5	601 A LOTE 05	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	OS LOTES 05 E 06 ESTÃO JUNTOS NUMERAÇÃO NAS CASAS NÃO NO MAPA
60 6	601 A LOTE 06	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	OS LOTES 05 E 06 ESTÃO JUNTOS NUMERAÇÃO NAS CASAS NÃO NO MAPA
60 7	601 A LOTE 07	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
60 8	601 A LOTE 11	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
60 9	601 A LOTE 09	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	2-2 Pavimentos	1-Residencial	
61 0	105 D LOTE 17	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
61 1	105 D LOTE 16	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
61 2	105 D LOTE 15	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
61	105 D LOTE 10	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	

Nº	ENDEREÇO	TIPO	Nº EDIFICAÇÕES	PADRÃO CONSTRUTIVO	Nº DE PAVIMENTOS	USO DO IMÓVEL	OBSERVAÇÕES GERAIS
3							
61 4	105 D LOTE 09	1-Reordenamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	
61 5	105 D LOTE 08	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NÃO EXISTE NA LOCALIDADE
61 6	CH 118	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
61 7	CH SANTA TEREZINHA N° 117 OU 105	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
61 8	CH 93 MARIO SEBASTIÃO	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
61 9	CH 97 SEM NUMERO	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	
62 0	CH 97 A SHP3	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	8-Chácara	CH 97 A NÃO CONFERE COM PROJETO
62 1	601 I LOTE 12	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	4-Misto (Residência/Igreja)	
62 2	602 C LOTE 34	2-Remanejamento	2-2 edificações	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	NO LOTE 34 SÓ TEM 02 CASAS
62 3	602 C LOTE 32	2-Remanejamento	1-1 edificação	1-Alvenaria	1-1 Pavimento	1-Residencial	